ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

ATA Nº 182 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO (EM EXERCÍCIO)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO AIRTON PORTUGUÊS (EM EXERCÍCIO)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO NILSON SANTOS (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Invocando a proteção de Deus, havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao nobre Deputado Nilson Santos, que assuma a 2ª Secretaria e proceda à leitura da Ata.

(O SR. DEPUTADO NILSON SANTOS ASSUME A 2ª SECRETARIA E PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 13:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - “OFÍCIO/GG/152/2011-SULEGIS, datado em Cuiabá 18 de novembro de 2011, do Exmº Sr. Governador do Estado, ao Exmº Sr. Deputado Riva, DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente,

Submeto à qualificada apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa a Mensagem nº 89/2011, acompanhada do respectivo Projeto de Lei Complementar que ‘Altera dispositivo da Lei Complementar nº 372, de 26 de novembro de 2009, que fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso’.

Atenciosamente,

SILVAL DA CUNHA BARBOSA
Governador do Estado

MENSAGEM Nº 89/2011.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos Senhores Deputados:

Tenho a honra de submeter à apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa, o anexo Projeto de Lei Complementar que ‘Altera dispositivo da Lei Complementar nº 372, de 26 de novembro de 2009, que fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso’.

Cumprе ressaltar que a presente proposta visa alterar a composição dos quadros dos Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar, acrescentando quatro vagas para o Posto de Tenente Coronel e retirando quatro vagas do Posto de Major.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

O presente projeto de lei complementar visa reestruturar e reorganizar as coordenadorias ao atual modelo organizacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, redimensionando os recursos humanos, visando operacionalizar os diversos setores da Corporação, notadamente aqueles destinados à descentralização do Corpo de Bombeiros ao interior do Estado.

A alteração proposta irá potencializar as atividades técnicas de vistorias e análises de projeto, o que acarretará substancial redução de esforços e empregos de meios na parte de resposta operacional.

Por fim, o projeto de reestruturação e redimensionamento do efetivo do Corpo de Bombeiros Militar irá corrigir distorções da estrutura atual da organização propondo uma harmonia entre a estrutura necessária à consecução dos objetivos institucionais, a quantificação e qualificação de recursos humanos e a abrangência do Programa de Governo.

Enunciados, assim, os motivos determinantes da presente iniciativa, que se reveste de inegável interesse público, manifesto minha confiança na aprovação do incluso Projeto de Lei Complementar e solicito de Vossa Excelência sua aprovação.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência e a seus ilustres pares, meus protestos de apreço e consideração.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 18 de novembro de 2011.

SILVAL DA CUNHA BARBOSA
Governador do Estado

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 372, de 26 de novembro de 2009.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 45 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei complementar:

Art. 1º O inciso I do art. 2º da Lei Complementar nº 372, de 26 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 2º (...)

I - Quadro de Oficiais Bombeiros Militares- QOBM- composto pelos Oficiais devidamente concursados para o Curso de Formação de Oficiais (CFO) ou equivalente, devidamente reconhecido pela Corporação:

Coronel	7
Tenente-Coronel	29
Major	40
Capitão	50
1º Tenente	60
2º Tenente	70
TOTAL	256

(...)?.

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação
Palácio Paiaguás, em Cuiabá, de _____ de 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

SILVAL DA CUNHA BARBOSA
Governador do Estado

“OFÍCIO/GG/153/2011-SULEGIS, datado em Cuiabá 18 de novembro de 2011, do Exmº Sr. Governador do Estado, ao Exmº Sr. Deputado Riva, DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente,

Submeto à qualificada apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa a Mensagem nº 90/2011, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que ‘Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 338, de 08 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a possibilidade de alteração da jornada de trabalho semanal do servidor público efetivo, e dá outras providências’.

Atenciosamente,

SILVAL DA CUNHA BARBOSA
Governador do Estado

MENSAGEM Nº 90/2011.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos Senhores Deputados:

No exercício da competência estabelecida no art. 39, parágrafo único, inciso II, alínea ‘a’, e art. 25, inciso VIII, ambos da Constituição do Estado de Mato Grosso, tenho a honra de me dirigir a Vossas Excelências para submeter à apreciação dessa Casa de Leis, o anexo projeto de lei complementar que ‘Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 338, de 08 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a possibilidade de alteração da jornada de trabalho semanal do servidor público efetivo, e dá outras providências’.

Como é do conhecimento de Vossas Excelências, Lei Complementar nº 338, de 08 de dezembro de 2008, possibilitou a alteração de carga horária para servidores de diversas carreiras.

Entretanto, tal lei não contemplou os Profissionais do Sistema Único de Saúde com a referida possibilidade de alteração de carga horária, sendo que no contexto das discussões da nova lei de carreira dessa categoria, esta questão foi amplamente debatida.

Como resultado das negociações foi estendida a essa categoria a possibilidade de mudança de carga horária, razão pela qual encaminhamos o presente projeto que tem por escopo disciplinar este tema conforme negociado com os representantes da Carreira dos Profissionais do Sistema Único de Saúde.

Em cumprimento a esta política de valorização do servidor público do Poder Executivo Estadual que vem sendo desenvolvida pelo atual Governo do Estado, é que apresentamos o presente projeto de alteração da Lei Complementar nº 338/2008, contando, como de costume, com a colaboração de Vossas Excelências para a aprovação da matéria.

Ao ensejo, renovo aos membros dessa Casa meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 18 de novembro de 2011.

SILVAL DA CUNHA BARBOSA
Governador do Estado

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

**Acrescenta dispositivo à Lei
Complementar nº 338, de 08 de**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

dezembro de 2008, que dispõe sobre a possibilidade de alteração da jornada de trabalho semanal do servidor público efetivo, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 45 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei complementar:

Art. 1º Fica acrescido o § 4º ao art. 3º da Lei Complementar nº 338, de 08 de dezembro de 2008, com a seguinte redação:

Art. 3º (...)

(...)

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos Profissionais do Sistema

Único de Saúde.’

Art. 2º Fica revogada a alínea ‘d’ do inciso IV do art. 5º da Lei Complementar nº 338, de 08 de dezembro de 2008.

Art. 3º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, de de 2011.

SILVAL DA CUNHA BARBOSA

Governador do Estado”

“OFÍCIO/GG/148/2011-SULEGIS, datado em Cuiabá, 17 de novembro de 2011, do Exmº Sr. Governador do Estado, ao Exmº Sr. Deputado Riva, DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente,

Em cumprimento ao estabelecido nos arts. 42, § 1º, e 66, IV, da Constituição Estadual, tenho a honra de devolver a Vossa Excelência as Razões de Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei que ‘Dispõe sobre a comercialização de produtos ópticos e licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços de produtos ópticos e afins no Estado de Mato Grosso’, aprovado pelo Plenário desse Poder Legislativo na Sessão Ordinária do dia 20 de outubro de 2011, ao qual ofereci veto total, conforme as razões que acompanham o presente.

Atenciosamente,

SILVAL DA CUNHA BARBOSA

Governador do Estado

Excelentíssimos Senhores Integrantes

do Poder Legislativo Mato-grossense.

No exercício das prerrogativas contidas nos artigos 42, § 1º, e 66, inciso IV, todos da Constituição do Estado de Mato Grosso, levo ao conhecimento de Vossas Excelências as Razões De Veto Total aposto ao projeto de lei que ‘Dispõe sobre a comercialização de produtos ópticos e licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços de produtos ópticos e afins no Estado de Mato Grosso’, de autoria das Lideranças Partidárias, aprovado na Sessão Ordinária do dia 20 de outubro de 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

O Projeto em questão, ao estabelecer, em artigo 1º, que ‘Nenhum estabelecimento de venda a varejo e de serviços de produtos ópticos poderá instalar-se e funcionar sem prévia licença do órgão de vigilância sanitária competente’, combinado com o artigo 3º que disciplina ser necessário a apresentação de vários documentos para o respectivo licenciamento, claramente, está a estabelecer atribuição a Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado de Mato Grosso/Secretaria de Estado de Saúde, e a retratar inconstitucionalidade, por vício de origem, em vista do artigo 39, parágrafo único, inciso II, alínea ‘d’ da Constituição Estadual.

Qualquer norma que regulamente a criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração Pública é matéria que se insere dentre aquelas que integram o elenco da organização de serviços públicos, e assim sendo cabe tão só ao Governador do Estado ser apresentada, conforme estabelece o dispositivo constitucional comentado.

E mais, a disciplina a respeito da competência do órgão estadual de vigilância sanitária, bem como concernente a expedição de alvará sanitário para o funcionamento de estabelecimento a comercializar produtos ópticos, já vem estabelecida pela Lei Estadual nº 7.110, de 10 de fevereiro de 1999, alterada pela Lei Estadual nº 9.506, de 21 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a promoção, proteção e preservação da saúde individual e coletiva no Estado de Mato Grosso, sendo que a lista de documentos necessários para a mencionada autorização inicial foi estabelecida pelo Decreto nº 1.729, de 12 de dezembro de 2008, a regulamentar o parágrafo 1º do artigo 14 da citada Lei, e, a rezar em artigo 1º c/c seu anexo I o seguinte:

Art. 1º Instituir, no Anexo I, a documentação a ser apresentada pelas empresas sujeitas a controle sanitário, conforme o tipo de solicitação.

(...)

Anexo I

Lista de Documentos

Tipo de Estabelecimento: Instituto de massagem, tatuagem, óticas e laboratórios de ótica

Licença inicial / Cadastro

Documentos

Certificado de enquadramento do porte da empresa emitido pela junta comercial

Certificado do Conselho de Classe do Responsável (quando for o caso)

Cópia do CNPJ e quando for o caso CPF

Cópia do contrato social (quando for pessoa jurídica)

Cópia do(s) contrato(s) de serviço(s) terceirizado(s) e da Autorização Sanitária de Funcionamento Estadual ou Certificado de Cadastro Estadual da (s) contratada(s), quando for o caso

Formulário de Solicitação da Vigilância Sanitária

Informações relevantes a Vigilância Sanitária sobre a Prestação de Serviços de Saúde

Informações relevantes ao Sistema Estadual de Vigilância Sanitária Taxa de vigilância sanitária

Assim, a presente proposição legislativa, de iniciativa desse Parlamento, afronta às disposições emanadas nos artigos 39, parágrafo único, inciso II, alínea ‘d’, da Constituição do Estado de Mato Grosso.

Desta forma, Senhores Parlamentares, por absoluta inconstitucionalidade, veto integralmente o projeto de lei apresentado para o autógrafo constitucional, submetendo-o à

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

apreciação dos membros dessa Casa de Leis, aguardando sua acolhida nos termos das razões expostas.

Valho-me do ensejo para apresentar às Vossas Excelências os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 17 de novembro de 2011.

SILVAL DA CUNHA BARBOSA

Governador do Estado”

“OFÍCIO/GG/149/2011-SULEGIS, datado em Cuiabá, 17 de novembro de 2011, do Exmº Sr. Governador do Estado, ao Exmº Sr. Deputado Riva, DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente,

Em cumprimento ao estabelecido nos arts. 42, § 1º, e 66, IV, da Constituição Estadual, tenho a honra de devolver a Vossa Excelência as Razões de Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei que ‘dispõe sobre a criação do Programa de Apoio à Gestante com amparo das doulas no âmbito do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências’, aprovado pelo Plenário desse Poder Legislativo na Sessão Ordinária do dia 19 de outubro de 2011, ao qual ofereci veto total, conforme as razões que acompanham o presente.

Atenciosamente,

SILVAL DA CUNHA BARBOSA

Governador do Estado

Excelentíssimos Senhores Integrantes
do Poder Legislativo Mato-Grossense.

No exercício das prerrogativas contidas nos artigos 42, § 1º, e 66, inciso IV, todos da Constituição do Estado, levo ao conhecimento de Vossas Excelências as razões de veto total aposto ao Projeto de Lei que ‘dispõe sobre a criação do Programa de Apoio à Gestante com amparo das doulas no âmbito do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências’, de autoria da Deputada Luciane Bezerra, aprovado por esse Poder Legislativo em sessão ordinária do dia 19 de outubro do corrente ano.

O projeto de lei dispõe acerca da criação nesta Unidade Federada de programa voltado ao apoio às gestantes, com auxílio das doulas, conceituadas como ‘mulheres especializadas em oferecer apoio físico e emocional à gestante na sua fase mais delicada, a gestação’.

Em seu artigo 2º, o projeto explicita como deverá se dar esse apoio, preferencialmente através profissionais psicólogas ou assistentes sociais, ‘já integrantes do Poder Público’ e ‘que ficarão lotadas nos hospitais públicos, oferecendo apoio às gestantes que se encontrarem em momento pré e pós parto’.

Em que pese o nobre intuito da nobre Deputada, o presente Projeto de Lei está eivado do vício de inconstitucionalidade, eis que viola a regra do artigo 39, parágrafo único, inciso II, alínea ‘d’, da Constituição do Estado de Mato Grosso, que atribui ao Chefe do Poder Executivo a competência privativa para deflagrar processo legislativo referente à “criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública”.

Infelizmente, ao estabelecer que as doulas - agentes essenciais à própria existência do programa que se pretende criar - devem ser ‘integrantes do Poder Público’ e ‘que ficarão lotadas nos hospitais públicos’, invadiu o projeto em apreciação a competência do Governador do Estado

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

para iniciativa legislativa acerca da organização do Poder Executivo, notadamente no que diz respeito às atribuições e lotação de seus agentes.

Desta forma, verifica-se, na presente hipótese, invasão da competência privativa do Chefe do Poder Executivo, a quem cabe avaliar, juntamente com os órgãos que lhe auxiliam, a conveniência e a oportunidade (administrativa e financeira) de se promover a criação de programa com tais características neste Estado.

De outro lado, a proposição legislativa viola o princípio da Separação dos Poderes, previsto no artigo 9º, da Constituição do Estado de Mato Grosso, ao atribuir obrigação ao Poder Executivo.

Sendo assim, Senhores Parlamentares, por absoluta inconstitucionalidade, ante a violação do dispõe o artigo 39, parágrafo único, inciso II, alínea ‘d’, e artigo 9º, da Constituição Estadual, resolvo vetar integralmente o Projeto de Lei apresentado à chancela do Poder Executivo, submetendo-o à apreciação dos membros dessa Casa de Leis, aguardando sua acolhida nos termos das razões expostas.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossas Excelências os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 17 de novembro de 2011.

SILVAL DA CUNHA BARBOSA

Governador do Estado”

“OFÍCIO/GG/150/2011-SULEGIS, datado em Cuiabá, 17 de novembro de 2011, do Exmº Sr. Governador do Estado, ao Exmº Sr. Deputado Riva, DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente,

Em cumprimento ao estabelecido nos arts. 42, § 1º, e 66, IV, da Constituição Estadual, tenho a honra de devolver a Vossa Excelência as Razões de Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei que ‘Dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas de Mato Grosso’, aprovado pelo Plenário desse Poder Legislativo na Sessão Ordinária do dia 27 de outubro de 2011, ao qual ofereci veto total, conforme as razões que acompanham o presente.

Atenciosamente,

SILVAL DA CUNHA BARBOSA

Governador do Estado

Excelentíssimos Senhores Integrantes
do Poder Legislativo Mato-grossense:

No exercício das prerrogativas contidas nos artigos 42, § 1º, e 66, inciso IV, da Constituição do Estado de Mato Grosso, levo ao conhecimento de Vossas Excelências as razões de veto parcial aposto ao Projeto de Lei que ‘Dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas de Mato Grosso’, de autoria do Poder Executivo, aprovado pelo Poder Legislativo em Sessão Ordinária do dia 27 de outubro de 2011.

O Projeto de Lei acima mencionado foi aprovado por essa nobre Casa de Leis com emenda ao seu Art. 8º, que cuida de estabelecer critérios para a remuneração do contratado, em sede de parceria público-privada.

Ao cotejo da minuta originariamente encaminhada pelo Poder Executivo, e a aprovada pelo Legislativo nota-se a inclusão do parágrafo 5º ao dispositivo, que assim prescreve:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

§ 5º Sem prejuízo das sanções previstas na legislação pertinente, o contrato poderá prever, para a hipótese de inadimplemento da obrigação pecuniária a cargo do contratante, o acréscimo de multa de 2% (dois por cento) e juros segundo a taxa que estiver em vigor para a mora no pagamento de impostos devidos à Fazenda Pública. (sem grifo no original)

Depreende-se do preceito adicionado por emenda legislativa que este possibilita que o contrato de parceria público-privada preveja a aplicação de multa e juros de mora ao contratante, ou seja, à Administração Pública, em face do inadimplemento da obrigação pecuniária que se obrigar. Conforme o dispositivo, a multa seria imposta à percentagem de 2% - restando omissa a previsão se ao dia ou ao mês -, e os juros seriam cominados utilizando-se a taxa cobrada pela Fazenda estadual quando da mora de pagamentos de tributos. E isso, sem prejuízo das sanções previstas na legislação pertinente.

Todavia, como aponta bem o próprio § 5º do art. 8º do Projeto de Lei sob foco, já existem, em legislação especial, regras destinadas a regular o equilíbrio contratual, as forma de resolução do contrato administrativo, bem como as sanções aplicáveis a cada uma das partes, caso incidam em inadimplência.

Ademais, imperioso salientar que a Lei Federal n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que ‘Institui normas para licitação e contraprestação de parceria público-privada no âmbito da administração pública’ - aplicável, segundo o seu art. 1º ao Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - estabelece em seu art. 5º que:

‘Art. 5º As cláusulas dos contratos de parceria público-privada atenderão ao disposto no art. 23 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no que couber, devendo também prever:

(...)

II - as penalidades aplicáveis à Administração Pública e ao parceiro privado em caso de inadimplemento contratual, fixadas sempre de forma proporcional à gravidade da falta cometida, e às obrigações assumidas;

(...)

VI - os fatos que caracterizem a inadimplência pecuniária do parceiro público, os modos e o prazo de regularização e, quando houver, a forma de acionamento da garantia;

(...).’ (sem grifo no original)

À luz do comando legal acima transcrito, verifica-se que o legislador federal entendeu por bem estabelecer que as penalidades aplicáveis à Administração Pública parceira (inciso II) deverão ser previstas nos contratos de parceria público-privada (caput), e a sua cominação haverá de considerar, sempre, os fatos que caracterizem a inadimplência pecuniária do parceiro público, os modos e os prazos de regularização (inciso IV).

Assim, as penalidades que poderão ser aplicadas ao parceiro público serão balizadas pelas cláusulas do contrato, que observará fatos específicos e a natureza do objeto contratado, não cabendo, para elas, uma cominação genérica.

Por certo, o art. 5º da Lei Federal n. 11.079/2004 foi articulado tendo em conta que na parceria público-privada, como em qualquer contrato em que a Administração Pública figure como parte, esta goza de prerrogativas que visam assegurar que prevaleça sempre o interesse público sobre o interesse particular - prerrogativa essa erigida pelo Direito à categoria de princípio norteador das atividades da Administração.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

Desse modo, verifica-se que o acolhimento do preceito alinhado como § 5º do art. 8º no ordenamento jurídico estadual representaria verdadeira renúncia à prerrogativa oferecida à Administração Pública, situação que, por sua vez, traduz lesão ao interesse público.

Ante essas circunstâncias, não vislumbro alternativa outra, senão a de apresentar veto parcial ao Projeto de Lei encaminhado à chancela do Poder Executivo - a incidir sobre § 5º do art. 8º -, considerando que este apresenta dispositivo contrário ao interesse público. Em face disso, submeto as presentes razões à apreciação dos membros desta Casa de Leis, aguardando sua acolhida.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossas Excelências os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 17 de novembro de 2011.

SILVAL DA CUNHA BARBOSA

Governador do Estado”

“OFÍCIO.PRES.Nº 945/2011/INTERMAT/PRES, datado em, Cuiabá, 21 de novembro de 2011, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar-SEDRAF/Instituto de Terras de Mato Grosso-INTERMAT, ao Exmº Sr. Deputado Riva, Presidente da Assembleia Legislativa. do Estado de Mato Grosso.

Senhor Deputado,

Estamos encaminhando a essa augusta Casa de Leis, os processos de Regularização de Ocupação protocolado neste Instituto de Terras, sob o nº 763261/2010, em nome de Camila de Paula Bellincante e Outro c/ 1 apenso em nome da mesma e o processo de N/48928/2006 em nome de Antônio Marcelino Vieira c/ 3 apenso em nome de Altair Koraleski, para que sejam tomadas as providencias necessárias, com vistas à emissão do competente parecer de aprovação autorizativo, para os procedimentos licitatórios por parte deste órgão, visando a titulação definitiva da área em questão, conforme o que preceitua a Constituição do Estado de Mato Grosso.

Respeitosamente,

AFONSO DALBERTO

Presidente do INTERMAT”

“OFÍCIO PGR/GAB 1.526/2011, datado em Brasília, 10 de novembro de 2011, do Ministério Público Federal, ao Exmº Sr. Deputado Riva, DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente,

Solicito a Vossa Excelência, com a finalidade de instruir o procedimento administrativo que tramita na Procuradoria Geral da República sob o nº 1.20.000.000051/2006-97, instaurado a partir de representação oriunda da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso, que informe, no prazo de 20 (vinte) dias, se a Lei Estadual nº 7.858, de 19 de dezembro de 2002, está em vigor.

Solicito, ainda, o envio de cópia da referida lei e daquela que, porventura, a tenha alterado ou revogado.

Atenciosamente,

DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA

Vice-procuradora-geral da República”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

“Memorando nº 234/2011/PG/AL/MT, datado em, Cuiabá, 18 de novembro de 2011, da Procuradoria Geral da Assembleia Legislativa do Estado de mato Grosso, à Secretaria de Serviços legislativos.

Encaminhamos a Vossa Senhoria cópia do Acórdão de fls. 106/117/TJ proferido pelo Tribunal Pleno em 11/08/2011, acerca do julgamento da ADI nº 84.011/2010 que objetiva a declaração de Inconstitucionalidade da emenda Constitucional nº 57/2010, de 19/05/2010, que alterou o art. 246 da Constituição Estadual, por ofensa ao art. 162, *caput*, e incisos, *c/c* o § 5º, I, da Constituição Estadual.

LARISSA DE CARVALHO
Gerente”

“Cartão do Presidente do Tribunal de Justiça, em agradecimento a Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro; Ofício nº 089/11, da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo-FIFA 2014-SECOPA, em resposta ao Requerimento nºs: 309/11, de autoria do Deputado Walter Rabello; Ofício nº 1.977/11, da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, em resposta à Indicação nº 2.286/2011, de autoria do Deputado Sérgio Ricardo; Ofício nº 18/11, da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas-ABEL, comunicando a participação da mesma no XVIII Encontro, realizado na Cidade de Aracaju, no período de 19 a 22, e cópia da Carta de Aracaju, relatando os assuntos discutidos e aprovados no Encontro; Carta da Rede/CEMAT nº 23.846/11, em resposta à Indicação nº 559/11, de autoria do Deputado Sebastião Rezende; Ofício nº 1.140/11 da Secretaria de Administração, em resposta ao Requerimento nº 311/11, de autoria do Deputado Percival Muniz; Ofício nº 3.589/11, da Corregedoria Geral da Polícia Militar, em resposta ao Requerimento nº 295/11, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro; Ofício nº 93/11, da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo-FIFA 2014-SECOPA, em resposta ao Requerimento nº 329/11, de autoria do Deputado Walter Rabello; Ofício nº 91/11, da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo-FIFA 2014-SECOPA, em resposta ao Requerimento nº 321/11, de autoria do Deputado Percival Muniz.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente.

Eu quero registrar a presença do Vereador de Canarana, Chico Redeiro; Secretário de Esporte e Lazer de Canarana, Celso Luiz.

Com a palavra, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre Deputada, eu gostaria de registrar a Audiência Pública que fizemos no Conselho Estadual de Educação, na última sexta-feira, sobre o tema as normas reguladoras para oferta da educação, pessoa privada de liberdade nos estabelecimentos penais do sistema estadual de ensino.

E lá tivemos o apoio do Conselho Estadual de Educação, tivemos representando o Ministério da Educação. Foi uma Audiência Pública que por falta de espaço levamos para a sede do próprio Conselho Estadual de Educação.

Foi um sucesso absoluto. E com certeza estamos discutindo um novo formato de encarar a educação, o preparo educacional para as pessoas, enquanto estiverem privadas de sua liberdade, enquanto estiverem cumprindo a pena intramuros.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

Então, eu gostaria de encaminhar à Mesa para saber as diligências necessárias para regularizar a situação interna para seja designada nos Anais da Casa a nossa iniciativa, já que não tivemos espaço físico para realizar esta Audiência Pública aqui dentro da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Também, Sr. Presidente, registrar que, no próximo dia 02 de dezembro, estaremos acompanhado de diversas outras autoridades em Barra do Garças, a convite da Procuradoria da Justiça da Vara da Infância e da Juventude, de Barra do Garças, para proferir uma palestra sobre a Lei nº 133, do Governo Boliviano, legalizar carro roubado na Bolívia, estimula o narcotráfico no Brasil.

Estaremos lá, com muito prazer, na sociedade barragarcense, com o Baixo, Médio e Alto Araguaia, debatendo um tema de fundamental importância dentro do 1º Ciclo de Palestras sobre a temática: Drogas, Pedofilia, Abuso, Violência e Exploração Sexual de Criança e Adolescente, que serão realizados nos dias 1º e 02 de dezembro de 2011, no Auditório Municipal de Barra do Garças, uma organização do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

E também, Sr. Presidente, para apresentar proposições de nossa autoria:

1ª) PROJETO DE LEI:

Institui o Programa “Anjos da Guarda”, destinado aos alunos de ensino fundamental e médio das escolas estaduais do Estado de Mato Grosso.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, nos termos desta lei, o programa “Anjos da Guarda”, destinados aos alunos de ensino fundamental e médio das escolas estaduais do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este projeto será desenvolvido e administrado pela Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, com caráter social, tendo como público alvo crianças e adolescentes do ensino fundamental e médio, que fazem parte da rede pública estadual de ensino e entidades parceiras

Art. 3º O Programa em todo o seu conteúdo deverá ter a participação de autoridades competentes que tratam dos assuntos escolhidos em seu dia-a-dia.

Parágrafo único Os temas abordados pelo Programa “Anjos da Guarda” são:

- I - drogas;
- II - família;
- III - educação ambiental e animal;
- IV - trânsito;
- V - segurança.

Art. 4º O objetivo deste Programa “Anjos da Guarda” é apresentar informações sobre temas que envolvam a vida individual, familiar e social das crianças e adolescentes, oferecendo-lhes oportunidade de reflexão, construção ou reconstrução de valores e adequação de comportamentos, auxiliando na formação de crianças conscientes e multiplicadoras.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

Art. 5º O conteúdo do programa deverá ser apostilado para maior entendimento e aproveitamento do programa, sendo apresentado por um grupo de profissionais graduados em cada área, sempre em supervisão pedagógica.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente propositura visa instituir o Programa “Anjos da Guarda”, destinado aos alunos de ensino Fundamental e Médio das Escolas Estaduais do Estado de Mato Grosso.

No Município de Birigui - SP, este programa existe e alcança muitas crianças, trazendo reflexão e adequação de comportamentos das crianças atendidas, através do acesso a informação segura, visando melhorar o convívio familiar, prevenção às drogas e cidadania.

O crescimento social interfere diretamente na qualidade de vida dos cidadãos. Muitos dos valores necessários para o desenvolvimento integral às crianças são distorcidos, não só pelo fator econômico como também, e principalmente, pelas relações sociais desestruturadas que se iniciam na família. Diante disso, essas crianças apresentam comportamentos preocupantes como falta de interesse em se socializar, dificuldades de aprendizagem, agressividades, busca pela droga, entre outros.

A necessidade de políticas públicas mais afinadas com os problemas dos novos tempos faz parte da nossa realidade. É preciso cuidar das crianças de hoje para não remediar os adultos de amanhã.

A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso tem entre seus objetivos, zelar pelos direitos e bem estar dos cidadãos, visa com este projeto propiciar às crianças a oportunidade de refletir sobre a vida, suas atitudes, suas escolhas, possibilitando a troca de experiências pessoais e de relacionamentos, e que isso possa favorecer a convivência familiar, escolar e social.

Pelo exposto, contamos com o inestimável apoio de nossos Nobres Pares para a aprovação desta importante propositura para todos os Mato-Grossenses.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

2ª) PROJETO DE LEI:

Proíbe as operadoras de telefonia móvel de cobrar de seus usuários o serviço de *roaming* ou adicional de deslocamento no Estado de Mato Grosso.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam as operadoras de telefonia móvel proibidas de cobrar de seus usuários o serviço de *roaming* ou adicional de deslocamento relativamente a ligações que sejam iniciadas e finalizadas em redes de transmissão da própria operadora de telefonia móvel contratada.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará os infratores às penalidades estabelecidas na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, sem prejuízo de outras dispostas na legislação em vigor.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Esta proposição visa proibir a cobrança de *roaming* ou adicional de deslocamento aos seus usuários, no caso de ligações que sejam iniciadas e finalizadas em redes de transmissão da própria operadora de telefonia móvel contratada.

Como se observa, trata-se de matéria de relação de consumo, e ao Estado é reservada de forma concorrente, competência legislativa, nos termos do disposto no art. 24 da Constituição Federal.

A cobrança de adicional de deslocamento por chamada aos consumidores não se justifica quando o serviço, por completo, é oferecido pela operadora contratada. O serviço de *roaming* inicialmente era cobrado devido à utilização do serviço de operadora diferente daquela contratada, por falta de cobertura na localidade.

Contudo, hoje, com a expansão da telefonia móvel, as operadoras conseguem atingir uma cobertura quase que completa. Quando o consumidor está em localidade cujo código DDD é diferente do código DDD de origem, o serviço de chamada tem sido prestado pela mesma operadora contratada. Não há, portanto, custo para a operadora no oferecimento do serviço, não havendo assim razão para realizar-se cobrança adicional ao consumidor.

Pelo exposto, contamos com o inestimável apoio de nossos Nobres Pares para a aprovação desta importante propositura para todos os Mato-Grossenses.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

3ª) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: Com fulcro no que dispõe o Regimento Interno, art. 183, inciso IX, deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhada Moção de Congratulações à Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, na pessoa do Exmº Sr. Prefeito Municipal, Dirceu Martins Comiran, pela comemoração do 17º aniversário da emancipação político-administrativo do Município de Campos de Júlio, no dia 28 de novembro do corrente ano.

JUSTIFICATIVA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srª Deputada,

O nome do município é uma homenagem ao eminente homem público Júlio José de Campos, e uma alusão à singularidade dos campos que abrangem o território do município.

Uma topografia plana, bonita com terras férteis e próprias ao cultivo de soja. Antes de ser colonizada, esta área foi povoada pelos índios Nambikwára e pelos Ená-wenê-nawê, que ainda consideram como sagrado parte deste território, por seus antepassados terem vivido nesta região.

Quando surgiu a ideia de se colonizar a região que compreende atualmente o município de Campos de Júlio, quem governava Mato Grosso era Júlio José de Campos, tradicional

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

político mato-grossense que já foi prefeito municipal em Várzea Grande, deputado federal por duas vezes e senador.

O início da colonização deu-se através da atuação de Valdir Massuti, que trouxe à região dezenas de famílias sulistas. Formou-se um povoado, tendo a sua volta milhares de hectares de plantações de soja, a economia que sustenta a região.

A Lei Estadual nº 5.000, de 13 de maio de 1986, criou o distrito de Campos de Júlio, sancionada pelo governador Júlio José de Campos. A Lei Estadual nº 6.561, de 28 de novembro de 1994, criou o município de Campos de Júlio.

Diante o exposto, solicito aos nobres Pares, o apoio a esta Moção de Congratulações, a ser enviado ao Exmº Sr. Prefeito Municipal, Dirceu Martins Comiran, pela comemoração do 17º aniversário da emancipação político-administrativo do Município de Campos de Júlio, no dia 28 de novembro do corrente ano.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

4ª) **MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES:** Com fulcro no art. 183, inciso IX, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais Moção de Congratulações, na forma:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Emanuel Pinheiro, vem manifestar o reconhecimento público à pessoa da Exmª Srª Delegada Titular da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá, Drª Cláudia Maria Lisita, pela realização do Projeto “Delegacia Móvel Especializada de Defesa da Mulher”.

Exmª Srª Delegada, Doutora Cláudia Maria Lisita, receba essa justa homenagem como demonstração de respeito e admiração de todos os mato-grossenses.

JUSTIFICATIVA

As mulheres vítimas de violência doméstica agora terão mais uma oportunidade de receber atendimento e orientação, por meio, do projeto Delegacia Móvel Especializada de Defesa da Mulher. A ação começou nesta quinta-feira (17) no Distrito de Nossa Senhora da Guia, primeira comunidade contemplada com o trabalho.

De acordo com a delegada titular, Cláudia Maria Lisita, a Delegacia Móvel da Mulher, além de aproximar a polícia da comunidade irá facilitar o acesso das pessoas que não podem se deslocar até uma delegacia.

A Delegacia Móvel de Defesa da Mulher vai percorrer uma vez por semana os bairros de Cuiabá, proporcionando registro de boletins de ocorrência, orientações e tomando as providências necessárias, mediante os serviços adequados nos próprios bairros, relativos os crimes de violência doméstica. O atendimento especializado adequado às vítimas visa também evitar o desgaste emocional da vítima, que muitas vezes não tem condições financeiras de se deslocar até uma unidade policial.

O veículo foi adquirido por meio do Projeto “A Polícia Judiciária Civil na Comunidade”, de autoria da delegada Sílvia Virgínia Biagi Ferrari, com o objetivo de facilitar o acesso de mulheres vítimas de violência do gênero, doméstica e familiar, além de proporcionar

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

encorajamento das mulheres à comunicação dos crimes e a promoção de políticas públicas de combate as desigualdades de gênero.

A Delegacia Móvel de Defesa da Mulher foi comprada com recurso do Governo Federal, por meio do convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). O Veículo foi entregue à Delegacia da Mulher de Cuiabá, em fevereiro deste ano.

A Delegacia Especializada de Defesa da Mulher (DEDM) de Cuiabá atende em média 300 mulheres ao mês, que procuram a unidade policial tanto o registro de ocorrências, quanto para solicitação de orientações que muitas vezes não têm caráter policial. Os crimes mais comuns que afetam à mulher são ameaça e lesão corporal, sendo que 90% dos casos registrados são de natureza doméstica e familiar.

Por estas razões é que peço aos Nobres Pares o apoio a esta Moção de Congratulação e que seja enviada à pessoa da Exm^a Sr^a Delegada Titular da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá, Dr^a Cláudia Maria Lisita, pela realização do Projeto “Delegacia Móvel Especializada de Defesa da Mulher”.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

Aliás, vem sendo uma inovação e uma revelação o trabalho da Delegacia da Mulher em Cuiabá e no Estado de Mato Grosso.

5^a) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Antônio de Souza Rodrigues.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 26, XXVIII, da Constituição Estadual

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Sr. Antônio de Souza Rodrigues o Título de Cidadão Mato-grossense.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Nascido em São Pedro dos Ferros, Estado de Minas Gerais, no dia 02 de janeiro de 1951, é casado, residente na Avenida Alzira Santana, nº 1051, Bairro Nova Várzea Grande, na cidade de Várzea Grande-MT, desde 1979.

Antônio chegou em Cuiabá, ainda jovem, e fixou residência no vizinho Município de Várzea Grande. É formado em Gestão Imobiliária pela Universidade Uni Rondon (2002); Especializado em Avaliação de Imóveis pela Universidade Uni Rondon (2004); Perito Judicial Imobiliário pela CETP.

Atualmente preside a COOPRIMO (Cooperativa de Trabalho dos Profissionais do Mercado Imobiliário de Mato Grosso).

Por esta justificativa, conclamo aos nobres Pares, o apoio, para juntos outorgamos ao Sr. Antônio de Souza Rodrigues, o honroso Título de Cidadão Mato-grossense.

É a nossa Justificativa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.
Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

6ª) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Sebastião Ulisses de Oliveira.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 26, XXVIII, da Constituição Estadual

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Sr. Sebastião Ulisses de Oliveira o Título de Cidadão Mato-grossense.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Nascido em Diamantina, Estado de Minas Gerais, em 1928, chegou em terras juscimeirenses em 1954, já com 22 anos de idade juntamente com sua esposa, Augustinha Matheus Barbosa.

É um dos fundadores de Juscimeira. Produtor Rural, evangélico, presbítero. Está hoje com 83 anos de idade, é pai de 09 filhos.

Mantém a sua vida normalmente ativa, é um homem de grande simpatia, admirado por todos que o conhecem.

Por esta justificativa, conclamo aos nobres Pares, o apoio, para juntos outorgamos ao Sr. Sebastião Ulisses de Oliveira, o honroso Título de Cidadão Mato-grossense.

É a nossa Justificativa.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.
Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

7ª) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Francisco José de Oliveira.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 26, XXVIII, da Constituição Estadual.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Sr. Francisco José de Oliveira o Título de Cidadão Mato-grossense.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Nascido em Rancharia, Estado de São Paulo, em 1948.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

Chegou ao Estado de Mato Grosso com 08 anos de idade no Distrito de Fátima de São Lourenço, onde instalou-se no ano de 1954.

Cursou a 3ª série na Escola das Freiras. Casou-se aos 27 anos de idade, no ano de 1972, e tem cinco filhos, todos criados, formados e prósperos da sociedade local.

É produtor rural, homem do campo, que ajudou no desbravamento e progresso de Fátima de São Lourenço Juscimeira.

Por esta justificativa, conclamo aos nobres Pares, o apoio, para juntos outorgamos ao Sr. Francisco José de Oliveira, o honroso Título de Cidadão Mato-Grossense.

É a nossa Justificativa.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

8ª) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Wilson Leitão de Almeida.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 26, XXVIII, da Constituição Estadual.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Sr. Wilson Leitão de Almeida o Título de Cidadão Mato-grossense.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Nascido em Palmeirinha, Estado de Pernambuco, fixou residência em Juscimeira, no ano de 1953.

Foi servidor público na Escola Estadual Campos Sales, como agente de portaria, onde permaneceu até o ano de 1999, quando se aposentou.

Durante o longo tempo em que esteve neste município de Juscimeira, contribui de maneira efetiva para o desenvolvimento desta Terra, considerado hoje, como um dos pioneiros que ajudaram a alavancar a pujança do Município de Juscimeira.

Por esta justificativa, conclamo aos nobres Pares, o apoio, para juntos outorgamos ao Sr. Wilson Leitão de Almeida, o honroso Título de Cidadão Mato-Grossense.

É a nossa Justificativa.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

9ª) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Luiz Sinobre da Cruz.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 26, XXVIII, da Constituição Estadual.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Sr. Luiz Sinobre da Cruz o Título de Cidadão Mato-grossense.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Nascido em Ouro Branco, Distrito de Martinópolis, Estado de São Paulo, em 1945, filho de Raimundo Sinobre da Cruz e Petrolina Maria da Conceição.

Chegou em Juscimeira, com 06 anos de idade, fixando moradia nas margens do Rio Areia, porque naquela época não havia a divisão dos loteamentos.

A sua casa foi o local onde se celebrou a primeira missa daquela localidade.

Com apenas 14 anos de idade adquiriu 09 alqueires de terra, pagando com seus próprios recursos, fruto do seu trabalho desde os 07 anos de idade.

Ajudou a desbravar a região do Vale do São Lourenço. Foi lavrador e em 1981, saindo da zona rural, instalou-se na sede do município. Ajudou a fundar a COMAJUL. Formou a Associação dos Trabalhadores Rurais no ano de 1981, sendo Conselheiro fiscal da primeira diretoria provisória. Exerceu o cargo de tesoureiro da Associação por 06 anos.

Atualmente preside o Sindicato dos Trabalhadores Rurais sendo reeleito pelos associados estando já em seu 8º mandato consecutivo.

Por esta justificativa, conclamo aos nobres Pares, o apoio, para juntos outorgamos ao Sr. Luiz Sinobre da Cruz, o honroso Título de Cidadão Mato-Grossense.

É a nossa Justificativa.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

10ª) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede Título de Cidadão mato-grossense ao Sr. Domingos Iglesias Filho.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 26, XXVIII, da Constituição Estadual.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Sr. Domingos Iglesias Filho o Título de Cidadão Mato-grossense.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Nascido em Curitiba, Estado do Paraná, em 11 de junho de 1959, filho de Domingos Iglesias Valério e Norma Ruth Boehler.

Ainda jovem migrou para a cidade de Cuiabá onde cursou o ensino médio no Colégio Salesiano São Gonçalo. Formou-se em Engenharia Civil nas Faculdades Reunidas Nuno Lisboa, no Rio de Janeiro no ano de 1982. Pós Graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

pela Universidade Federal de Mato Grosso em 1994; Pós Graduação em Administração de Serviços de Saúde pelo Centro Universitário São Camilo em São Paulo em 2004; Curso de Extensão em Portos, Rios, Canais e Vias Navegáveis pela Universidade Federal de Mato Grosso; Curso de Extensão em Ferrovias, pela Universidade Federal de Mato Grosso; Instrutor de Defesa Civil pela agência internacional de prevenção de desastres da ONU-USAID, através da Universidade de Santa Catarina; Curso de Coordenador da Defesa Civil pelo Ministério da Integração Nacional.

Domingos exerceu os cargos de Engenheiro Civil do 9º Batalhão de Engenharia de Construção em Cuiabá no período de 1982 a 1994; participou ativamente da construção das rodovias BR 070, Cuiabá - Cáceres e BR 163/364 entre Cuiabá e Posto Gil; Engenheiro do Departamento de Estradas e Rodagens - extinto DERMAT, no período de 1984 a 1991; atuou na construção de pontes definitivas de concreto no Estado de Mato Grosso, sendo responsável pela execução de 35 pontes de concreto; Assistente de Defesa Civil do Estado de Mato Grosso no período de 1994 a 2005.

Como engenheiro civil desenvolveu inúmeros projetos em Municípios do Estado de Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul, notadamente no controle de erosão e drenagem.

Durante sua brilhante trajetória recebeu diversas homenagens dentre elas:

- Honra a Mérito: pelo primeiro lugar conquistado no curso de engenharia civil;
- Homenagem da Marinha do Brasil com a Medalha “Amigo da Marinha”.

Por esta justificativa, conclamo aos nobres Pares, o apoio, para juntos outorgamos ao Sr. Domingos Iglesias Filho, o honroso Título de Cidadão Mato-Grossense.

É a nossa Justificativa.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

11ª) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Milton Teixeira Filho.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 26, XXVIII, da Constituição Estadual.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Sr. Milton Teixeira Filho o Título de Cidadão Mato-grossense.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Nascido em Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo, no dia 05 de maio de 1959, é casado com a Srª Nilza Aparecida Pelayo Rodrigues Teixeira com quem teve dois filhos: Diego Pelayo Teixeira e Maria Carolina Pelayo Teixeira. É Delegado de Polícia do Estado de Mato Grosso desde o ano de 1988.

O Doutor Milton chegou em Mato Grosso em 1988, ano em que assumiu a Delegacia de Polícia da cidade de Juscimeira (1988 a 1989), primeira cidade da sua brilhante carreira policial. Além de Juscimeira foi delegado das cidades de Jaciara (1990), DERF de Rondonópolis (1991 a 1992), Chefe de Divisão de Operações Especiais da Polícia Civil de Mato Grosso (1993), Delegado da Delegacia de Roubos e Furtos de Cáceres (1994 a 1995), Delegado da

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

Delegacia Regional de Polícia de Cáceres (1995 a 1999), Diretor de Polícia do Interior (1999 a 2000), Diretor Geral de Polícia Civil (2000 a 2002), Diretor de Polícia do Interior (janeiro a Maio de 2003), Delegado da Delegacia de Defesa da Natureza (2003 a 2004), Diretor Metropolitano de Polícia (2004 a fevereiro de 2006), Presidente da Associação Mato-Grossense dos Delegados de Polícia (Fevereiro de 2006 a Fevereiro de 2009), Gerência Estadual da Polinter (2009 a 2010) e atualmente ocupa o cargo de Diretor de Inteligência da Polícia Judiciária Civil.

Durante sua brilhante carreira na Polícia Judiciária Civil recebeu diversas homenagens:

- Moção de Aplausos: Câmara Municipal de Rondonópolis (1994);
- Elogio Individual: Delrepol de Rondonópolis;
- Amigo do Batalhão: Outorgado pelo 6º Batalhão de Infantaria Motorizada “Sentinela do Marco do Jauru” - Cáceres - Ministério do Exército - 18ª Bda. De Infantaria de Fronteira (1994);
- Moção de louvor: Câmara Municipal de Cáceres (1998);
- Título de Cidadão Cacerense: outorgado pela Câmara Municipal de Cáceres (1999);
- Amigo do Batalhão: 2º Batalhão de Fronteira - Cáceres (1999);
- Título “Homens do Mato”: Polícia Militar de Mato Grosso (2001);
- Moção de louvor - Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - Comissão de Direitos Humanos (2002);
- Moção de Aplausos: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (2002);
- Moção de Agradecimentos: Sindicato dos Agentes de Polícia do Estado de Mato Grosso (2002);
- Moção de Louvor - Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - Comissão de Segurança (2005);
- Título de Cidadão Santaritense (honorário): outorgado pela Câmara Municipal de Santa Rita Doeste - SP (2008).

Por esta justificativa, conclamo aos nobres Pares, o apoio, para juntos outorgamos ao Sr. Milton Teixeira Filho, o honroso Título de Cidadão Mato-Grossense.

É a nossa Justificativa.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR

Por enquanto era o que tínhamos, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - A Mesa Diretora acata a reivindicação de Vossa Excelência e vamos passar para nossa assessoria para analisar a solicitação.

Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o nobre Deputado Carlos Avalone.

O SR. CARLOS AVALONE - Srs. Deputados, Deputada, Plenário aqui presente, imprensa, no dia 17, da semana passada, eu realizei uma Audiência Pública aqui sobre os Incentivos Fiscais. Estiveram presentes, além de toda a classe empresarial, entidades, instituições; o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Valter Albano, que já foi Secretário de Fazenda do Estado; o Presidente da Federação das Indústrias; o Presidente do CDL; Diretores da Federação; Secretário de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia, Sr. Pedro Nadaf; da Secretaria de Fazenda, com vários Técnicos, vários representantes, dentre eles o Sr. Marcel, Secretário-Adjunto

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

que fez uma palestra brilhante, também, falando sobre a industrialização de Mato Grosso e a questão fiscal.

Vários Deputados passaram por lá, como o Deputado Percival Muniz, o Deputado Emanuel Pinheiro, o Presidente Riva, todos discutindo a instituição dos incentivos fiscais. E fiquei muito contente com o resultado alcançado, porque ficou claro nas palestras, nas apresentações feitas, que Mato Grosso quando comparado com Goiás e Distrito Federal está perdendo longe na disputa pelos incentivos fiscais. Pelas Empresas que estão vindos para cá. Esses Estados são muito mais agressivos do que nós. Esses Estados estão atraindo muito mais indústrias do que Mato Grosso. E, portanto, enquanto houver a guerra fiscal, nós precisamos entender que devemos entrar nessa disputa para vencer.

Isso não significa que nós temos que ser irresponsáveis em dar incentivos fiscais, dando tudo e não tendo nada em contrapartida. Na realidade, nós precisamos atrair para cá e precisamos usar aquela frase importante que traduz tudo. É melhor ter trinta por cento de alguma coisa do que cem por cento de nada. Nós precisamos trabalhar as cadeias produtivas. Precisamos também incentivar aquele empresário que está em Mato Grosso; o pequeno empresário que está aqui; o médio empresário que está aqui; e o grande empresário que está aqui.

Então, depois de todas as discussões, na avaliação final feita pelo próprio Deputado Percival Muniz, ele entendeu, como já entende de muitos assuntos de incentivos, mas entendeu e se diz favorável, inclusive, à questão dos incentivos fiscais, desde que seja de forma transparente, incentivos fiscais que possa ser fiscalizados e ser acompanhados. E de lá, o que ficou foi a sugestão de todos de que nós montássemos uma Câmara Temática para, junto com a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado, fazermos uma reavaliação dos incentivos fiscais... (TEMPO ESTOGATO)

Trinta segundos... Portanto, eu estou encaminhando um Requerimento.

1º) REQUERIMENTO: Com fulcro no que preceitua a Lei nº 8.352/05, e o que dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis, solicito à Mesa Diretora a instalação de uma Câmara Setorial Temática, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis por igual período, com o objetivo de diagnosticar, analisar e discutir ações que viabilizem a otimização dos Incentivos Fiscais em Mato Grosso.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem como objetivo discutir acerca dos Incentivos Fiscais de Mato Grosso como foi decidido em Audiência Pública realizada pelo Deputado Carlos Avalone no dia 17 de novembro de 2011, nesta Casa de Leis, onde estavam presentes o presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Valter Albano; representantes da Federação das Indústrias, o Presidente Jandir Milan e Gustavo de Oliveira; o Secretário de Indústria, Comércio, Minas e Energia, Sr. Pedro Nadaf; o Presidente da CDL; Sr. Paulo Gasparoto; e outros colegas parlamentares, inclusive o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Riva, onde discutiram a importância dos incentivos fiscais para a cadeia produtiva e para o crescimento do Estado, ficando acertado, seguindo a sugestão do presidente da FIEMT, de se criar uma Câmara Temática para debater o assunto.

A implantação da câmara setorial é para que se possa discutir problemas e encontrar soluções de como otimizar a concessão dos incentivos fiscais para atrair novos empreendimentos e ainda discutir a respeito de melhores condições e maiores incentivos para as

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

cadeias produtivas existentes no estado, bem como sobre a concorrência com os demais estados do Centro-Oeste, que são muito mais agressivos.

E, ainda, em relação ao Estado da Bahia, cuja produção de algodão está se aproximando a de Mato Grosso, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o município baiano de São Desidério está em primeiro lugar na produção de algodão do país, responsável por 16% de toda a produção brasileira do produto, superando o Município de Sorriso. E no Estado do Ceará onde o sucesso na atração de indústrias já é notado, considerando que as empresas estão indo por causa dos incentivos e das melhores condições para exportar, a cidade de Maracanaú oferece incentivos fiscais como redução do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto Sobre Serviços (ISS), além de descontos de até 75% no ICMS, dado pelo governo estadual.

Sendo assim, faz-se necessária uma maior luta para equiparação de incentivos fiscais, para com isso criar melhores condições e atrativos para instalações de novos e importantes empreendimentos, geração de empregos e, notadamente, agregar valor a produção agrícola em nosso Estado.

Nesse sentido, apresento o presente requerimento, contando com o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado CARLOS AVALONE - PSDB

Para que nós possamos fazer uma avaliação da utilização dos incentivos fiscais no Estado de Mato Grosso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Deputado, a Audiência Pública convocada por Vossa Excelência foi no dia dezessete de novembro e eu estava convicto de que participaria, mas no dia dezessete tinha um compromisso, o aniversário da cidade de Feliz Natal, onde fui o Deputado mais votado; e eu não poderia deixar de prestigiar o Prefeito Antônio Debastiane, grande amigo e companheiro.

Então peço desculpas a Vossa Excelência, pois é um assunto, realmente, que tenho bastante interesse.

Com a palavra, pela inscrição, ainda no Pequeno Expediente, o nobre Deputado Walter Rabello.

Antes, porém, passo a direção dos trabalhos ao nosso Presidente, Deputado Riva.
(O SR. DEPUTADO RIVA ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 18:40 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Walter Rabello.

O SR. WALTER RABELLO - Sr. Deputado Riva, Presidente deste Poder Legislativo, Srs. Deputados, Deputada Luciane Bezerra, galerias, imprensa e telespectadores da TV Assembleia, venho à tribuna para apresentar proposições de nossa autoria.

REQUERIMENTO: Com fundamento no art. 177 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora desta Casa, após ouvido o soberano Plenário, que envie convite formal ao Advogado, Sr. José Eduardo Polisel, representante em Mato Grosso da Global Tech - Prospecção de Negócios Ltda, para que compareça a este Parlamento Estadual objetivando a elucidação de várias dúvidas concernentes ao processo de dispensa de licitação e aquisição de equipamentos de segurança, bem como de veículos Land Rover, para vigilância de fronteira.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de matéria de suma importância para conhecimento desta Casa de Leis e análise das especificidades que envolvem o assunto, vez que, por ter sido anulada a compra dos veículos e equipamentos de segurança Land Rover, evidentemente que há alguma irregularidade no processo.

Este Parlamento necessita conhecer toda essa realidade a fim de dar a sua parcela de contribuição como órgão fiscalizador, como espera toda a sociedade mato-grossense.

Face à relevância do assunto em tela, conto com o apoio dos nobres Pares para a integral aprovação do presente Requerimento, em respeito a todos os que acreditam em uma Copa do Pantanal com transparência e com as menores despesas possíveis para os cofres públicos.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado WALTER RABELLO - PSD

Por que do convite, Sr. Presidente? Porque o pagamento foi feito. Inclusive, tenho aqui a nota de empenho e pagamento. Não é uma brincadeira, é algo muito sério. O pagamento foi feito. Primeiro, que foi feito por nota de ordem bancária extraorçamentária como caução, o que não pode, de acordo com a lei; segundo, que foi depositado numa agência bancária do Banco do Brasil da UNIC. A empresa é de Brasília, o proprietário é lá de Anápolis e o dinheiro foi depositado numa conta da agência do Banco do Brasil aqui na UNIC.

Não tem nada de ilegal, mas quem é que movimenta essa conta bancária? Quem é que recebeu esses dois milhões e cem mil reais? Quem é que fez a transferência para a Global Tech? Quer dizer, a empresa lá em Brasília e o dinheiro aqui na conta da agência bancária, dentro de uma Universidade.

Quer dizer, é estranho!

Então, apenas quero saber disso.

REQUERIMENTO: Com fundamento no art. 177 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que requeira ao Secretário Extraordinário da Copa do Mundo, no prazo razoável de 15 dias, as seguintes informações:

1 - Relação e cópia de todos os procedimentos administrativos de empenho, bem como todos os pagamentos efetuados na forma NEX - referentes à Ordem Bancária Extraorçamentária nos últimos 04 anos pela extinta Agecopa e pela atual Secopa.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de matéria de suma importância para conhecimento desta Casa de Leis e análise das especificidades dos trabalhos administrativos referentes a essas contratações.

Este Parlamento necessita conhecer toda essa realidade a fim de dar a sua parcela de contribuição como órgão fiscalizador, como espera toda a sociedade mato-grossense.

Face à relevância do assunto em tela, conto com o apoio dos nobres Pares para a integral aprovação do presente Requerimento, em respeito a todos os que acreditam em uma Copa do Pantanal com as menores despesas possíveis.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 22 de novembro de 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

Deputado WALTER RABELLO - PSD

A NEX, você pode fazer, mas pode fazer o empenho, não caução e nem depositar em dinheiro, como foi feito para a Global Tech.

Esses são os Requerimentos que apresentamos e depois vamos discutir, sendo aprovados.

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede o Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. José Roberto Hermann Ramos.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 26, inciso XXVIII da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Conceder o Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. José Roberto Hermann Ramos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente propositura visa agraciar com o Título de Cidadão Mato-grossense, o advogado, Dr. José Roberto Hermann Ramos, pelos relevantes serviços por ele prestados à nossa comunidade.

Trata-se de profissional que não alardeia suas qualidades, embora as tenha e muito, nem tampouco se vale do dinheiro de honorários para desempenhar a sua profissão.

Tem se destacado com relevante atuação no patrocínio de causas de juridicamente necessitados, trabalhando de forma humilde e servindo sobremaneira àqueles que necessitam recorrer ao Poder Judiciário, sem, contudo, ter o necessário recurso financeiro.

Por essas e outras tantas razões, ou seja, meritorias ações reconhecidas em favor da coletividade mais necessitada, é que propomos o presente agraciamento ao advogado José Roberto Hermann Ramos.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado WALTER RABELLO - PSD

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede o Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Oscar Lombardi Fernandes.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 26, inciso XXVIII da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Conceder o Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Oscar Lombardi Fernandes.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

JUSTIFICATIVA

A presente propositura visa agraciar com o Título de Cidadão Mato-grossense, o Bacharel em Direito Oscar Lombardi Fernandes, pelos relevantes serviços por ele prestados à nossa comunidade, especialmente na década de 80 no norte do nosso Estado.

Nascido aos 08 de dezembro de 1962 em Cianorte, no Estado do Paraná, o agraciado veio ainda adolescente para o Estado de Mato Grosso, mais precisamente no ano de 1980, quando fixou residência no Município de Juara.

Participou naquela década de intensa atividade, seja no grupo de jovens da igreja católica, ou junto à pastoral da Saúde, onde procurava equacionar os atendimentos em saúde até então precários naquela época.

Foi voluntário do extinto PRONAV/LBA, tendo inclusive atuado por longo tempo ao lado da nossa 1ª Dama do Legislativo Mato-grossense, Srª Janete Gomes Riva, de quem é admirador.

Participou ativamente de campanhas e seminários naquele município, inclusive da fundação da primeira Cooperativa sediada naquele município.

Mais tarde mudou-se para a Capital do Estado, em busca de um curso de nível superior, tendo se formado Bacharel em Direito pela Universidade de Cuiabá.

Atuou por muitos anos nesta Casa de Leis como Assessor Parlamentar, dando ênfase ao atendimento às Associações de Moradores de Bairro de Cuiabá, tendo participado ativamente da fundação de alguns bairros como Altos da Glória e 1º de Março.

Trata-se de profissional que não alardeia suas qualidades, embora as tenha e muito, especialmente no que se refere ao altruísmo nas causas sociais.

Tem se destacado com relevante atuação como servidor efetivo da Prefeitura Municipal de Cuiabá, onde trabalha a cerca de 20 anos, tendo inclusive elogios em sua ficha funcional.

Há mais de 18 anos é doador regular de sangue e Medula Óssea no Hemocentro da nossa Capital, tendo contribuído para que inúmeras pessoas do seu convívio também se tornassem doadores regulares de sangue e medula óssea naquela Banca Coletora.

Tal evento, ou seja, a doação voluntária de sangue, é capitulado em nossa legislação federal como sendo um ato de extrema relevância, conforme demonstra a legislação a seguir transcrita:

“LEI Nº 1.075, DE 27 DE MARÇO DE 1950

Dispõe sobre a doação voluntária de sangue.

Art. 3º O doador voluntário, que não for servidor público civil ou militar, nem de autarquia, será incluído, em igualdade de condições exigidas em Lei, entre os que prestam serviços relevantes à sociedade e à Pátria”.

Por essas e outras tantas razões, ou seja, meritorias ações reconhecidas em favor da coletividade mais necessitada, é que propomos o presente Título de Cidadão ao Sr. Oscar Lombardi Fernandes, esperando contar com o beneplácito de todos desta augusta Casa de Leis.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado WALTER RABELLO - PSD

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede o Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Jamir Fernando Jardim Prates.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 26, inciso XXVIII da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Conceder Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Jamir Fernando Jardim Prates.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente propositura visa agraciar com o Título de Cidadão Mato-grossense, o empresário, pecuarista e hoteleiro, Sr. Jamir Fernando Jardim Prates, pelos relevantes serviços por ele prestados à nossa comunidade.

Trata-se de profissional que não alardeia suas qualidades, embora as tenha e muito, sendo um próspero empresário em nossa Capital, além de pecuarista e hoteleiro.

Tem se destacado com relevante atuação no ramo hoteleiro, mas também se trata de um grande reflorestador do nosso Estado.

Por essas e outras tantas razões, ou seja, meritórias ações reconhecidas em favor da coletividade mais necessitada, inclusive na geração de inúmeros empregos diretos e indiretos, é que propomos o presente agraciamento ao Empresário, Pecuarista e Hoteleiro Jamir Fernando Jardim Prates.

Desta feita, apresentado o agraciado, inclusive com seu currículo em anexo, esperamos contar com o beneplácito de todos desta augusta Casa de Leis para a sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado WALTER RABELLO - PSD

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede o Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Antonio Fernando Mancini.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 26, inciso XXVIII da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Conceder o Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Antonio Fernando Mancini.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente propositura visa agraciar com o Título de Cidadão Mato-grossense, o advogado Dr. Antonio Fernando Mancini, pelos relevantes serviços por ele prestados à nossa comunidade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

Trata-se de profissional que não alardeia suas qualidades, embora as tenha e muito, nem tampouco se vale apenas do dinheiro de honorários para o desempenho de sua profissão.

Tem se destacado com relevante atuação no patrocínio de causas de juridicamente necessitados, trabalhando de forma humilde e servindo sobremaneira àqueles que necessitam recorrer ao Poder Judiciário, sem, contudo, ter o necessário recurso financeiro.

Por essas e outras tantas razões, ou seja, meritórias ações reconhecidas em favor da coletividade mais necessitada, é que propomos o presente agraciamento ao advogado Antonio Fernando Mancini.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.
Deputado WALTER RABELLO - PSD

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

**Agracia com a Medalha de Mérito
“João Paulo II”, o ilustre advogado Dr.
Ricardo da Silva Monteiro.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 26, inciso XXVIII da Constituição Estadual e Resolução nº 893/2008, deste Parlamento, resolve:

Art. 1º Fica agraciado com a Medalha de Mérito “João Paulo II”, o insigne advogado Dr. Ricardo da Silva Monteiro.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente propositura visa agraciar o conspícuo advogado, Dr. Ricardo da Silva Monteiro, com a Medalha de Mérito “João Paulo II”, pelos seus relevantes serviços prestados à nossa comunidade, especialmente como causídico dos juridicamente necessitados.

Trata-se de profissional que não alardeia suas qualidades, embora as tenha e muito, nem tampouco se vale apenas do dinheiro de honorários para o desempenho de sua profissão.

Tem se destacado com relevante atuação no patrocínio de causas de juridicamente necessitados, trabalhando de forma humilde e servindo sobremaneira àqueles que necessitam recorrer ao poder judiciário, sem, contudo, ter o necessário recurso financeiro.

Por essas e outras tantas razões, ou seja, meritórias ações reconhecidas em favor da coletividade mais necessitada, é que propomos o presente agraciamento ao advogado Dr. Ricardo da Silva Monteiro, esperando contar com o beneplácito de todos desta Casa de Leis para a sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.
Deputado WALTER RABELLO - PSD

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: Com fundamento no art. 183, inciso IX do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, para que registre nos Anais e encaminhe ao Prefeito Municipal de Campos de Júlio, a presente Moção de Congratulações, vazada nos seguintes termos:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Walter Rabello, expressa suas mais efusivas congratulações ao Sr. Prefeito Municipal, extensiva a toda a população de Campos de Júlio, pelo transcurso do aniversário do município, comemorado no próximo dia 28 de novembro.

O desenvolvimento de cada município passa pela disposição e constância de seus cidadãos em trabalhar e enfrentar desafios diários, almejando o crescimento e o progresso da coletividade.

Em Campos de Júlio não é diferente, onde a população ordeira e trabalhadora tem contribuído de forma determinante para que o município continue a passos largos rumo a um desenvolvimento pleno e que contemple a maioria de sua população.

Assim, parabeno a todos que trabalham e se dedicam arduamente para que o Município de Campos de Júlio tenha o reconhecimento e a credibilidade que merece, que todos nós desejamos e que é notado e se tem notícia inclusive em nossa Capital.

O nosso Gabinete encontra-se à inteira disposição para o atendimento de reivindicações que possam contribuir para um crescente desenvolvimento desse promissor município.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.
Deputado WALTER RABELLO - PSD

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: Com fundamento no art. 183, inciso IX do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, para que registre nos Anais e encaminhe ao Presidente da Câmara Municipal de Campos de Júlio, a presente Moção de Congratulações, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Walter Rabello, expressa suas mais efusivas congratulações ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, extensiva a toda a população de Campos de Júlio, pelo transcurso do aniversário do município, comemorado no próximo dia 28 de novembro.

O desenvolvimento de cada município passa pela disposição e constância de seus cidadãos em trabalhar e enfrentar desafios diários, almejando o crescimento e o progresso da coletividade.

Em Campos de Júlio não é diferente, onde a população ordeira e trabalhadora tem contribuído de forma determinante para que o município continue a passos largos rumo a um desenvolvimento pleno e que contemple a maioria de sua população.

Assim, parabeno a todos que trabalham e se dedicam arduamente para que o Município de Campos de Júlio tenha o reconhecimento e a credibilidade que merece, que todos nós desejamos e que é notado e se tem notícia inclusive em nossa Capital.

O nosso Gabinete encontra-se à inteira disposição para o atendimento de reivindicações que possam contribuir para um crescente desenvolvimento desse promissor município.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.
Deputado WALTER RABELLO - PSD

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: Com fundamento no art. 183, inciso IX do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

para que registre nos Anais e encaminhe à Prefeita Municipal de Colniza, a presente Moção de Congratulações, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Walter Rabello, expressa suas mais efusivas congratulações a Sr^a Prefeita Municipal, extensiva a toda a população de Colniza, pelo transcurso do aniversário do município, comemorado no próximo dia 26 de novembro.

O desenvolvimento de cada município passa pela disposição e constância de seus cidadãos em trabalhar e enfrentar desafios diários, almejando o crescimento e o progresso da coletividade.

Em Colniza não é diferente, onde a população ordeira e trabalhadora tem contribuído de forma determinante para que o município continue a passos largos rumo a um desenvolvimento pleno e que contemple a maioria de sua população.

Assim, parabênizo a todos que trabalham e se dedicam arduamente para que o Município de Colniza tenha o reconhecimento e a credibilidade que merece, que todos nós desejamos e que é notado e se tem notícia inclusive em nossa Capital.

O nosso Gabinete encontra-se à inteira disposição para o atendimento de reivindicações que possam contribuir para um crescente desenvolvimento desse promissor município.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 22 de novembro de 2011.
Deputado WALTER RABELLO - PSD

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: Com fundamento no art. 183, inciso IX do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, para que registre nos Anais e encaminhe ao Presidente da Câmara Municipal de Colniza, a presente Moção de Congratulações, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento do Deputado Walter Rabello, expressa suas mais efusivas congratulações ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, extensiva a toda a população de Colniza, pelo transcurso do aniversário do município, comemorado no próximo dia 26 de novembro.

O desenvolvimento de cada município passa pela disposição e constância de seus cidadãos em trabalhar e enfrentar desafios diários, almejando o crescimento e o progresso da coletividade.

Em Colniza não é diferente, onde a população ordeira e trabalhadora tem contribuído de forma determinante para que o município continue a passos largos rumo a um desenvolvimento pleno e que contemple a maioria de sua população.

Assim, parabênizo a todos que trabalham e se dedicam arduamente para que o Município de Colniza tenha o reconhecimento e a credibilidade que merece, que todos nós desejamos e que é notado e se tem notícia inclusive em nossa Capital.

O nosso Gabinete encontra-se à inteira disposição para o atendimento de reivindicações que possam contribuir para um crescente desenvolvimento desse promissor município.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 22 de novembro de 2011.
Deputado WALTER RABELLO - PSD

Sr. Presidente, era isso. Obrigado!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Ezequiel Fonseca.

O SR. EZEQUIEL FONSECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Luciane Bezerra, uso o Pequeno Expediente para apresentar uma Indicação de nossa autoria.

INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade da construção de quadras poliesportivas nas Escolas Estaduais Ana Maria Souza Noronha, Desembargador Gabriel Pinto de Arruda, Demetrio Costa Pereira, Frei Ambrosio, Esperidião Marques, Milton Marques Curvo e Leopoldo Ambrosio Filho, todas no Município de Cáceres.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade da construção de quadras poliesportivas nas Escolas Estaduais Ana Maria Souza Noronha, Desembargador Gabriel Pinto de Arruda, Demetrio Costa Pereira, Frei Ambrosio, Esperidião Marques, Milton Marques Curvo e Leopoldo Ambrosio Filho, todas no Município de Cáceres.

JUSTIFICATIVA

Buscando melhorar a infraestrutura das Escolas Estaduais do Município de Cáceres, apresento esta Indicação para construção de quadras poliesportivas, que proporcionará aos alunos a prática de esportes sem a exposição às mudanças climáticas e de forma agradável.

Ademais, com a construção dessas quadras aumentarão o incentivo à prática de esportes e ao lazer, que traz benefícios importantes à saúde mental e física dos jovens, além de afastá-los da vulnerabilidade do mundo das drogas e de outras mazelas sociais.

Por fim, essa obra de infraestrutura escolar não irá beneficiar somente a comunidade escolar, mas toda a população que reside ao entorno da escola, que poderá contar com um espaço agradável para prática de esportes, eventos sociais e culturais, que contribuem na formação de todos.

Ante o exposto, conto com o especial empenho do Secretário de Estado de Educação, bem como com a aprovação dos demais Pares para a efetivação do importante pleito, que trará benefícios imensuráveis à população.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado EZEQUIEL FONSECA - PP

Lembrando que essas escolas não têm quadra coberta e que nós temos recebido diversas solicitações de vereadores, de diretores de escola, abaixo-assinados de alunos, solicitando a quadra coberta para essas escolas.

E, aproveito também esta oportunidade para cumprimentar o Vereador Chico Redeiro, do Município de Canarana.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Zeca Viana.

O SR. ZECA VIANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srª Deputada.

Para apresentar uma Moção de Aplausos:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

1ª) MOÇÃO DE APLAUSOS: Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeiro à Mesa, ouvido o soberano plenário, seja encaminhada Moção de Aplausos ao Exmº Sr. Prefeito de Alto Taquari, Maurício de Sá; ao Exmº Sr. Secretário Municipal de Saúde, Osmar José Batistussi; ao Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal, Marquinhos da Treze, e a Exmª Srª Vereadora Cristine Bernine, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por meio dos Srs. Deputados e da Srª Deputada que a compõe, vem apresentar Moção de Aplausos ao Exmº Sr. Prefeito de Alto Taquari, Maurício de Sá; ao Exmº Sr. Secretário Municipal de Saúde, Osmar José Batistussi; ao Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal, Marquinhos da Treze, e a Exmª Srª Vereadora Cristine Bernine, pelo trabalho realizado no gerenciamento do Hospital e Maternidade Nossa Senhora Aparecida.

JUSTIFICATIVA

O Hospital Municipal e Maternidade Nossa Senhora Aparecida existe desde 1991, quando iniciou suas atividades como uma unidade mista de saúde, na época, com seis leitos, e com o passar dos anos foi transformado em um hospital com doze leitos.

Passados vinte anos a gestão municipal, avaliando as mudanças econômicas e sociais do município, entendeu as necessidades de se ampliar as instalações do hospital municipal para dessa forma garantir aos munícipes melhores condições para assistência hospitalar.

O prédio novo que foi inaugurado tem capacidade para trinta e um leitos adequados às normas de Vigilância Sanitária, com espaço amplo, ventilado, oferecendo conforto e segurança aos pacientes. Além da ala de internação, foi construída, também, a lavanderia do hospital, com 127m², também, adequada às normas de segurança e higiene, permitindo a lavagem correta das roupas hospitalares de cama e de uso pessoal do paciente, assim, evitando a infecção hospitalar.

O impacto positivo para o sistema de saúde do município é muito importante, pois, com esse número de leitos ampliados, é possível atender a todos os pacientes taquarienses que necessitarem de assistência médico-hospitalar. Desta forma, o hospital Municipal está, agora, preparado para acompanhar o seu crescimento.

Além do prédio, também, foram adquiridos equipamentos e materiais para melhor atender a população, como camas *fowler*, mesas auxiliares, poltronas reclináveis, mesas para refeição, escadas de dois degraus, biombo, suportes de soro no valor de R\$35.000,00 adquiridos por meio de doação realizada pela Empresa ETH como contrapartida dos serviços médico-hospitalares prestados por meio do hospital aos seus funcionários.

Com essa ampliação e reforma inaugurada será possível o cadastramento do hospital municipal junto ao Ministério de Saúde, que, agora, repassará ao município os recursos destinados ao custeio hospitalar. A ampliação e reforma teve um investimento de aproximadamente R\$750, 000.00 em 586m² de construção.

Por estas razões, aplaudimos as autoridades que tiveram a iniciativa em melhorar o atendimento e gerenciamento do Hospital e Maternidade Nossa Senhora Aparecida que atualmente é um hospital de alta qualidade, conforto, tecnologia, que engrandece o sistema de saúde pública e trará muitos benefícios e tranquilidade a toda a população do Município de Alto Taquari.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.
Deputado ZECA VIANA - PDT

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

Sr. Presidente, eu estive no Município de Alto Taquari, no sábado, e fiquei orgulhoso com o que vi naquele município: o capricho, a dedicação, do Prefeito, dos Vereadores, do Secretário de Saúde com o Hospital Municipal. Realmente, nós vimos que se tiver boa gestão é possível, sim, fazer um bom trabalho. É um hospital fantástico, com trinta e um leitos, com lavanderia, com ampla área de ventilação, um hospital que realmente nos orgulha saber que é 100% municipal e funcionando com toda sua capacidade e com pessoas altamente dedicadas, com sete médicos para atendimento. Então, isso nos orgulha!

Inclusive, Deputado Dilmar Dal Bosco, o Prefeito é do DEM. Eu o parabenizei! E vi que é possível, sim, fazer bom trabalho público. Ele me orgulhou! Nós vemos no Estado uma saúde paupérrima, uma saúde depredada, mas quando vamos a um município pequeno e vemos a organização, o trabalho daqueles gestores públicos, voltamos a nos animar a estar na vida pública e dizer: é possível mudarmos essa imagem triste que temos na saúde pública do nosso Estado.

Então, eu quero deixar os meus parabéns ao Prefeito, ao Secretário de Saúde, que é do meu Partido, o PDT, que estão fazendo um excelente trabalho em Alto Taquari.

Por isso, nobre Deputado Wagner Ramos, que nós elogiamos.

Nós temos que elogiar o que é bom, o que é bem feito. Nós precisamos elogiar, precisamos saber valorizar, sim!

2ª) EMENDA MODIFICATIVA:

Emenda Modificativa ao Projeto de Lei Complementar nº 55/11, Mensagem nº 86/11, de autoria do Poder Executivo.

Fica modificado o § 1º do art. 11 do Projeto de Lei Complementar nº 55/11, Mensagem nº 86/11, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 11 (...)

§ 1º Permanece de acordo com o previsto na Legislação atual a quantidade, sendo o custo financeiro dos cargos em comissão e das funções de confiança – gratificadas da EMPAER/MT adequados à Lei Complementar nº 266, de 29 de dezembro de 2006, e as suas alterações.”

JUSTIFICATIVA

A Emenda ora apresentada se justifica pela necessidade de que os cargos em comissão sejam adequados segundo os preceitos da Lei Complementar nº 266 de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre diretrizes e normatizações relativas à gestão de cargos em comissão e funções de confiança e suas alterações.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.
Deputado ZECA VIANA - PDT

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) – Com a palavra, o nobre Deputado J. Barreto (TRANSFERE). Com a palavra, o nobre Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srª Deputada.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

Sr. Presidente, na semana passada, também, apresentei várias Indicações, porque começarão as cobranças do interior do Estado de Mato Grosso, as solicitações aos nobres Deputados Estaduais quanto à recuperação das MTs.

Então, apresento aqui esta Indicação:

1ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador de Estado, Silval Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana, Arnaldo Alves, a necessidade de manutenção da Rodovia MT-208, no trecho entre os Municípios de Terra Nova do Norte e Nova Guarita.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado o presente expediente ao Exmº Sr. Governador de Estado, Silval Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana, Arnaldo Alves, mostrando a necessidade de manutenção da Rodovia MT-208, no trecho entre os Municípios de Terra Nova do Norte e Nova Guarita.

JUSTIFICATIVA

O Município de Terra Nova do Norte está localizado no Norte do Estado de Mato Grosso, a 648Km (seiscentos e quarenta e oito quilômetros) de Cuiabá, com uma população total de aproximadamente 13.694 (treze mil, seiscentos e noventa e quatro) habitantes e uma área territorial de 2.302,33Km² (dois mil, trezentos e dois e trinta e três quilômetros quadrados). E com uma população de aproximadamente 5.651 (cinco mil seiscentos e cinquenta e um) habitantes.

A Indicação que ora apresentamos visa atender reivindicação da população de dois municípios que necessitam, com urgência, da recuperação na MT- 208, no trecho que liga os Municípios de Terra Nova do Norte e Nova Guarita, totalizando cerca de 50Km.

Nós justificamos esta Indicação tendo em vista que a referida rodovia encontra-se em precárias condições de trafegabilidade o que dificulta a comunicação entre os dois municípios e prejudica, sobremaneira, o transporte da produção da região.

Atualmente, o trecho corre o risco de ser interrompido por não haver a manutenção necessária e com o período chuvoso a situação só se agravará.

Nós, como representantes do povo neste Parlamento, acolhemos com grande empenho esta reivindicação, devido à importância e relevância que o assunto impõe e certo de que a medida contribuirá com melhores condições de vida para toda a população.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado DILMAR DAL BOSCO – DEM

Então, aqui eu falo das MTs-220, 208, 210, 339. Quer dizer, nós vamos começar novamente como começamos no início do ano, do nosso mandato, pedindo e clamando a recuperação das MTs.

Infelizmente, nós já temos lugares, Deputado Sebastião Rezende, pois sempre o vejo preocupado; assim como o Deputado Nilson Santos... Eu passei pela MT-320, que é um exemplo, que foi asfaltada, juntamente com a minha família. Felizmente não aconteceu nada de grave, mas não tem asfalto na MT-320 de Alta Floresta próximo a Colíder. Chegando a Colíder eu tive um acidente devido aos enormes buracos. Não é um asfalto. Eu acho que lá não é urgência... Parece-me até que o Governo se prontificou a recuperar aquela MT.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

Infelizmente, começam as cobranças aos nobres Deputados, todos os Pares, para manutenção das nossas MTs. Onde não foi feito os consórcios, infelizmente não estão funcionando no Estado de Mato Grosso.

Então, a cobrança vem para os Deputados Estaduais.

Apresentar, também, algumas proposições:

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador de Estado, Silval Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado das Cidades, Ernandy Maurício Baracat de Arruda, a necessidade da construção de uma praça no Bairro Lixeira, Município de Cuiabá.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado o presente expediente ao Exmº Sr. Governador de Estado, Silval Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado das Cidades, Ernandy Maurício Baracat de Arruda, mostrando a necessidade da construção de uma praça no Bairro Lixeira, no Município de Cuiabá.

JUSTIFICATIVA

A Lixeira é um Bairro tradicional de Cuiabá. Está localizado bem próximo ao Centro Histórico. A população até recentemente ainda cultivava alguns hábitos característicos da cidade, como sentar à porta ao final da tarde.

Além disso, a necessidade da construção de uma praça para o Bairro Lixeira é importante para o seu desenvolvimento e para a interação dos moradores da localidade, haja vista que é um bairro com grande número de moradores que, cada vez mais, necessitam de áreas de lazer.

A presente Indicação tem por escopo proporcionar aos moradores da região interação, lazer e convívio entre a população que reside naquela região.

Justificamos a presente Indicação tendo em vista que a praça é um espaço público urbano livre de edifícios e que propicia convivência ou recreação para seus usuários; é um lugar para a família oferecendo opções de entretenimento para crianças, jovens, adultos e idosos.

Nós, como representantes do povo neste Parlamento, acolhemos com grande empenho esta reivindicação devido à importância e relevância que o assunto impõe certo de que a medida beneficiará toda a população do município.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado DILMAR DAL BOSCO – DEM

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado das Cidades, Ernandy Maurício Baracat de Arruda, a necessidade da instalação de uma Academia da Terceira Idade (ATI) no Município de Lucas do Rio Verde.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado o presente expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado das Cidades, Ernandy Maurício Baracat de Arruda, mostrando a necessidade da instalação de uma Academia da Terceira Idade (ATI) no Município de Lucas do Rio Verde.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

A presente Indicação foi solicitada pela Vereadora Ana Chupel Kothrade que tem como escopo a instalação de uma Academia da Terceira Idade em Lucas do Rio Verde.

A cidade tem 45.000 (quarenta e cinco) mil moradores e dentre esses estão inclusa as pessoas idosas que precisam fazer exercícios físicos.

O motivo pelo qual apresentamos esta matéria é por entender tratar-se de um investimento que beneficia diretamente o bem-estar da população. Os idosos não têm como fazer as suas ginásticas, nem suas caminhadas e com a instalação da academia ao ar livre estará colaborando com um programa social para os idosos.

Além disso, para o idoso ajuda a controlar a pressão arterial, ganho da massa muscular e diminuição da gordura, ajuda na coordenação motora, na concentração e prevenção das doenças. A população só tem a ganhar com implantação da academia e como é gratuita, melhor ainda, pois entendemos que muita gente não tenha condições de pagar para ter acesso a esse benefício.

Com o intuito de dar uma melhor qualidade de vida aos integrantes da terceira idade do município é que os moradores solicitaram a nossa intervenção junto às autoridades competentes visando o atendimento do pleito.

Pelo exposto, acolhemos com grande empenho esta reivindicação e pedimos a colaboração dos nobres Pares para aprovação da presente matéria.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado DILMAR DAL BOSCO – DEM

4ª) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede Título de Cidadã Mato-grossense a Srª Tereza Marques de Oliveira Castro.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o art. 26 inciso XXVIII da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Conceder a Srª Tereza Marques de Oliveira Castro o Título de Cidadã Mato-grossense.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Tereza Marques de Oliveira Castro, empresária, mais conhecida por “Terezinha”, nasceu no Município de Jussara, Estado do Paraná. Ela chegou a Mato Grosso em 1981, primeiramente no Município de Nova Bandeirantes e em 1983 na Cidade de Alta Floresta.

Na Cidade de Alta Floresta conheceu o Luizão e logo começaram a namorar. Casaram-se logo em seguida, na Igreja Matriz. Foram 24 anos de uma união muito feliz da qual nasceram os filhos: Camila Castro e Lucas Castro.

Após o marido ficar encantado com a Cidade de Nova Canaã do Norte, ela se mudou para a cidade e passaram a investir na comercialização de ouro em 1986, montando um negócio próprio e a partir daí Tereza sempre esteve à frente das lojas, ou seja, a loja de autopeças e a Casa Lotérica trabalhando arduamente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

Terezinha foi por dois mandatos Primeira-Dama do Município de Nova Canaã do Norte. O seu marido foi eleito Prefeito em 2004 e reeleito em 2008. Ela sempre estava engajada nas obras sociais da cidade e acompanhava o marido na busca por melhorias estruturas para o município proporcionar bem-estar à população.

Na campanha do primeiro mandato teve muita dificuldade em virtude da falta de experiência de trabalhar com a política e andava sol a sol pelas ruas da cidade em busca de votos para o Luizão.

O casamento feliz durou até meados de 2011, quando uma fatalidade tirou a vida de um pai de família que foi executado de forma cruel a tiros, na noite de sexta-feira, no dia 05 de agosto de 2011, durante uma confraternização no Clube do Laço no município. No entanto, mesmo viúva continuou trabalhando muito e dando continuidade aos trabalhos iniciados pelo marido.

Destarte, por todas as razões apresentadas e por todos os relevantes serviços prestados, proponho a concessão do Título de Cidadã Mato-Grossense a Sr^a Tereza Marques de Oliveira Castro, que indiscutivelmente merece todas as honras, admiração e respeito.

Para tanto, apresento a proposição legislativa e peço apoio dos nobres Pares pela sua acolhida e merecida aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado DILMAR DAL BOSCO – DEM

5^a) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede Título de Cidadão Mato-Grossense ao Sr. Antônio Luiz César de Castro (*in memorian*).

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o art. 26 inciso XXVIII da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Conceder ao Sr. Antônio Luiz César de Castro (*in memorian*) o Título de Cidadão Mato-grossense.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Antônio Luiz César de Castro, mais conhecido por “Luizão”, nasceu no Município de Umuarama, Estado do Paraná. É filho do Sr. Antônio de Castro e da Sr^a Celina Floriano de Castro. Chegou a Mato Grosso em 1984. Na época, ele era comerciante de ouro. No ano seguinte casou-se com a Sr^a Tereza Marques de Oliveira Castro. Ele tinha 43 anos e pai de dois filhos.

Luizão conseguiu construir sua vida e chegar onde chegou em 30 anos de luta e com uma trajetória de desafios que ficaram para trás vencidos pela determinação. Ele contava que viveu sete anos em sua cidade natal e que, depois, com a família mudou-se para Maringá (PR). Ele concluiu seus estudos e aos 14 anos já trabalhava como *office-boy* num escritório de contabilidade. Em 1984 a família se mudou para Alta Floresta para cuidar de uma propriedade adquirida pelo seu pai, Sr. Antônio de Castro (*in memoriam*), sua esposa Celina Floriano de Castro e os filhos Antônio Carlos, Célia Maria, Antônio Luiz (Luizão), Paulo Sérgio e Carlos Alexandre.

Ainda jovem Luizão demonstrava interesse e vontade de vencer. Trabalhou por um tempo no setor de cadastro da Prefeitura de Alta Floresta e, depois, ingressou no Banco do Brasil. Ousado e sem medo do trabalho duro adquiriu, nessa época, junto com mais dois amigos, o *trailer*

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

de lanche “Sol de Verão”, que funcionava próximo à Igreja Matriz de Alta Floresta, e se tornou um empresário informal. Durante o dia era bancário e à noite vendia lanches.

Ele nunca teve o apoio do Poder Público na sua trajetória como empresário. Foi nessa época que conheceu a jovem Terezinha e logo começaram a namorar. Com o passar do tempo conheceu um empresário que atuava no comércio de ouro, dono da Empresa Santa Maria Metais. Devido a sua experiência contábil e o seu carisma, recebeu a oportunidade para trabalhar na empresa e, pouco tempo depois, assumiu a gerência geral das vinte e duas filiais do grupo.

Sua história em Nova Canaã do Norte, a “terra prometida”, começou por acaso, quando teve que passar um final de semana na cidade para treinamento de um funcionário para tornar-se comprador de ouro e desde então, ficou encantado com o lugar e percebeu que o município apresentava grande potencial econômico e muita perspectiva de futuro. Foi aí que surgiu a ideia de mudar-se imediatamente para Nova Canaã do Norte para instalar seu próprio escritório de compra de ouro em 1986. Casou-se com Terezinha logo em seguida, na Igreja Matriz e foram 24 anos de uma feliz união, da qual nasceram os filhos.

Nova Canaã do Norte se tornava município, passava por muitas dificuldades como todos em fase de emancipação, mas Luizão sempre investiu na cidade e a atividade com a compra de ouro prosperou. Os negócios foram crescendo. Ele logo comprou uma loja de autopeças que administrou por vários anos até chegar ao município uma grande rede de loja de autopeças que fez uma proposta irrecusável e Luizão vendeu a loja e, logo depois, o mercado. Ele sempre demonstrou ter jeito para administrar seus negócios. No comércio tinha habilidade para crescer e foi assim que adquiriu o segundo mercado e posteriormente a Casa Lotérica.

Ao ingressar na vida política vendeu o segundo mercado para o seu gerente, na época, sempre proporcionando oportunidades. O Luiz sempre colaborou com a sociedade organizada de Nova Canaã do Norte participando da Diretoria da Associação Comercial como Tesoureiro; realizando um grande feito que foi a aquisição do terreno e a construção da quadra poliesportiva.

Ele foi Presidente do Canaã Tênis Clube, onde fez a maior obra da história do clube, a piscina semiolímpica, e conseguiu passar de 20 (vinte) para 250 (duzentos e cinquenta) sócios, sendo que desses 80 (oitenta) eram patrimoniais. E isso tudo com a sua maneira de liderar, conseguindo o envolvimento das pessoas e fazendo com que elas acreditassem nos projetos e o principal que fizessem parte deles.

Ele foi Prefeito de Nova Canaã do Norte até meados de 2011, quando uma fatalidade tirou o grande homem do cenário político, pois foi executado de forma cruel a tiros, na noite de sexta-feira, dia 05 de agosto de 2011, durante uma confraternização no Clube do Laço no município. O município com pouco mais de 13.000,00 (treze mil) habitantes ficou mais triste com a perda de seu líder.

A cidade está localizada a 700Km ao Norte de Cuiabá. É uma cidade pacata que vive um bom momento econômico por causa da construção de uma usina hidrelétrica, cujo investimento é de 1,5 bilhão de reais.

Inclusive, Luizão estava empolgado com o empreendimento, porque acreditava que iria dar impulso à economia local, hoje, basicamente sustentada pela pecuária. Ele era uma pessoa querida por todos. Gostava sempre de estar junto com sua família e seus queridos amigos.

Luizão era filiado ao Partido do DEM há mais de dez anos. Foi eleito para seu primeiro mandato em 2004 e reeleito em 2008. Era uma pessoa tranquila e sem inimigos políticos; um homem que sempre trabalhou em função de uma política justa voltada para o bem-estar da população. Foi um grande militante, fiel ao partido e que sempre estava de prontidão quando convocado para as ações partidárias.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

Sua trajetória política era marcada pela conduta idônea e ilibada com que conduzia seus projetos, sempre lutando para conseguir melhorias para o município.

Dentre os inúmeros projetos que realizou durante os seus mandatos podemos dar destaque à construção da ponte sobre o Rio Teles Pires que foi inaugurada em 2009 e os inúmeros incentivos dados a micros e pequenas empresas.

Destarte, por todas as razões apresentadas por sua reconhecida capacidade profissional, por todos os relevantes serviços prestados, eu proponho a concessão do Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Antônio Luiz César de Castro (*in memoriam*) que indiscutivelmente merece todas as honras, admiração e respeito.

Para tanto, apresento a proposição legislativa e peço apoio dos nobres Pares pela sua acolhida e merecida aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado DILMAR DAL BOSCO – DEM

Estou apresentando este Projeto de Resolução que concede Título de Cidadão Mato-grossense em memória do meu companheiro falecido, do meu Partido, ex-Prefeito Luizão, do Município de Nova Canaã.

Então, apresento este Projeto de Resolução mesmo com muita tristeza, mas em memória da sua família pela perda lastimável, pois até hoje não tem nada de concreto do crime que foi cometido o nosso Prefeito Luizão, de Nova Canaã.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) – Eu gostaria, antes de chamar o próximo orador, dizer que nós recebemos, hoje, um documento do Movimento Saúde e Democracia que eu gostaria de ler.

Ele encaminha um abaixo-assinado com aproximadamente cinco mil assinaturas defendendo a construção de um hospital público.

Eu quero ler:

“Sr. Presidente, serve o presente para encaminhar a Vossa Excelência, na condição de Presidente do Parlamento do Estado de Mato Grosso, um abaixo-assinado contendo cinco mil assinaturas de moradores da Capital solicitando providências inadiáveis dos Poderes Constituídos do Estado, bem como da Reitoria da UFMT, para atender a população mato-grossense na sua saúde.

Tal documento é autoexplicativo e Vossa Excelência, conforme já noticiado pela imprensa, é a favor do seu objeto como única forma de melhorar a assistência à saúde do nível terciário, melhor organizando a rede de serviços hospitalares e garantindo mais acesso e melhor qualidade nos serviços reivindicados naqueles já existentes.

Os integrantes do MSD esperam que Vossa Excelência, liderança política expressiva e Presidente do Poder Legislativo, faça os encaminhamentos às demais autoridades citadas no abaixo-assinado e, também, aos demais membros desta Casa de Leis, bem como seja um militante a favor da construção dos hospitais públicos, reclamados, bem como, do fortalecimento do SUS.”.

Concomitante a isso, eu peço à Consultoria Técnico-Jurídica da Mesa que providencie fotocópias deste Abaixo-Assinado do MSD e encaminhe ao Governador do Estado.

Juntos encaminham a explicação defendendo o término do Hospital Central e a construção do Hospital Infantil, o hospital da criança.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

Inclusive, estamos aqui com um projeto executivo do Hospital Central e do Hospital Infantil em *cd*.

Eu peço à Consultoria Técnico-Jurídica da Mesa que faça o encaminhamento desse material ao Governador do Estado de Mato Grosso e, também, do *cd* e da explicação em relação ao hospital.

Eu informo que a reunião do Colégio de Líderes teve um amplo debate. Esse Colegiado vai discutir com o Governador e eu tenho levantado essa tese. Eu acho que é a saída mais apropriada que nós temos.

Se o Estado realmente tem um bilhão e meio de capacidade de endividamento para asfalto, então, que destine 10% desse recurso para melhorar a estrutura hospitalar no Estado.

Nós não podemos continuar aguardando, adiando e até fazendo discussão sobre as PPPs, que é um modelo ainda novo no Estado, extremamente complexo. Nós acreditamos que por meio da capacidade de endividamento o Estado possivelmente conseguirá resolver a questão dos leitos hospitalares, principalmente terminar o Hospital Central, que tem uma sugestão de passar a ser Hospital Infantil, e construir um grande hospital público aqui em Cuiabá, para resolver a questão dos leitos hospitalares.

Então, eu peço à Consultoria Técnico-Jurídica da Mesa que faça o encaminhamento ao Governador do expediente recebido e o Colegiado fará essa discussão.

Com a palavra, o nobre Deputado Wagner Ramos; em seguida, o Deputado Nilson Santos.

Como nós só temos dez minutos, eu peço aos Deputados que usem o tempo sem prorrogar para propiciar a participação do maior número possível, pois, ainda, temos sete oradores.

O SR. WAGNER RAMOS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Serão suficientes os minutos a mim concedidos.

1ª) PROJETO DE LEI

Proíbe todos os postos de combustíveis, no âmbito do Estado de Mato Grosso, a utilizar a terceira casa decimal nos valores correspondente a centavos em seus produtos.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Proíbe todos os postos de combustíveis, no âmbito do Estado de Mato Grosso, a utilizar a terceira casa decimal nos valores correspondente a centavos em seus produtos:

Parágrafo único Os valores correspondentes a centavos deverão possuir dois dígitos.

Art. 2º Os produtos que se refere o art. 1º são:

- I - gasolina,
- II - etanol,
- III - diesel,
- IV - gás natural.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

Art. 3º O não cumprimento desta lei acarretará multa de 1.000 (mil) Unidades Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso (UPFMTs) ao estabelecimento que descumprir a presente lei, sendo cobrado em dobro em caso de reincidência.

Art. 4º O Poder Executivo estabelecerá o órgão que deverá efetuar a presente fiscalização e a aplicação das multas cabíveis, conforme descrito no art. 3º.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da sua publicação.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias ou suplementares se necessárias.

Art. 7º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A população mato-grossense hoje sofre calada com o alto preço dos combustíveis no Estado e está sendo ludibriada ainda mais com propagandas enganosas realizadas pelos postos de combustíveis que colocam uma terceira casa decimal no valor referente a centavos.

Esses valores acabam por enganar e confundir a população, como, por exemplo, podemos observar o valor do etanol que alguns postos colocam em placas informativas seu valor “R\$1,979”. Sendo que esse valor raramente é calculado com os três dígitos e sim com dois, calculado à “R\$1,98”. Essa diferença de valores ainda é pequena, sendo que ao encher o tanque de seu veículo a diferença é de apenas alguns centavos, mas ainda, sim, não deixa de ser uma forma de enganar a população.

Mas o cliente não está sendo enganado apenas na soma dos valores, mas, também, no *marketing* enganoso, onde os donos de postos colocam o terceiro dígito escondido ou em tamanho menor, e tendo a pressa dos clientes que acabam por observar apenas os primeiros dígitos do valor.

Sendo assim, visando proteger a população de ser ainda mais prejudicada, apresentamos o presente projeto de lei, onde conto com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado WAGNER RAMOS - PR

Estou olhando para a Dr^a Waleska, da CCJR para ver a possibilidade de fazermos com que este Projeto seja aprovado dentro da sua legalidade.

2ª) PROJETO DE LEI:

Obriga os órgãos responsáveis pela gestão da educação pública do Estado de Mato Grosso a divulgar, em todos os veículos de comunicação oficial e em cada unidade escolar, os dados referentes à qualidade da educação ofertada nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental e médio.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Os órgãos responsáveis pela gestão da educação pública do Estado de Mato Grosso devem divulgar, em todos os veículos de comunicação oficial e nas unidades escolares, os dados referentes à qualidade da educação ofertada nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental e médio.

Parágrafo único Os dados referidos no *caput*, obtidos quando da última apuração do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP ou outro índice que venha a substituí-los são:

- 1 - O IDEB de cada unidade escolar;
- 2 - infraestrutura;
- 3 - Recursos Humanos;
- 4 - Gestão democrática;
- 5 - repasse de recursos;
- 6 - quantidade de estudantes matriculados.

Art. 2º Nos dados referentes à infraestrutura deverá ser divulgada a existência nos estabelecimentos públicos de ensino de:

- I - laboratório de informática;
- II - laboratório de ciências;
- III - quadra de esportes descoberta;
- IV - quadra de esportes coberta;
- V - biblioteca;
- VI - acessibilidade física.

Art. 3º Nos dados referentes aos recursos humanos do estabelecimento público de ensino deverão ser divulgados:

- I - número de professores necessários por disciplina;
- II - número de professores em efetivo exercício em sala de aula por disciplina;
- III - número de funcionários necessários nas áreas administrativas, apoio escolar e serviços gerais;
- IV - número de funcionários existentes nas áreas administrativas, apoio escolar e serviços gerais, em efetivo exercício.

Art. 4º Nos dados referentes à gestão democrática do estabelecimento público de ensino deverá ser divulgada a existência de:

- I - Conselho de Escola;
- II - Associação de Pais e Mestres com plano de ação e funcionamento constituído por ano;
- III - Projeto político pedagógico aprovado pelo Conselho de Escola.
- IV - Grêmios Estudantil.

Art. 5º Nos dados referentes à transferência de recursos ao estabelecimento público de ensino deverão ser divulgados os valores repassados pela União, pelo Estado e pelo Município.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

Art. 6º Nos dados referentes à quantidade de estudantes matriculados no estabelecimento público de ensino deverá ser divulgado o número médio de estudantes por ano/série.

Art. 7º Os órgãos responsáveis pela gestão da educação pública no Estado de Mato Grosso deverão informar às mães/pais ou responsáveis pelos estudantes, por meio de carta, os dados publicados da unidade escolar.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada, se necessário.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data da publicação.

JUSTIFICATIVA

A falta de qualidade da educação é atualmente um dos principais problemas do Estado de Mato Grosso, o que é para todos nós motivo de indignação.

Estudos, pesquisas e a experiência de diversas localidades indicam que a participação da comunidade na definição e implementação de políticas públicas, e no cotidiano escolar, é fator fundamental na melhoria da qualidade da educação.

Ocorre que a efetiva participação da comunidade depende de seu acesso a informações referentes tanto aos processos de ensino-aprendizagem, quanto da gestão escolar.

Entre as informações necessárias ao efetivo controle social sobre as políticas educacionais e sua adequada implementação nas escolas, destacamos: corpo docente efetivo completo; o número de estudantes por turma e, conseqüentemente, os índices de aproveitamento identificados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), bem como aquelas referentes às condições ofertadas para a realização do direito de aprender, por parte dos estudantes, e de ensinar, por parte dos docentes.

Nesse sentido, e considerando o Parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB) nº 8/2010, que “estabelece normas para aplicação do inciso IX do art. 4º da Lei nº 9.394/96 (LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública”; e os preceitos constitucionais e infraconstitucionais expostos a seguir:

Art. 227 da Constituição Federal, que estabelece:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Estatuto da Criança e do Adolescente nos arts. 5º, 17 e 18, determina:

“Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 17 O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18 É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

Reafirmamos a responsabilidade dos órgãos gestores da educação em zelar pelo cumprimento das normas educacionais estabelecidas em âmbito nacional e estadual e propomos o presente projeto.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.
Deputado WAGNER RAMOS - PR

3ª) PROJETO DE LEI:

**Obriga a realização do Teste do
Coraçãozinho (exame de oximetria de
pulso) em todos os recém-nascidos nos
berçários das maternidades do Estado
de Mato Grosso.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O exame de oximetria de pulso deverá integrar o rol de exames obrigatórios a serem realizados nos recém-nascidos atendidos nas maternidades do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º O exame deverá ser realizado nos membros superiores e inferiores dos recém-nascidos ainda no berçário e após as primeiras 24 (vinte e quatro) horas de vida da criança e antes da alta hospitalar.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias ou suplementadas se necessárias.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Atualmente, a cardiopatia congênita é detectada em alguns recém-nascidos somente após a alta hospitalar, o que resulta em morbidade significativa e ocasionalmente em morte.

A Oximetria de Pulso é um exame indolor, utilizado para medir os níveis de oxigênio no sangue e deve ser realizado em recém-nascidos assintomáticos após 24 horas de vida, mas antes da alta hospitalar para detectar a presença de cardiopatia congênita grave que coloca em risco a vida da criança. Sendo detectada alteração na oximetria, a investigação de problema cardiológico é então aprofundada.

Nas maternidades onde o exame é realizado, também em berçários, os recém-nascidos passam pela análise de saturação do oxigênio no sangue. Se for detectado oxigênio abaixo de 95%, é realizado ecocardiograma para investigar a existência de cardiopatia congênita.

É comum ocorrer de recém-nascidos receberem alta e precisar retornar ao hospital após curto espaço de tempo com problemas, muitas vezes graves, que poderiam ter sido detectados e investigados antes da alta pós-parto, por meio da Oximetria de Pulso, tal qual concluiu o estudo realizado pela Universidade de Birmingham e Birmingham Womens Hospital, no Reino Unido.

O trabalho realizado pelos cientistas de Birmingham, publicado no *Jornal Científico Lancet*, envolveu 20.000 bebês aparentemente saudáveis de seis maternidades no Reino

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

Unido. Todos foram rastreados por meio de um oxímetro de pulso. Aqueles com níveis mais baixos de oxigênio, após o nascimento, tinham mais risco de problemas no coração.

Dos 195 bebês que tiveram resultado anormal no teste, 26 apresentaram importantes problemas cardíacos congênitos, e aproximadamente 46 apresentaram outros problemas que necessitariam tratamentos urgentes.

São inúmeras as pesquisas realizadas que apontam para os benefícios dessa prática nos bebês. No entanto, o exame de rotina é realizado somente no âmbito das UTIs neonatais, não se aplicando aos berçários com os bebês aparentemente normais.

É certo que o teste não detecta todas as doenças cardíacas. Os pais e cuidadores devem também ser informados que a oximetria de pulso isoladamente pode não detectar todos os casos de cardiopatia congênita crítica e, assim, um resultado de teste negativo não exclui a possibilidade de doença cardíaca.

Vale lembrar que, durante o pré-natal, o ecocardiograma fetal, que pode ser realizado entre a 18ª e 24ª semanas, já é capaz também de indicar algum problema no coração do bebê. No entanto, considerando que o ecocardiograma fetal nem sempre faz parte dos exames solicitados pelo médico durante o pré-natal, a oximetria de pulso, que incorre em muito baixo custo, poderá salvar vidas, desencadeando investigação cardiológica mais profunda nestas crianças.

A fim de minimizar os riscos de defeitos congênitos mais letais, decorrentes da ausência de diagnóstico precoce, e entendendo se tratar de mais uma ferramenta importante para salvar vidas é que proponho o presente.

Conto com o apoio dos meus nobres Pares na aprovação deste Projeto de Lei.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado WAGNER RAMOS - PR

4ª) PROJETO DE LEI:

**Dispõe sobre a criação do Programa
Gastronomia Surpreendente nas
escolas estaduais em todo Estado de
Mato Grosso.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O Programa Gastronomia Surpreendente cria o curso de fundamento educativo e sociocultural na área de alimentação.

Art. 2º O curso tem por finalidade formar crianças, adolescentes, pais e merendeiras dentro das escolas estaduais para proporcionar noções de gastronomia simples e acessível, criando hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis.

Art. 3º Na primeira fase do curso os participantes deverão passar por uma avaliação especializada por profissionais de saúde e nutrição para tratamento de obesidade ou desnutrição, de acordo com cada caso específico, em uma unidade básica de saúde.

I - Essa avaliação tem por objetivo desenvolver uma pesquisa estatística sobre as condições físicas e socioeconômicas dos participantes e familiares.

II - Nessa avaliação deverá se levar em conta o peso, idade, IMC (Índice de Massa Corporal), escolaridade dos participantes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

III - Os dados obtidos com base nessa avaliação estatística bimestral, em um período de seis meses, servirão de base para o tratamento de saúde de cada caso do participante com problema nutricional e para aprimoramento e melhoramento dos resultados do curso proposto.

Art. 4º O conteúdo programático deste curso deverá abordar a elaboração de receitas nutritivas, orientação ambiental, noções de reaproveitamento de alimentos, produção orgânica, investimento em valores familiares e etiqueta.

Art. 5º O curso tem como público alvo crianças e adolescentes, alunos das escolas estaduais, pais e merendeiras.

Art. 6º Para subsidiar os alimentos, o Poder Público poderá realizar parcerias com centrais de abastecimento, feirantes, pequenos produtores, dentre outros segmentos do setor de produção de alimentos.

Art. 7º Ao final do curso os assistidos pelo projeto poderão passar os conhecimentos adquiridos, formando núcleos e disseminando o conteúdo recebido em suas comunidades.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Projeto Gastronomia Surpreendente visa à transformação de alimentos em refeições com base em alimentos de alta qualidade nutricional em substituição ao consumo de produtos industrializados, bem como o estímulo à prática de cozinhar, integrando toda a família. Visa, também, o resgate de valores familiares, como a etiqueta no cotidiano na hora das refeições. Produz dados estatísticos importantes para a estruturação de outros projetos na área de saúde e qualidade de vida por meio de uma alimentação saudável e sustentável. E, por fim, fomenta a sustentabilidade por meio da cozinha consciente, com a reciclagem de direcionamento de sobras e resíduos para esta destinação, e a produção de alimentos orgânicos e caseiros em substituição aos produtos com agrotóxicos, pesticidas e hormônios tão prejudiciais a saúde da população.

Conto com o apoio dos meus nobres Pares na aprovação deste Projeto de Lei.
Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.
Deputado WAGNER RAMOS - PR

5ª) PROJETO DE LEI:

Obriga os estabelecimentos que comercializam aparelhos de telefonia celular a informar sobre os riscos que a radiação dos mesmos pode causar à saúde e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam obrigados os estabelecimentos que comercializam aparelhos de telefonia celular a informar sobre os riscos que a radiação dos mesmos pode causar à saúde do consumidor por meio dos seguintes dispositivos de comunicação:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

I - placas, *displays* e assemelhados, contendo aviso de advertência nas prateleiras, onde os aparelhos estiverem expostos;

Art. 2º Ficam estabelecidos os seguintes avisos de advertência que deverão constar de forma visível e de fácil entendimento popular:

I - “Esse produto emite radiação, seu uso prolongado poderá causar riscos à saúde”;

II - “Mantenha-o longe do corpo o máximo de tempo possível”;

III - “Utilize apenas o tempo que for necessário”;

IV - “Dê preferência a utilizar o sistema de viva-voz ou fones de ouvidos”;

V - “Evite que crianças utilizem os aparelhos. Elas são mais suscetíveis aos riscos da radiação”;

VI - “Não existe tempo seguro à saúde estipulado para utilização de aparelhos celulares”.

Art. 3º O não cumprimento desta lei acarretará multa de 1000 (mil) Unidades Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso (UPFMTs) ao estabelecimento que for identificado comercializando aparelhos celulares sem as especificações do art. 1º e art. 2º, sendo cobrado em dobro em caso de reincidência.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da sua publicação.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

É notório observarmos a facilidade com que as pessoas compram e se utilizam de aparelhos de celular. Essa é uma indústria que continua a crescer com números incríveis. Hoje esses números chamam a atenção, uma vez que em todo o mundo são mais de 5 bilhões de aparelhos em atividade.

Para que o sistema de telefonia celular aconteça, ondas eletromagnéticas são emitidas, podendo variar de 10 MHz a 300 GHz.

A superexposição humana a esses campos eletromagnéticos gerados pelos aparelhos pode aumentar os riscos à saúde. Pesquisas estabelecem uma correlação entre o uso do celular e o surgimento de doenças, enquanto outras negam qualquer possibilidade de que isso ocorra. Para a Organização Mundial de Saúde - OMS, radiação eletromagnética pode causar câncer.

Entre os possíveis danos à saúde por causa dos efeitos térmicos da radiação emitida pelos aparelhos celulares e as antenas de transmissão, estão a exaustão, o choque térmico, estresse, queda no desempenho de tarefas, pressão cardíaca, alterações em funções neurais e neuromusculares e ocorrência de catarata. Vários estudos sugerem que esta radiação possa interferir nas ondas cerebrais, alterando a pressão sanguínea, reduzindo respostas imunológicas e provocando enxaqueca, insônia, síndrome de fadiga com prejuízo da memória de curto prazo e epilepsia.

Mesmo sabendo que não temos indícios concretos dos malefícios à saúde, os riscos do uso indiscriminado dos aparelhos de celulares aumentam nossa exposição a essa radiação uma vez que sabemos que ela é existente. Com isso, podemos prever algum tipo de interferência na saúde de adultos como na saúde das crianças atrapalhando o desenvolvimento das mesmas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

A Agência Americana de Proteção Ambiental (*US Environmental Protection Agency* - EPA) considera oficialmente a diferença entre adultos e crianças ao avaliar os riscos de câncer devido à exposição a produtos químicos. A agência considera tão significativa a questão da exposição química que divulgou um artigo específico de orientação sobre os riscos de câncer em crianças, com a preocupação de que a exposição a produtos químicos mutagênicos pode ser significativamente mais perigosa para os jovens em geral.

A primeira vista isto pode parecer irrelevante com relação à discussão do uso do telefone celular pelas crianças. No entanto, tem-se constatado que existe um grande volume de evidências científicas, algumas das quais examinadas no presente artigo, indicando que elas são também muito mais vulneráveis que os adultos aos efeitos sobre a saúde da exposição à radiação de microondas oriundas dos telefones móveis.

As diretrizes propostas pela EPA deveriam servir como um alerta geral. Elas salientam que se deve oferecer uma maior atenção à proteção dos jovens quando as evidências disponíveis apontarem para um maior risco à saúde de qualquer agente ambiental seja ele químico, de microondas ou de qualquer outra natureza.

A possibilidade de que as crianças possam incorrer em maior risco à saúde devido ao uso do telefone celular, é preocupante se levarmos em conta que é exatamente esse universo que constitui o grupo de usuários do telefone móvel que mais cresce atualmente. Esse crescimento é fortemente estimulado pelas campanhas publicitárias profissionais da indústria de telefonia celular, porquanto elas enaltecem que os celulares são indispensáveis ao estilo de vida desses jovens.

Entretanto, dentro da comunidade científica há um número crescente de especialistas clamando por urgentes medidas de precaução, pois se existem efeitos adversos à saúde provocados pelo uso do telefone celular serão justamente as crianças. Em prol da futura saúde de nossas crianças, precisamos seriamente alertar a todos para que mudem seus hábitos e possam minimizar ou até mesmo limitar o uso dos celulares por elas.

A Comissão Internacional de Proteção contra Radiações Não Ionizantes - ICNIRP é uma Organização Não-Governamental, ligada à OMS, que definiu a quantidade de energia que o corpo humano pode absorver sem trazer prejuízos à sua saúde, pelo menos no que diz respeito aos efeitos a curto prazo ou térmicos, como catarata ou degeneração dos neurônios. Este nível, calculado em 2 *watts* por quilograma de tecido, é chamado de SAR ou taxa de absorção específica.

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou uma resolução que obriga os fabricantes de celulares a comprovar o nível de SAR de seus aparelhos.

As diferentes versões que encontramos sobre o tema reforçam que o celular é mais um exemplo de descaso com a saúde do consumidor. Em nome dos interesses comerciais, a tecnologia foi introduzida em larga escala no mercado sem que sua segurança fosse atestada.

Se não há consenso entre os especialistas sobre o assunto, o que impera na indústria da telefonia é o silêncio. Quando falam a respeito, os fabricantes apenas ressaltam que a radiação não faz mal à saúde, porém, a única conclusão que podemos tirar é que, enquanto os cientistas pesquisam os efeitos dos telefones celulares sobre a saúde, não se pode ainda anunciar boas novas sobre os riscos.

Certamente, o uso descuidado dessa tecnologia, aliado à falta de informação por parte de seus fabricantes e de quem os comercializa, pode acelerar esse processo maléfico à saúde pública. E se ainda não há certeza sobre danos que uma tecnologia causa à saúde, é melhor adotarmos medidas preventivas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

Não queremos e nem podemos proibir a utilização desses aparelhos. É fato que nos dias de hoje essa tecnologia está tão arraigada ao nosso dia a dia que seria impossível excluí-la de nossas vidas. Isso acabaria gerando impactos com consequências ruins, uma vez que a praticidade da comunicação móvel está também ligada à segurança, conforto e necessidade sociais, bases importantes na Pirâmide Maslow que fundamentaliza a hierarquia das necessidades humanas.

Temos o entendimento que não é necessário aguardar pesquisas tão longínquas serem concluídas para tomarmos providências. Como parte do nosso dever é cuidar de nossa população, buscando garantir a sua segurança, entendemos que com ações preventivas como esta podemos diminuir o impacto nocivo à saúde das pessoas que se utiliza de aparelhos celulares e conseqüentemente prevenir, também, o impacto econômico que a atual falta de prevenção pode gerar na rede pública de saúde.

Diante dos motivos aqui explicitados, considerando o alto alcance social da matéria, contamos com o apoio dos nobres Pares à propositura em questão.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.
Deputado WAGNER RAMOS - PR

6ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana-SETPU, a necessidade de pavimentação asfáltica da MT-339 até a empresa Calcário Tangará, na MT-170, no Município de Tangará da Serra.

Em conformidade com o art. 160 e seguintes do Regimento Interno, requieiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Silval da Cunha Barbosa, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana-SETPU, Arnaldo Alves de Souza Neto, demonstrando a necessidade de pavimentação asfáltica da MT-339 até a empresa Calcário Tangará, na MT-170, no Município de Tangará da Serra.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação tem por objetivo atender um problema que há muitos anos põe em risco a vida de pessoas e traz enormes prejuízos à população local.

A Rodovia MT-339, no trecho que liga a empresa Calcário Tangará a MT-170, comporta um tráfego de veículos e pessoas enorme, levado pelo elevado número de fazendas na região e por, também, dar acesso ao Assentamento Antônio Conselheiro, o segundo maior da América Latina.

Devido essa região possuir duas estações climáticas bem definidas, o período da seca e o chuvoso, nos dois períodos a população sai prejudicada, pois no período chuvoso tem os enormes atoleiros e a lama que prejudica o trânsito. E no período da seca existem as estradas danificadas e a poeira que acaba por fazer com que os motoristas se arrisquem em manobras perigosas, causando risco a suas vidas e de outros que utilizam a rodovia.

Assim, visando à segurança e tratamento digno de toda população, apresento a presente indicação, onde conto com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.
Deputado WAGNER RAMOS - PR

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

7ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública-SESP, a necessidade de disponibilização de uma viatura em atendimento ao Posto de Polícia Ambiental do Município de Barra do Bugres.

Em conformidade com o art. 160 e seguintes do Regimento Interno, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Silval da Cunha Barbosa, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública-SESP, Diógenes Gomes Curado Filho, demonstrando a necessidade de disponibilização de uma viatura em atendimento ao Posto de Polícia Ambiental do Município de Barra do Bugres.

JUSTIFICATIVA

Apresentamos a presente indicação visando atender uma deficiência do Posto da Polícia Ambiental do Município de Barra do Bugres, fato este que dificulta e impossibilita o mesmo de realizar suas tarefas com eficiência e eficácia.

Visando atender esse importantíssimo mecanismo de defesa de nosso Estado e dar o suporte necessário para a realização de suas tarefas é que apresentamos o pleito e conto com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.
Deputado WAGNER RAMOS - PR

8ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde-SES, a necessidade de disponibilização de um veículo tipo caminhonete ou ambulância, em sentido de comodato, em favor do Centro de Reabilitação Dom Aquino, no Município de Tangará da Serra.

Em conformidade com o art. 160 e seguintes do Regimento Interno, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Silval da Cunha Barbosa, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde-SES, Deputado Pedro Henry Neto, demonstrando a necessidade de disponibilização de um veículo tipo caminhonete ou ambulância, em sentido de comodato, em favor do Centro de Reabilitação Dom Aquino, no Município de Tangará da Serra.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação tem por objetivo atender uma necessidade que afeta o referido Centro de Reabilitação, onde os pacientes passam por enormes dificuldades de locomoção.

Visando atender esse importantíssimo mecanismo da saúde pública no Município de Tangará da Serra e região, e um tratamento digno à população que passa por momentos difíceis, solicitamos atenção especial ao pleito.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.
Deputado WAGNER RAMOS - PR

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado!
O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Nilson Santos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

O SR. NILSON SANTOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheira Deputada Luciane Bezerra, amigos da imprensa falada, escrita e televisada, companheiros que nos acompanham nesta importante Sessão.

Sr. Presidente, para apresentar proposições de minha autoria.

1ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, José Domingos Fraga Filho, a necessidade de instalar um Escritório Regional do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso-INDEA no Município de Colíder.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente indicatório ao Exmº Sr. José Domingos Fraga Filho, Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, mostrando-lhe a necessidade de instalar um Escritório Regional do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso-INDEA, no Município de Colíder.

JUSTIFICATIVA

Esta indicação tem como objetivo estimular a melhoria na qualidade dos atendimentos no Município de Colíder, sendo que o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso - INDEA tem como objetivos formais a execução das atividades de vigilância e defesa sanitária animal e vegetal, inspeção, fiscalização, padronização e a classificação dos produtos e subprodutos de origem vegetal, inspeção e a fiscalização dos produtos e subprodutos de origem animal, identificação e cubagem de madeira e outras atividades afins delegadas.

Sendo assim, requeremos à Mesa Diretora desta Casa de Leis que encaminhe a presente indicação para análise e tomada de providências, buscando o atendimento do pleito.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado NILSON SANTOS - PMDB

No entorno de Colíder há mais seis cidades que necessitam, portanto, desse atendimento.

2ª) PROJETO DE LEI:

Institui o Programa para Tratamento e Cicatrização de Feridas Crônicas no Estado de Mato Grosso.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado no âmbito do Estado o Programa para Tratamento e Cicatrização de Feridas Crônicas na forma desta lei.

Parágrafo único Entende-se por ferida crônica toda lesão que provoque interrupção da integridade cutânea e que se apresenta com recorrência frequente ou por longa duração.

Art. 2º São objetivos básicos do Programa:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

I - prestar assistência médica, de reabilitação e farmacêutica plena aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS;

II - proceder à avaliação e ao acompanhamento multidisciplinar do paciente nas mais diversas especialidades médicas, inclusive, com assistência de nutricionistas, psicólogos e agentes sociais, de forma a diagnosticar, mapear e promover a efetividade do tratamento da ferida crônica, buscando identificar a razão pela qual a ferida não cicatriza;

III - fornecer gratuitamente os medicamentos e biocurativos específicos para cicatrização de feridas crônicas, em caráter permanente e contínuo, enquanto se fizer necessário;

IV - promover o uso responsável e racional de medicamentos de dispensação excepcional fornecidos pela Secretaria de Estado de Saúde;

V - encaminhar o paciente para internação, mediante prescrição médica, em leito de reabilitação em hospital geral ou especializado;

VI - prover diagnóstico e intervenção precoce para reduzir ao máximo as deficiências e danos sofridos pelo organismo;

VII - providenciar o tratamento adequado diante dos métodos e tecnologias que forem desenvolvidas para uma maior eficácia terapêutica.

§ 1º Entendem-se por biocurativos os curativos obtidos do plasma e das plaquetas de sangue que interagem com a pele e criam um processo natural de cicatrização em lesões de difícil tratamento.

§ 2º Inclui-se no contexto desta lei qualquer outro método, tecnologia ou produto que se mostre comprovadamente mais eficiente no tratamento das feridas crônicas e que esteja disponibilizado para uso.

§ 3º A distribuição gratuita de medicamentos e dos biocurativos a que se refere esta lei será realizada por meio do SUS na rede pública de saúde, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, inclusive nos orçamentos futuros.

Art. 4º A implementação do Programa pelo Poder Executivo Estadual deverá ser precedida da análise de estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício que deve iniciar sua vigência e nos dois seguintes devendo as despesas decorrentes desta lei estar previamente na lei orçamentária do ano em que for implementado o Programa.

Art. 5º O Poder Executivo baixará os atos que fizerem necessários à regulamentação desta lei, determinando o prazo exato para implementação do Programa ora instituído, respeitando as determinações do artigo anterior.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Recentemente, pesquisadores e médicos da Faculdade de Medicina da UNESP de Botucatu, chefiados pela médica Elenice, professora de Hematologia, pesquisando o sangue humano, desenvolveram três novos produtos terapêuticos, que foram testados em aproximadamente 2 mil pacientes e se mostraram eficazes, em 85% dos casos. Trata-se de um importante avanço na busca da cura de feridas crônicas, com o desenvolvimento de uma linha de curativos que interagem com a pele e criam um processo natural de cicatrização em lesões de difícil tratamento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

Os biocurativos, denominados biofibrin, gel de plaquetas e gel mix, são produzidas a partir de dois componentes do sangue, o plasma e as plaquetas, provenientes do descarte do banco de sangue, quando do vencimento de sua validade. Muitos pacientes que sofrem com as feridas por anos (há casos com duração de quatro décadas) enfrentam também dificuldades financeiras para comprar produtos à base de colagenase para tratar das feridas, uma vez que os mais caros chegam a custar US\$400 a bisnaga.

Além de mais barato, o processo desenvolvido pela Faculdade de Medicina da UNESP de Botucatu, que recebeu o nome de curativo bioativo, tende a ser mais eficiente que os tradicionais - “Os curativos comuns se limitam a higienizar a ferida ou promover o conforto do doente. O bioativo interage com a pele criando condições semelhantes ao processo de cicatrização fisiológico. Há outros produtos bioativos no Brasil, mas seu custo é elevado”, explica a Dr^a Elenice.

A inovação está em fase de patenteamento e muito em breve estará disponível no mercado a um preço reduzido, não podendo o nosso Estado ficar fora desta nova tecnologia que vem a favorecer milhares de pacientes que enfrentam toda a dificuldade desta enfermidade crônica.

Pelas razões expostas, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação deste projeto de lei.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado NILSON SANTOS - PMDB

Pode parecer um projeto sem muita importância, mas que traz idéias. É um projeto muito importante para o tratamento dessas pessoas que sofrem muito no Estado de Mato Grosso.

Aproveito também, Sr. Presidente, para convidar todos os companheiros Deputados para participar amanhã, a partir das 14:00 horas, Deputado Dr. Wallace, de uma Audiência Pública sobre “Ambientes Coletivos Livres de Fumo: tornando nossa vida mais segura e saudável”, com a participação do Dr. Lotufo, Médico, que vai falar sobre o tabagismo como doença pediátrica; do Dr. Alberto, que vai falar sobre Tabagismo e Doenças Crônicas; do Dr. Gilmar; da Dr^a Adriana, de São Paulo; e da Dr^a Keila, médica nesta Capital.

Então, vai ser uma Audiência Pública bastante importante amanhã, a partir das 14:00 horas, e aproveito para convidar todos os companheiros Deputados.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Guilherme Maluf.

O SR. GULHERME MALUF - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faço uso da palavra, Sr. Presidente, para apresentar algumas proposições.

1^a) PROJETO DE LEI:

Dispõe sobre a instituição da Comenda Legislativa do Mérito da Agricultura, Pecuária e do Agronegócio “Senador Jonas Pinheiro”, na forma que especifica e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a Comenda Legislativa do Mérito da Agricultura, Pecuária e do Agronegócio “Senador Jonas Pinheiro”, destinada a agraciar profissionais das referidas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

atividades, do ensino e pesquisa, empresários, criadores, cientistas, autoridades, personalidades políticas e da sociedade que, no Estado e no Brasil, tenham se destacado por serviços, apoio e auxílio prestados para o desenvolvimento da agricultura, pecuária e do agronegócio.

Parágrafo único A Comenda Legislativa do Mérito da Agricultura, Pecuária e do Agronegócio “Senador Jonas Pinheiro” constitui distinção honorífica, sem estruturação em graus, integrada por medalha e diploma, a ser concedida por iniciativa de Parlamentar Estadual por meio de Projeto de Resolução.

Art. 2º Cada Deputado Estadual poderá conceder, por sessão legislativa, até 03 (três) distinções honoríficas da Comenda Legislativa do Mérito da Agricultura, Pecuária e do Agronegócio “Senador Jonas Pinheiro”.

§ 1º A análise da proposição de concessão da Comenda Legislativa do Mérito da Agricultura, Pecuária e do Agronegócio “Senador Jonas Pinheiro” será procedida por Comissão Especial, integrada por 05 (cinco) Deputados Estaduais, presidida pelo Presidente da Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

§ 2º A proposição que dispor sobre a concessão da Comenda Legislativa do Mérito da Agricultura, Pecuária e do Agronegócio “Senador Jonas Pinheiro” deverá estar regimentalmente justificada e instruída com o *curriculum vitae* da pessoa indicada.

§ 3º O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso é o guardião mor da Comenda Legislativa do Mérito da Agricultura, Pecuária e do Agronegócio “Senador Jonas Pinheiro”.

§ 4º A Comenda Legislativa do Mérito da Agricultura, Pecuária e do Agronegócio “Senador Jonas Pinheiro” poderá ser concedida *post mortem* ou *in memoriam*, obedecidas, no que couber, as disposições contidas no *caput* do art. 2º e de seu § 2º desta lei, em número de até 02 (duas) distinções honoríficas por cada Deputado Estadual e por Sessão Legislativa.

Art. 3º A medalha terá o formato circular, com diâmetro de 07 (sete) centímetros, cunhada em material metálico resistente, dispondo em seu anverso a Bandeira do Estado de Mato Grosso e no reverso o Brasão de Mato Grosso, contendo a expressão “Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso”, circundando a borda superior, e sob o Brasão os dizeres: “Comenda Legislativa do Mérito da Agricultura, Pecuária e do Agronegócio Senador Jonas Pinheiro”, conforme anexo único desta lei, sendo suspensa por fita na cor azul, com frisos laterais na cor branca.

Parágrafo único A medalha será acompanhada de Diploma, que trará estampado os símbolos da Comenda Legislativa do Mérito da Agricultura, Pecuária e do Agronegócio “Senador Jonas Pinheiro”, devidamente assinado pelo Presidente, 1º Secretário e Deputado Estadual, autor da proposta de concessão da honraria.

Art. 4º O cancelamento ou a suspensão do direito de ostentar a Comenda Legislativa do Mérito da Agricultura, Pecuária e do Agronegócio “Senador Jonas Pinheiro”, em razão de ato incompatível com a sua dignidade, dar-se-á por intermédio de proposição subscrita por, no mínimo, 04 (quatro) Deputados Estaduais e deliberação da maioria dos Deputados Estaduais, obedecidas as formalidades regimentais cabíveis.

Art. 5º A Comenda Legislativa do Mérito da Agricultura, Pecuária e do Agronegócio “Senador Jonas Pinheiro” será entregue anualmente em Sessão Especial, a ser realizada no dia 23 de março, data do nascimento do Senador Jonas Pinheiro, ou, excepcionalmente, em outra data com relevante significado para a Agropecuária e o Agronegócio do Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

Art. 6º O Instituto Memória do Poder Legislativo Estadual é o responsável pela guarda do livro, onde serão inscritas as concessões agraciatórias, o registro dos dados do agraciado, o número da resolução e as assinaturas do homenageado, do Presidente e do 1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e do Parlamentar autor da proposta de concessão da honraria.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Ao longo de seu processo de ocupação territorial, populacional e formação de seu perfil econômico, Mato Grosso passou por diversos ciclos e fases em suas atividades econômicas. Primeiramente, a mineração de ouro e diamante. Depois, a pecuária extensiva, notadamente no perímetro pantaneiro, concomitante com o extrativismo vegetal (poaia, erva-mate e látex da seringueira) e a cana de açúcar e sua industrialização nas usinas dispostas às margens dos rios Cuiabá (Usinas São Gonçalo, Conceição, Maravilha, Aricá, Itaici - a maior e mais moderna de todas - Tamandaré e Flechas) e Paraguai (Usina Ressaca).

Aos poucos, a pecuária rompeu o cerco pantaneiro e ganhou áreas de planalto, ocupando inicialmente o cerrado e vales férteis e depois a mata amazônica, mostrando força, eficiência e produtividade, marcando um novo, forte e duradouro ciclo econômico.

Nesse sentido, aponta-se que uma pessoa, em especial, deve ser lembrada para a posteridade como o maior incentivador, apoiador e prestador de serviços no que tange ao desenvolvimento da agricultura, pecuária e agronegócio em Mato Grosso, o Senador Jonas Pinheiro da Silva.

De fato, o Senador Jonas Pinheiro, nascido em 22 (vinte e dois) de janeiro de 1941, em de Santo Antônio de Leverger, auxiliou, em muito, Mato Grosso a se tornar um dos maiores produtores de grãos do país. Aliás, tornou-se o porta-voz natural de toda uma classe organizada, os produtores rurais.

É memorável sua atuação no que tange à defesa tenaz do agronegócio de Mato Grosso. É notório que o Senador Jonas sempre será lembrado como uma voz de referência do setor, pois apresentou contribuição ímpar para o fortalecimento da agricultura e do agronegócio, deixando, ainda, eterno exemplo de seriedade e honradez para os demais parlamentares brasileiros.

Discreto e eficiente pautou na simplicidade a sua trajetória de na vida particular e pública, mas nem por isso suas ações foram menos eficientes e produtivas, do ponto de vista legislativo e de ganhos para a sociedade.

Certo é que aquele que decidir recorrer aos arquivos do Senado terá acesso a uma produção legislativa considerável voltada para a agricultura e o meio ambiente.

E, ressalte-se, sua luta em defesa do agronegócio passava necessariamente pela defesa dos interesses de todos os agricultores. Era, a um só tempo, excelente homem público e grande conhecedor das questões relacionadas à agropecuária no Brasil como um todo.

Formado em Medicina Veterinária pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, foi eleito Deputado Federal por Mato Grosso em 1982, sendo reeleito em 1986 e 1990.

Em 1994 elegeu-se para o Senado, também, pelo Estado de Mato Grosso, ocupando as 50ª e 51ª legislaturas.

Reeleito em 2002, seu mandato ocupou as 52ª e 53ª legislaturas na referida “Câmara Alta”.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

Jonas dedicou toda sua vida parlamentar à defesa do agronegócio brasileiro. Todos os agricultores mato-grossenses e brasileiros contavam a credibilidade e voz entre os colegas quando o assunto era agronegócio.

Faleceu em nossa Capital, Cuiabá, aos 19 de fevereiro de 2008, causando uma perda irreparável para o agronegócio brasileiro.

Em tempo, aponta-se que o Senador Jonas Pinheiro deixou, saudosos, a mulher, ex-Deputada Federal por Mato Grosso, Celcita Pinheiro, dois filhos e três netos, além de toda a sociedade mato-grossense, inclusive aquela parcela não atinente ao agronegócio.

Enfim, nobres Pares, a presente proposição objetiva instituir a Comenda Legislativa do Mérito da Agricultura, Pecuária e do Agronegócio “Senador Jonas Pinheiro que consiste simplesmente em prestar mais que merecido reconhecimento a um dos maiores homens públicos que Mato Grosso e o Brasil inteiro tiveram o privilégio de conhecer.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado GUILHERME MALUF – PSDB

Uma homenagem a um político que trabalhou muito pelo desenvolvimento do nosso Estado, em especial no segmento da agricultura e da pecuária. É uma homenagem merecida ao falecido Senador Jonas Pinheiro.

2ª) PROJETO DE LEI:

Dispõe sobre a realocação de pessoas moradoras de áreas de risco e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Dos projetos habitacionais construídos direta e indiretamente pelo Poder Público Estadual, deverão ser reservados, no que couber, 15% (quinze por cento) das suas unidades para ocupação de famílias oriundas de áreas localizadas às margens de rios, barrancos, córregos, terrenos de baixa resistência à compressão, ou de encostas, quando consideradas em áreas de risco supervisionadas pela Defesa Civil do Estado.

Parágrafo único O Poder Executivo, no que couber, recuperará ambientalmente as áreas de risco desocupadas, com espécies nativas do ecossistema local.

Art. 2º O Poder Executivo, por meio de seu órgão competente, poderá estabelecer uma política ambiental, visando impedir a ocupação das margens dos rios, o desmatamento e a ocupação de encostas e terrenos de baixa resistência, assim como deverá elaborar diretrizes e critérios bem definidos para a expansão urbana nas áreas mais suscetíveis a fenômenos, como deslizamentos de terra e enchentes.

Art. 3º O Poder Executivo poderá estabelecer parceria com os 141 (cento e quarenta e um) municípios para a elaboração do mapeamento das áreas de risco do Estado de Mato Grosso.

Art. 4º Esta lei será regulamentada de acordo com o disposto na Emenda Constitucional nº 19, de 12 de dezembro de 2001.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

JUSTIFICATIVA

Áreas de risco são regiões onde se recomenda a não construção de casas ou instalações, pois são muito expostas a desastres naturais, como desabamentos e inundações.

Essas regiões vêm crescendo constantemente nos últimos anos, principalmente devido à própria ação humana. No Brasil, vem sendo realizados vários projetos no sentido de reestruturação de algumas áreas, conscientização da população, etc..

As principais áreas de risco são aquelas sob encostas de morros inclinados ou à beira de rios. Existem vários serviços de assistência à população em casos de emergência. A principal instituição responsável pelo monitoramento das áreas de risco é a Defesa Civil.

Na prevenção aos desastres naturais, inúmeras medidas podem ser adotadas. Englobam-se em dois grandes grupos: o das medidas estruturais e o das não estruturais. As de maior eficiência, sem dúvida, estão no primeiro grupo, entretanto, a maioria inviabilizada pelo seu alto custo, já que se traduzem na execução de grandes e complexas obras.

Desmatamentos, retirada e uso intensivo de materiais minerais, mudanças de cursos d'água, ocupação de várzeas e encostas, queimadas, produção e deposição inadequada de lixo, poluição atmosférica, aplicação de agrotóxicos e diversos outros, estão entre as intervenções humanas sobre o planeta. Portanto, a ação da natureza juntaram-se causas artificiais geradas pela ocupação desordenada do solo, pela pobreza social, pela falta de conhecimento e pelos muitos efeitos colaterais do chamado progresso.

O grande número de acidentes naturais e os danos por eles provocados forçaram até os organismos internacionais a estimularem o estabelecimento de medidas com o objetivo de minimizar as consequências sociais e econômicas causadas pelos aludidos eventos.

Dentre os processos naturais mais comuns no Brasil estão os escorregamentos, as enchentes, as erosões e as secas, e destes o deslizamento é aquele que mais preocupa pelo número de vítimas fatais que gerou nas últimas décadas. Não há, porém, nenhuma perspectiva de que essa situação se modifique a curto prazo, uma vez que devido à crescente desigualdade sócio-econômica associada ao desemprego, à falta de moradia, à deseducação, etc., a ocupação de encostas sem os cuidados necessários tende a aumentar, levando a um conseqüente aumento do número de acidentes dessa natureza.

No Brasil, a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, (que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano) proíbe, em seu art. 3º, parágrafo único e incisos, que as áreas de risco sejam loteadas para fins urbanos. Apesar disso, o poder público tem levado serviços públicos e infraestrutura a essas áreas, no intuito de proporcionar melhorias a população menos favorecida, o que acaba contribuindo para o seu adensamento.

Ocorre que pela falta de um planejamento urbano ocupacional e ausência de projetos de habitação popular que dêem conta da demanda existente no estado, as encostas e beiras de rios são frequentemente ocupadas, onde uma parcela da população se coloca em risco de vida. O presente projeto de lei vem de encontro a estas questões, disponibilizando pelo menos 15% das unidades de projetos habitacionais populares governamentais para realocação da população residente em áreas de risco.

Em Mato Grosso a realidade não é diferente do restante do país. Todo ano a situação se repete. No período de chuvas intensas, muitos “ribeirinhos”, como são chamados, residentes às margens do Rio Cuiabá, por exemplo, e famílias inteiras sofrem nessa época, perdendo suas “casas” que foram construídas em áreas inapropriadas para moradia e ficam por longos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

períodos sem ter onde morar, dependendo exclusivamente da ajuda do Poder Público, passando a residir em ginásios e escolas.

Portanto, por todo o exposto, tendo em vista a extrema relevância da matéria, bem como dos benefícios que serão dela resultantes e visando o período chuvoso que se aproxima, submeto-a a qualificada apreciação de meus nobres Pares e solicito, nesta oportunidade, o apoio necessário para a sua acolhida e merecida aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado GUILHERME MALUF - PSDB

O Estado de Mato Grosso apresenta uma série de projetos de construção de casas populares e nós não temos ainda nenhuma iniciativa nesse sentido dando exatamente essa diretriz de realocar parte destas casas para essas pessoas que vivem em zona de risco.

É muito fácil, depois de ocorrido o acidente, de ter vindo, por exemplo, as chuvas, pessoas que morrem aí, falar: “Ah, por que não tiraram essas pessoas da zona de risco?”

Então, nós estamos colocando para que isso seja política do Estado a preferência de no mínimo quinze por cento para que essas pessoas que residem em áreas de risco tenham preferência nessas habitações populares que estão em construção no Estado de Mato Grosso.

3ª) PROJETO DE LEI:

Dispõe sobre a comunicação de faltas dos alunos das Redes de Ensino Pública e Particular do Estado de Mato Grosso, na forma que especifica e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam as escolas da Rede de Ensino Pública e Particular do Estado de Mato Grosso obrigadas a comunicar o excesso de faltas dos alunos matriculados regularmente no ensino fundamental e médio, por escrito e concomitantemente:

I - aos pais ou responsável legal pelo aluno;

II - ao Conselho Tutelar;

III - à Vara da Infância e da Juventude.

§ 1º A comunicação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser encaminhada ao endereço eletrônico (*e-mail*) do respectivo responsável pelo aluno, desde que o mesmo o possua e disponibilize às referidas instituições de ensino, preferencialmente, no ato da matrícula, momento precípuo em que o referido dado cadastral deverá lhe ser solicitado.

§ 2º A comunicação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser realizada quando for atingido o percentual de 20% (vinte por cento) de faltas para que não seja ultrapassado o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento), permitido pela legislação em vigor.

Art. 2º Esta lei será regulamentada de acordo com o disposto na Emenda Constitucional nº 19, de 12 de dezembro de 2001.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

Sabe-se que a evasão escolar é um dos principais entraves para todos aqueles que se preocupam em salvaguardar o direito constitucional à educação, e um dos temas que mais preocupam os pais e os educadores, ressaltando a importância tanto do papel da família quanto da escola em relação à vida escolar da criança.

Em relação à educação, é preciso dizer que a legislação brasileira determina a responsabilidade compartilhada da família e do Estado no dever de orientar a criança em seu percurso sócio-educacional.

Nesse viés, a presente proposição trata de Projeto de Lei que dispõe sobre a comunicação de faltas dos alunos da Rede Pública e Particular do Estado de Mato Grosso na forma que especifica e dá outras providências.

Sabe-se que a família tem um papel muito importante a desempenhar em relação à educação de seus filhos, visando a assegurar-lhes um desenvolvimento harmonioso e sadio.

Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, estabeleceu algumas obrigações aos pais ou responsáveis, incumbindo-lhes, primeiramente, o dever dos pais de matricular seus filhos no ensino fundamental, sob pena de abandono intelectual, conforme disciplinado pelo art. 246 do Código Penal.

O ECA impôs, ainda, o dever dos pais de zelar pela frequência à escola, sujeitando-os, no caso de inobservância, a algumas medidas, inclusive a possibilidade da perda ou suspensão do poder familiar.

Quanto ao Estado, sua obrigatoriedade consiste em determinar quais são os direitos básicos inerentes à criança e ao adolescente, bem como o dever de criar políticas públicas permitindo a sua efetivação.

Nesse sentido, sendo a educação um direito básico, quando tal direito é mitigado, cabe aos dirigentes escolares buscarem interlocução com as famílias cujos filhos estejam em processo de evasão escolar, bem como esgotados os recursos junto às famílias, comunicar ao Conselho Tutelar os fatos observados e adotar os procedimentos legais.

Contudo, quando se trata de evasão escolar, constatam-se inúmeras deficiências de comunicação entre a escola e os órgãos que poderiam tomar medidas para resolver ou atenuar os índices alarmantes de abandono à escola.

Dessa forma, o presente projeto de lei pretende disciplinar as ações para combater a negligência quanto ao direito à educação, estabelecendo os prazos e as medidas cabíveis relativas à família e à escola nos casos de evasão.

Portanto, por todo o exposto, tendo em vista a extrema relevância da matéria, bem como dos benefícios que serão dela resultantes e com o intuito de criar mais um instrumento para garantir a permanência da criança e a sua promoção na escola, submeto-a a qualificada apreciação de meus nobres Pares e solicito, nesta oportunidade, o apoio necessário para a sua acolhida e merecida aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado GUILHERME MALUF - PSDB -

Esse projeto é fundamental para a educação do nosso Estado que não vai bem.

A educação pública do nosso Estado tem uma série de deficiência e os indicadores mostram isso, Deputado Dilmar Dal Bosco. Então, é uma forma de se aproximar a família das crianças que frequentam a escola para saber exatamente se o seu filho está indo a escola ou se está faltando. E que sejam registradas as faltas e comunicadas em nível de internet, seja lá de que forma

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

for - é o que estou propondo aqui - aos pais responsáveis, por meio da internet, Conselho Tutelar e Vara da Infância e Juventude.

4ª) REQUERIMENTO: Com base nas disposições vigentes do Regimento Interno desta Casa Legislativa, em especial o art. 372, inciso II, requeremos à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, a constituição de Comissão Especial para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por igual período, se necessário, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a compensação e o pagamento dos precatórios judiciais e das cartas de crédito do Estado de Mato Grosso.

JUSTIFICATIVA

Problema crônico em Mato Grosso e situação recorrente em todo o Brasil, a negociação de cartas de crédito e precatórios judiciais, em “mercado paralelo” e com deságio, consiste em grave e triste realidade, que necessita ser acompanhada e esclarecida para a sociedade mato-grossense.

Dá-se essa ocorrência, pois, com exceção do Governo Federal, considerado um bom pagador, estados e municípios acumulam estoques de débitos vencidos e parcelas em atraso, que são estimados, mesmo em previsões modestas, em dezenas de bilhões de reais.

Nesse sentido, aponta-se que a situação dos detentores desses documentos em Mato Grosso é realmente desesperadora, visto que, impossibilitados de esperar pelo pagamento desse direito, vão ao “mercado paralelo”, oferecendo tais documentos mediante o recebimento de um valor à vista, com deságio em relação ao valor que realmente tem a receber.

Sem solução à vista, essa dívida está alimentando o referido "mercado paralelo" de compra e venda de precatórios, que, dessa maneira, são usados para o pagamento de débitos com o Governo.

A prática é controversa, mas ganha dimensão com a falta de um horizonte visível para o recebimento desses débitos por seus credores e muitos transtornos e prejuízos financeiros já foram gerados aos mesmos, o que, de longe, já justifica a criação da referida Comissão para que se avalie e fiscalize esses pontos pertinentes à referida questão.

Assim, buscando meios para solucionar ou pelo menos minimizar os efeitos prejudiciais advindos dessa situação, por meio do efetivo acompanhamento de seus procedimentos, propõe-se a medida pretendida.

Plenário das Deliberações, Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado GUILHERME MALUF - PSDB

Nós temos ouvido diuturnamente neste Estado que é uma das causas do desequilíbrio financeiro é o pagamento de cartas de crédito e precatórios. Nada mais justo que esta Assembleia Legislativa, a exemplo do que acontece em outros Estados, como Rio Grande do Sul, tem uma Comissão para acompanhamento de pagamento dessas cartas de crédito e precatórios do Estado de Mato Grosso.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

5ª) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Edivaldo Benedito de Oliveira.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com fundamento no que dispõe o art. 26, inciso XXVIII, da Constituição Estadual, e o art. 171, inciso III, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Conceder ao Sr. Edivaldo Benedito de Oliveira o Título de Cidadão Mato-grossense.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Edivaldo Benedito de Oliveira nasceu em 24 (vinte e quatro) de abril de 1.958, em Uberaba-MG, filho de pais humildes e trabalhadores.

Ainda jovem aspirava ser um Engenheiro, objetivo que alcançou apesar das dificuldades, formando-se em 13 (treze) de agosto de 1982 pela Faculdade de Engenharia do Triângulo Mineiro.

Devido à crise pela qual o País passava, mesmo formado em Engenharia Civil, aceitou a proposta de exercer o cargo Engenheiro de Produção em uma fábrica de Sapatos em Franca-SP.

Em janeiro de 1984 foi trabalhar na empresa ECL CONSULTORIA, em Cáceres, na construção da BR-174 (Cuiabá - Porto Velho).

No término dessa obra, constituiu-se uma equipe de conserva prestadora de serviço para o DNER, por meio do 9º Batalhão de Engenharia, no trecho Cáceres- Pontes e Lacerda.

Em 1985 o antigo DNER - Departamento nacional de Estradas e Rodagem licitou os trechos de Cuiabá à divisa com Rondônia, na qual a Rodocon Construções Rodoviária Ltda. foi a vencedora dos contratos, convidando-o a fazer parte do quadro da empresa em que se encontra até a data de hoje, perfazendo 26 (vinte e seis) anos.

Com a vida profissional estabilizada, deu continuidade aos outros objetivos, casando-se com a pedagoga Marden Rejane Brito, em 28 de julho de 1984, em Uberaba, fixando residência em Cáceres.

Dedicando-se ao trabalho para melhor de vida, foi assim que nos realizamos profissionalmente.

No ano de 1986 nasce a primeira filha, Marianna Carolina Brito, que hoje está com 25 (vinte e cinco) anos, formada em Educação Física e Pós-Graduada em *Pilates*, trabalhando nesta área.

Três anos após, em 1989, nasce Pedro Henrique, hoje com 21 (vinte e um) anos, estudante de Engenharia Civil e Administração de Empresas, seguindo os passos do pai, trabalhando como estagiário na mesma empresa onde o mesmo atua.

Após 07 (sete) anos, foi transferido para Cuiabá, ocupando hoje a função Engenheiro Supervisor, responsável pelas obras da referida firma em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás e em todo o Nordeste do País.

Anos depois, em 2003, nasce Paulo Victor B. Oliveira, hoje com 08 (oito) anos de idade, estudante do 3º Ano do Ensino Fundamental.

Com muito orgulho, formou uma família mato-grossense de verdade. De Cáceres para Cuiabá deu continuidade ao trabalho assistencial no Bairro Novo Paraíso II, com crianças,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

jovens e adultos, em vários anos de dedicação, vínculo afetivo e muito amor a essa comunidade tão carente.

Aponta-se: a Casa Assistencial “Eurípedes Barsanulfo” conta hoje com 100 (cem) crianças aos sábados na evangelização Espírita, sopa, atendimento odontológico, recreação e atendimento às 65 (sessenta e cinco) famílias cadastradas e, também, ao público. Durante a semana com mais 85 (oitenta e cinco) alunos que participam do PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e encontro de apoio a jovens gestantes, com palestras educativas, execução de artesanato e confecção de peças de enxoval.

Em 1995 foi convidado a ingressar na Maçonaria, pela Loja “Razão e Justiça” pertencente ao *GOB* - Grande Oriente do Brasil.

Ressalta-se, durante sua trajetória na Maçonaria, que exerceu diversos cargos, chegando a Venerável nos biênios 2007/2009 e 2009 a 2011.

É uma pessoa extremamente agradecida a Mato Grosso que o acolheu de braços abertos, concedendo-lhe grandes e importantes oportunidades.

Assim, com respaldo no disposto no art. 26, XXVIII, da Constituição Estadual, combinado com os arts. 154, VI, e 171, VIII, do Regimento Interno, considerando os pressupostos legais, o perfil, o caráter altamente positivo e todo o exposto, cumpre-me propor seja concedido o Título de Cidadão Mato-grossense, como justíssima homenagem, ao Sr. Edivaldo Benedito de Oliveira.

Para tanto, com este propósito, levo ao conhecimento e apreciação de meus distintos Pares a presente proposição legislativa, aos quais peço, nesta oportunidade, o devido apoio para a sua regimental acolhida e merecida aprovação.

Plenário das Deliberações, Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado GUILHERME MALUF - PSDB

6ª) PROJETO DE LEI:

Institui o Dia Estadual de Combate ao Fumo no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído no Estado de Mato Grosso o Dia Estadual de Combate ao Fumo, a ser comemorado anualmente no dia 29 de agosto.

§1º Na data de que trata o *caput* deste artigo, o Poder Legislativo promoverá atividades visando à conscientização da população sobre os malefícios causados pelo fumo.

§ 2º Poderá o Poder Executivo, na data de que trata o *caput* deste artigo, desenvolver atividades relativas à Campanha Estadual de Combate ao Fumo, instituída pela Lei nº 7.761, de 22 de novembro de 2002.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

Sabe-se que o tabagismo é a principal causa de diversas doenças pulmonares, como a bronquite crônica, o enfisema pulmonar, o câncer de pulmão, estando associado, também, a imensa gama de outros tumores, além de inúmeras doenças cardiovasculares.

De acordo com a *OMS* - Organização Mundial da Saúde, 90% (noventa por cento) dos fumantes começa a fumar antes dos 19 (dezenove) anos, sendo um aspecto alarmante nesse sentido a utilização de propagandas indutivas ao consumo do produto, além da utilização de aromas e sabores que tornam o tabaco um produto mais atraente, principalmente ao público jovem, mais adepto a inovações.

Nesse viés, os jovens foram o principal foco da campanha lançada pelo Ministério da Saúde por ocasião do mais recente Dia Nacional de Combate ao Fumo, ocorrido na data de 29 de agosto do corrente ano. Ou seja, a campanha de combate ao fumo de 2011 pretendeu algo além do que fazer as pessoas abandonarem o cigarro, quis evitar que elas começassem a fumar.

Repete-se, o público alvo principal foi o jovem, pois várias pesquisas mostram que é geralmente nesta fase da vida que eles se viciam.

É de se apontar, um levantamento do próprio Ministério da Saúde revelando que quase 80% (oitenta por cento) dos fumantes acenderam o primeiro cigarro com menos de 20 (vinte) anos e 20% (vinte por cento) com menos de 15 (quinze) anos.

Outra pesquisa recente, realizada pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca), indica que o número de meninas de menos de 15 (quinze) anos que já comprou cigarro chega a mais de 50% (cinquenta por cento) em Porto Alegre, e o de meninos é só um pouco menor em Fortaleza.

Quanto à propaganda de cigarros, é notório que essa vem se alastrando cada vez mais pelos pontos de venda, como bancas de jornal, padarias, lanchonetes e lojas de conveniência, que exibem embalagens atraentes, chamando muito a atenção de possíveis novos fumantes.

Assim, entende-se que ações educativas são importantes para que esse triste quadro se inverta, pois é certo que a estratégia de mercado, a linguagem da propaganda, a estratégia das embalagens, inclusive os baixos preços praticados, têm como objetivo seduzir os jovens.

Sabe-se que os males do fumo passivo causam severos prejuízos à saúde, pois a fumaça do cigarro libera a adrenalina e o cortisol, hormônios causadores do estresse ao fumante passivo, aquele que aspira o ar poluído pelo cigarro. Ou seja, ao final de um dia, aqueles que convivem 80% (oitenta por cento) do tempo com fumantes podem ter respirado o equivalente a 10 (dez) cigarros. E essa fumaça respirada pelo fumante passivo, depois de passar pelo filtro do cigarro, pode poluir o ar, em média, com 03 (três) vezes mais nicotina, 03 (três) vezes mais monóxido de carbono e, pasmem, até 50 (cinquenta) vezes mais substâncias cancerígenas do que a fumaça inalada pelo próprio fumante'.

De fato, os chamados fumantes passivos são os que mais sofrem, podendo adquirir asma, otite, alergias, sinusite, faringite, bronquite e dor de cabeça, entre outras doenças como as arteriais, as cardíacas, o câncer de pulmão e de garganta.

Nesse sentido, muitas pessoas fumam na varanda, na janela ou nos corredores dos prédios, acreditando que estão evitando o mal aos filhos pequenos, mas os pediatras afirmam que as substâncias químicas são muito abrangentes, mesmo que o cheiro do cigarro não seja sentido.

Aliás, as crianças e os idosos que convivem com pessoas fumantes ficam com o sistema imunológico debilitado e correm o risco de sofrerem problemas respiratórios graves pelo resto da vida.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

As substâncias químicas do cigarro são absorvidas pela placenta e prejudicam o desenvolvimento do feto, daí ser necessário que as gestantes evitem ambientes onde haja fumantes para evitar que seus bebês nasçam com baixa imunidade e muito abaixo do peso.

Certo é que pais e mães fumantes expõem seus filhos a um risco cinco vezes maior de padecerem de doenças pulmonares e também de virem a sofrer de morte súbita.

Assim, com o objetivo de conscientizar a população sobre o assunto e diminuir os riscos desses tipos de doenças, esta proposição objetiva instituir no Estado de Mato Grosso o Dia Estadual de Combate ao Fumo, a ser comemorado anualmente no dia 29 de agosto.

Aponta-se que na data de que trata o *caput* deste artigo o Poder Legislativo promoverá atividades visando à conscientização da população sobre os malefícios causados pelo fumo.

Por sua vez, o Poder Executivo, na referida data, também poderá desenvolver atividades relativas à Campanha Estadual de Combate ao Fumo, instituída pela Lei nº 7.761, de 22 de novembro de 2002.

Ressalta-se que, em 1986, a Lei Federal nº 7488 apontou o próprio dia 29 de agosto o Dia Nacional de Combate ao Fumo, criando, assim, o compromisso de elaborar campanhas de combate ao tabagismo.

Em tempo, é de se apontar que iniciativas do gênero são praticadas em todo o mundo, no dia 31 de maio, conhecido como Dia Mundial Sem Tabaco, movimentando o planeta como um todo na luta contra esse maléfico vício.

Portanto, por todo o exposto, como pai médico e legislador, tendo em vista a extrema relevância da matéria, bem como dos benefícios que serão dela resultantes, com o intuito de criar mais um instrumento para incentivar a promoção da saúde em Mato Grosso, submeto-a a qualificada apreciação de meus nobres Pares e solicito, nesta oportunidade, o apoio necessário para a sua acolhida e merecida aprovação.

Plenário das Deliberações, Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado GUILHERME MALUF - PSDB

Deputado NILSON SANTOS - PMDB

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores desta Casa de Leis, público que prestigia esta Sessão.

Sr. Presidente, estou devolvendo à Mesa o Projeto de Lei 399/2011, de autoria do Tribunal de Justiça, “que da nova redação art. 311 da Lei 4.964, de 26 de dezembro de 1985, institui o Código de organização e divisão judiciária do Estado de Mato Grosso”.

Na realidade, o Tribunal de Justiça faz aqui apenas uma alteração, dando um tratamento isonômico onde houver a presença de dois cartórios que eles tenham as suas atribuições divididas, até porque em algumas situações o Cartório do 2º Ofício ficava com uma atribuição muito pequena em relação ao Cartório do 1º Ofício. O que entendemos ser justo esse tratamento isonômico para melhor atendimento da população nesses cartórios.

Então, Sr. Presidente, eu devolvo à Mesa, também, com voto favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

E quero aqui, Sr. Presidente, fazer ciência ao Plenário e a todos que prestigiam a Sessão que fizemos um trabalho muito forte no Município de Juscimeira com relação à regularização fundiária urbana do Distrito de Fátima de São Lourenço, que há anos clamava por

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

regularização, e tivemos a satisfação de ter a participação muito efetiva do INTERMAT nesse processo em que a área onde se localiza o Distrito de Santa Elvira pertencera a uma família de herdeiros e o processo se arrastou por algum tempo, o Governo do Estado assumiu um compromisso, fez o acerto com a família e nós conseguimos, Deputado Dilmar Dal Bosco, fazer a regularização fundiária. Queremos já marcar um dia para fazer a entrega desses títulos a essas famílias.

O mesmo acontecia na sede do Município de Juscimeira também, que tinha esse mesmo problema de regularização fundiária urbana, e também conseguimos fazer.

O Distrito de Alto Coité é um exemplo claro disso, onde todo o distrito, Deputado Zeca Viana, sofria – e Vossa Excelência sabe disso. Até para investimento ali, não tinha como fazer esse trabalho.

Com o auxílio da CODEMAT, conseguimos fazer esse trabalho junto ao INTERMAT e toda a regularização foi feita no distrito. E agora nós temos condições de entregar os títulos ali e aqueles que possuem suas casas podem dizer de forma categórica que são donos de fato e de direito e também podem fazer os investimentos necessários no distrito.

Então, realmente, é importante o trabalho da regularização fundiária, seja rural ou urbana, para que aqueles que detêm a posse possam também ter a propriedade e poder fazer os investimentos necessários, contrair financiamentos, enfim, tocar a sua vida.

Então, apenas para fazer esse registro e mais uma vez agradecer a participação do INTERMAT, do Afonso Dalberto, que ajudou muito nesse processo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) – Nos termos do Art. 118, § 1º do Regimento Interno, foram apresentadas proposições de autoria dos Srs. Deputados:

LIDERANÇAS PARTIDARIAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

“Concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Elusmar Maggi Scheffer.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o art. 26, inciso XXVIII, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Conceder o Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Elusmar Maggi Scheffer.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Elusmar Maggi Scheffer é natural de Torres/RS. É um dos proprietários do Grupo Bom Futuro, um dos maiores, senão o maior grupo agropecuário de nosso Estado. Ao lado de seus irmãos Erai e Fernando e de seu cunhado José Maria Bortoli constituíram esse empreendimento que em muito vem contribuindo para o desenvolvimento de nosso Estado.

O grupo gera 4 mil empregos e movimenta a economia do Estado e de 20 municípios onde o grupo está presente. Em 2009 o Bom Futuro plantou quase 240 mil hectares de soja e, na safrinha, 70 mil hectares de algodão e 70 mil de milho. Também colhe um milhão de sacas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

de sementes, engorda 40 mil bois em semiconfinamento, por meio da integração lavoura-pecuária, e produz dez toneladas de pescado por ano com outros produtores integrados.

Mais recentemente, o grupo passou a atuar no setor de energia, prospectando locais apropriados para a construção de PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas). Cerca de um terço da área cultivada é propriedade do grupo: as outras terras são arrendadas ou plantadas em parceria, um modelo que ele trouxe do Paraná e que lhe permitiu crescer sem muito dinheiro empatado. Faturamento do Grupo Bom Futuro em 2009: perto de 1 bilhão de reais.

Foi a cultura da soja que viabilizou a introdução e crescimento das outras atividades no Grupo. Atualmente a produção agrícola do Estado do Mato Grosso está estimada em 28 milhões de toneladas por ano. Sendo que quase 19 milhões de toneladas são de soja. O Grupo Bom Futuro na safra 10/11 pretendia alcançar aproximadamente 550 mil toneladas, ou seja, 3% da produção do estado.

Pela sua contribuição em prol do desenvolvimento de nosso Estado, entendemos ser o Sr. Elusmar Maggi Scheffer merecedor do Título de Cidadão Mato-grossense.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.
LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS”

RIVA

PROJETO DE LEI:

“Institui o Dia do Rio Araguaia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia do Rio Araguaia, a ser comemorado, anualmente, no dia 30 de Junho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Rio Araguaia é o principal curso d'água do cerrado brasileiro. Ele nasce nas cercanias do Parque Nacional das Emas e deságua no Rio Tocantins. Com 2.110km de extensão, banha e marca as divisas dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará. As mudanças em suas paisagens e as ameaças que pairam sobre seus ecossistemas são um testemunho da grave situação do bioma Cerrado.

Por ser um rio de planície, o Araguaia em toda a sua extensão possui amplas superfícies inundáveis, que em função do alagamento sazonal, possuem solos em geral bastante férteis. As lagoas e canais aí formados são ainda verdadeiros berçários da fauna, onde os peixes e outros animais se reproduzem. O Araguaia forma também a Ilha do Bananal, maior ilha fluvial do mundo, reconhecida como sítio de proteção às áreas úmidas, além de ser território indígena.

O Araguaia é também uma significativa destinação turística nos quatro Estados por ele banhados. Durante a estação seca (abril a setembro), em toda a sua extensão formam-se inúmeras praias de areias brancas que são seu principal cartão-postal. Outra atração é a grande variedade de espécies e volume de peixes, apesar da diminuição no estoque observada nas últimas décadas, em função de impactos sobre o habitat e da pesca descontrolada e predatória.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

Virtualmente intocado, como o cerrado, até a década de 1960, o Araguaia assistiu nestes quase 50 anos ao desaparecimento da maior parte de sua vegetação.

O desflorestamento da Bacia, além de afetar as espécies e reduzir a biodiversidade, gera um aumento dos processos erosivos e conseqüentemente da quantidade de sedimentos carregados para os cursos d'água. Isso tem gerado alterações significativas nos padrões de canais e na paisagem.

Sérios problemas ambientais afetam ainda as nascentes do rio. Nas proximidades do Parque Nacional das Emas, nos Municípios de Mineiros (GO), Alto Araguaia (MT) e Alto Taquari (MT), o desmatamento e a ocupação pela agricultura e pecuária dos frágeis solos arenosos das cabeceiras produzem voçorocas e focos erosivos de grande porte. Apesar da antiguidade e da gravidade do problema – os primeiros focos remontam à década de 1960 –, muito pouco foi feito pelos proprietários rurais e pelo poder público para solucioná-lo.

O Rio Araguaia é hoje abrangido por cinco unidades de conservação federais: o Parque Nacional das Emas, em Goiás, com 266 mil hectares, o Parque Nacional do Araguaia, no Tocantins, com 2,23 milhões de hectares, a Estação Ecológica Coco-Javaés, também no Tocantins, com 37 mil hectares, a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins, com cerca de 9 mil hectares, e a Área de Proteção Ambiental Meandros do Araguaia, também em Goiás, com 358 mil hectares. Além delas, há também na bacia várias unidades de conservação mantidas pelos Estados. Infelizmente, estas áreas protegidas por si só não são capazes de assegurar a integridade desse importante cartão-postal ameaçado do Cerrado

O Rio Araguaia oferece grandes oportunidades no setor de Desenvolvimento Sustentável, no Turismo Sustentável, no tocante as belezas naturais da região - cachoeiras, corredeiras, praias, pesca esportiva.

A instituir o Dia do Rio Araguaia, para o dia 30 de junho, no Estado de Mato Grosso, pretendemos que haja comemorações anuais principalmente nas regiões limítrofes ao Araguaia, simbolizando o cuidado pelo rio; criando a cultura pela preservação do rio e anunciando para o Brasil e para o mundo as potencialidades que o Araguaia tem.

Em Mato Grosso as cidades de Ponte Branca, Barra do Garças, São Felix do Araguaia, Cocalinho, Santa Terezinha e Luciara localizam-se as margens do Rio Araguaia.

Precisamos conscientizar a população de nosso Estado sobre a importância de preservação desse Rio, que inclusive nasce em nosso Estado, no município de Alto Araguaia.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado RIVA – PSD”

EMENDA ADITIVA:

**“Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº
587/2011.**

Fica aditado o art. 3º ao Projeto de Lei nº 587/2011, Mensagem nº 83/11, com as seguinte redação:

‘**Art. 3º** fica acrescentado o §5º ao artigo 32 da lei nº. 9.424, de 29 de julho de 2010, com a seguinte redação:

Art. 32 (...)

...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

§ 5º caso haja limitação de empenho e de movimentação financeira, serão preservadas, além das despesas obrigatórias por força constitucional e legal, os programas/atividades/projetos relativos à criança e adolescente, inclusive do fundo para a infância e adolescência’.

JUSTIFICATIVA

Na Audiência Pública realizada no último dia 27 de outubro que discutiu os programas e projetos destinados à criança e adolescente no Projeto de Lei nº 447/2011, que ‘Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015’, verificamos que os recursos destinados as crianças e adolescentes são bastantes limitados.

Uma das reivindicações do representante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente é que não haja contingenciamento nos recursos da LOA destinados ao FIA.

Por entender justa e necessária essa reivindicação, apresentamos a presente emenda para a qual solicitamos o apoio dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado RIVA – PSD”

INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação a necessidade de se providenciar recursos para a cobertura da quadra de esportes da Escola Estadual Ruberval Costa Reis, situada no PA Porto Velho, no Município de Santa Terezinha

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de se providenciar recursos para a cobertura da quadra de esportes da Escola Estadual Ruberval Costa Reis, situada no PA Porto Velho, no Município de Santa Terezinha

JUSTIFICATIVA

Recebemos expediente do Prefeito Municipal Domingos da Silva Neto, de Santa Terezinha, solicitando intervenção junto ao órgão competente, no sentido de se viabilizar cobertura da quadra poliesportiva da mencionada escola.

A construção de quadra poliesportiva beneficiará, principalmente, o público estudantil que reclama por espaço adequado para as aulas práticas de educação física, bem como a prática de atividades esportivas e culturais.

Vale ressaltar que a referida unidade educacional é um centro de vários eventos desportivos e culturais, onde com frequência são reunidos alunos, pais de alunos e pessoas da comunidade em geral para a prática de competições esportivas que objetivam a integração de jovens, pais e sociedade em geral.

Ante a enorme relevância do pleito, conto com a aprovação dos demais Pares e com o apoio do Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, no sentido de vê-lo realizado.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado RIVA – PSD”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, com cópias ao Magnífico Reitor da UNEMAT e ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, a necessidade de viabilizar a reativação do núcleo da UNEMAT na cidade de Comodoro.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, com cópias ao Magnífico Reitor da UNEMAT e ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, mostrando a necessidade de viabilizar a reativação do núcleo da UNEMAT na cidade de Comodoro.

JUSTIFICATIVA

Por meio de expediente encaminhado pelos vereadores do Município de Comodoro, o *campus* da UNEMAT da localidade desenvolveu dois projetos de cursos superiores, Projeto Parceladas e CEAD, ambos na área de Licenciatura, disponibilizando apenas os professores em sala. Portanto, a comunidade nunca teve a oportunidade de ingressar nos cursos da instituição nesta localidade.

Meados do ano de 2000 houve a promessa de implantação progressiva de cursos, o que nunca ocorreu. Depois de encerrado o primeiro projeto (Parceladas), o núcleo foi desativado e transferido para Pontes e Lacerda, mesmo possuindo uma boa estrutura física, a qual havia sido disponibilizada com a implantação dos primeiros cursos, cujas estruturas ainda se encontram a disposição de futuras instalações.

Com a reativação do *campus* da UNEMAT em Comodoro poder-se-á atender a demanda local e de outras municipalidades circunvizinhas.

Ademais, existe a dificuldade onerosa em arcar com estudos, visto que os jovens na faixa etária de ingresso nas universidades precisam morar na Capital ou cidade diversa, gerando um gasto que impossibilita sua ida.

Ante o exposto, conto com o especial empenho das autoridades competentes para a efetivação do importante pleito, que trará benefícios imensuráveis à população de Comodoro.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado RIVA – PSD”

INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de se criar Programa de Incentivo à Aquisição de *Notebooks* por educadores da rede estadual de ensino.

Nos termos do art. 160 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis, requiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de se criar Programa de Incentivo à Aquisição de *Notebooks* por educadores da rede estadual de ensino.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação tem como objetivo mostrar ao Exmº Sr. Governador do Estado e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação a necessidade de criar um Programa que promova o incentivo aos educadores da rede estadual de ensino, a facilitação para adquirirem *notebooks*.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

Programa parecido foi implantando em Cuiabá, pela Secretaria Municipal de Educação, que promoveu aos educadores do município a facilidade de adquirirem computadores, ação que levou aos lares dos profissionais da educação o acesso à informática.

Essa proposta já vem sendo reivindicada há muito tempo pelos profissionais da educação do Estado, através de manifestação de professores, tanto na Capital, como nos municípios do interior de Mato Grosso. A realização desse programa, além de promover um ganho para a categoria, estabelece também a oportunidade de acesso constante com as redes, tratando, pois de um grande incentivo, revestido de total interesse público.

Ante a enorme relevância do pleito, conto com a aprovação dos demais Pares e com o apoio do Exmº Sr. Governador do Estado e do Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, no sentido de vê-lo realizado.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 22 de novembro de 2011.
Deputado RIVA – PSD”

LUCIANE BEZERRA

INDICAÇÃO: “Indica ao Sr. Superintendente da VIVO – Empresa de Telefonia Celular, a necessidade de implantação de torre de telefonia móvel e *internet* no Distrito de Japurana e assentamentos, situado no Município de Nova Bandeirantes.

Com fundamento no art. 160 e seguintes do Regimento Interno, depois de ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Superintendente da VIVO – Empresa de Telefonia Celular, mostrando a necessidade de implantação de torre de telefonia móvel e *internet* no Distrito de Japurana e assentamentos, situado no Município de Nova Bandeirantes.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de Proposição Legislativa na modalidade de indicação que tem por fim indicar ao Sr. Superintendente da VIVO – Empresa de Telefonia Celular, a necessidade de viabilização de recursos financeiros para a implantação de torre de telefonia móvel e *internet* no Distrito de Japurana e assentamentos, situado no Município de Nova Bandeirantes.

Conforme documento em anexo, a proposta indicatória é derivada de reivindicação do Prefeito Municipal do Município de Nova Bandeirantes, Valdir Pereira dos Santos, com base no clamor popular daquela localidade.

A telefonia móvel e *internet* são serviços de utilidade pública de altíssima importância, pois suprem uma necessidade básica de comunicação, diminuindo distâncias, aproximando as pessoas e possibilitando o atendimento de seus usuários nos mais variados tipos de serviços.

O distrito em comento está localizada a 38 quilômetros de Nova Bandeirantes e é composto por aproximadamente 6.000 (seis mil) habitantes que não são beneficiadas pelos serviços de telefonia móvel e *internet*. A expansão desse serviço nas comunidades, principalmente as mais afastadas dos grandes centros urbanos, é de extrema importância para garantir o direito de acesso às telecomunicações.

Insta salientar, que tais serviços irão beneficiar aquela população, que atualmente encontra-se cerceada de acesso a comunicação com outras localidades, tornando-se a presente indicação indispensável, exigível e justificável.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

Posto isto, é a síntese fática necessária para justificar a presente indicação legislativa, esperando-se que a aludida seja coroada de êxito através de sua exequibilidade pelo Poder Executivo Estadual, medida de direito e da mais lúdima justiça social.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.
Deputada LUCIANE BEZERRA – PSB”

INDICAÇÃO: “Indica à SEDRAF a necessidade da viabilização de um resfriador de leite para atender a Comunidade São Paulino – Linha 07, situada no Município de Juína.

Reitera-se à SEDRAF/MT a necessidade da viabilização de um resfriador de leite para atender a Comunidade São Paulino – Linha 07, situada no Município de Juína.

Com fundamento no art. 160 e seguintes do Regimento Interno, depois de ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar de Mato Grosso, reiterando a necessidade da viabilização de um resfriador de leite para atender a Comunidade São Paulino – Linha 07, situada no Município de Juína.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de proposição legislativa na modalidade de indicação que tem por fim reiterar ao Poder Executivo Estadual, através da SEDRAF/MT, a necessidade da viabilização de um resfriador de leite, para atender a Comunidade São Paulino – Linha 07, situada no Município de Juína.

Reiterando a Indicação nº 898/2011, aprovada e protocolada no dia 07/04/2011, com resposta negativa do Poder Executivo, reiteramos o pedido, visto que se trata de extrema urgência e necessidade daquela localidade.

A qualidade de todo e qualquer alimento produzido depende do modelo utilizado no processo de produção. Sendo assim, é fundamental que se tenha um total controle e que o processo seja realizado de forma a gerar um alimento com maior valor nutritivo e isento de qualquer substância que possa gerar problemas de saúde aos consumidores.

Não diferente, o leite exige todo um cuidado, desde sua coleta até obtenção do produto final. Os tanques resfriadores garantem a qualidade do leite, já que o resfriamento é rápido, prevenindo ou minimizando o crescimento bacteriano e sua respectiva contaminação.

Ademais, Excelências, outro ponto interessante, é que com o tanque resfriador os custos de transporte tornam-se menores, haja vista, que a coleta na propriedade pode ser feita com base na conveniência do laticínio, diretamente pelo caminhão tanque, ao passo que o latão convencional exige coleta diária. Assim, os valores reduzidos com a economia do transporte podem ser agregados ao valor final do produto (leite), aumentando a renda dos produtores.

Posto isto, é a síntese fática necessária para justificar a presente indicação legislativa, esperando-se que a aludida seja coroada de êxito através de sua exequibilidade pelo Poder Executivo Estadual, medida de direito e da mais lúdima justiça social.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.
Deputada LUCIANE BEZERRA – PSB”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, a necessidade de aquisição de um resfriador de leite para a Gleba Iracema III - Comunidade Santa Clara, no Município de Juína.

Com fundamento no art. 160 e seguintes do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, mostrando a necessidade de aquisição de um resfriador de leite para a Gleba Iracema III - Comunidade Santa Clara, no Município de Juína.

JUSTIFICATIVA

O associativismo no meio rural proporciona condições para que seus integrantes façam frente aos grandes empreendimentos, aumentando o volume de comercialização e, conseqüentemente, seu poder de negociação.

Além disso, favorece o acesso a políticas públicas e novas tecnologias, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

O resfriador de leite visa baixar a temperatura do leite até que a proliferação bacteriana seja praticamente nula, fazendo com que não altere a qualidade do leite.

A aquisição dos resfriadores de leite irá melhorar as condições de vida no campo, trazendo benefícios para os produtores de leite da comunidade contemplada.

Ante a importância que o caso requer, conto com o apoio dos nobres Pares na aprovação da presente matéria, bem como do Exmº Sr. Governador do Estado e do Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputada LUCIANE BEZERRA – PSB”

INDICAÇÃO: “Indica à SEDRAF/MT a necessidade da viabilização de um resfriador de leite, para atender a Comunidade Nossa Senhora da Saúde – Linha 09, situada no Município de Juína.

Com fundamento no art. 160 e seguintes do Regimento Interno, depois de ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, reiterando a necessidade da viabilização de um resfriador de leite, para atender a Comunidade Nossa Senhora da Saúde – Linha 09, situada no Município de Juína.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de proposição legislativa na modalidade de indicação que tem por fim reiterar ao Poder Executivo Estadual, através da SEDRAF/MT, a necessidade da viabilização de um resfriador de leite, para atender a Comunidade Nossa Senhora da Saúde – Linha 09, situada no Município de Juína.

Reiterando a Indicação nº 897/2011, aprovada e protocolada no dia 07/04/2011, com resposta negativa do poder executivo, reiteramos o pedido, visto que se trata de extrema urgência e necessidade daquela localidade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

A qualidade de todo e qualquer alimento produzido depende do modelo utilizado no processo de produção. Sendo assim, é fundamental que se tenha um total controle e que o processo seja realizado de forma a gerar um alimento com maior valor nutritivo e isento de qualquer substância que possa gerar problemas de saúde aos consumidores.

Não diferente, o leite exige todo um cuidado, desde sua coleta até a obtenção do produto final, os tanques resfriadores garantem a qualidade do leite, já que o resfriamento é rápido, prevenindo ou minimizando o crescimento bacteriano e sua respectiva contaminação.

Ademais, excelências, outro ponto interessante é que com o tanque resfriador os custos de transporte tornam-se menores, haja vista que a coleta na propriedade pode ser feita com base na conveniência do laticínio, diretamente pelo caminhão tanque, ao passo que o latão convencional exige coleta diária, assim os valores reduzidos com a economia do transporte podem ser agregados ao valor final do produto (leite), aumentando a renda dos produtores.

Posto isto, é a síntese fática necessária para justificar a presente indicação legislativa, esperando-se que a aludida seja coroada de êxito através de sua exequibilidade pelo Poder Executivo Estadual, medida de direito e da mais lúdima justiça social.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputada Luciane Bezerra – PSB”

INDICAÇÃO: “Indica ao Sr. Superintendente da VIVO - Empresa de Telefonia Celular, a necessidade de implantação de torre de telefonia móvel e *internet* no Distrito de Nova Fronteira, situado no Município de Tabaporã.

Com fundamento no art. 160 e seguintes do Regimento Interno, depois de ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Superintendente da VIVO – Empresa de Telefonia Celular, mostrando a necessidade de implantação de torre de telefonia móvel e *internet* no Distrito de Nova Fronteira, situado no Município de Tabaporã.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de proposição legislativa na modalidade de indicação que tem por fim indicar ao Sr. Superintendente da VIVO - Empresa de Telefonia Celular, a necessidade de viabilização de recursos financeiros para a implantação de torre de telefonia móvel e *internet* no Distrito de Nova Fronteira, situado no Município de Tabaporã.

A telefonia móvel e a *internet* são serviços de utilidade pública de altíssima importância, pois suprem uma necessidade básica de comunicação, diminuindo distâncias, aproximando as pessoas e possibilitando o atendimento de seus usuários nos mais variados tipos de serviços.

O distrito em comento em comento está localizada a 87 quilômetros de Nova Bandeirantes e é composto por aproximadamente 3.000 (três mil) habitantes que não são beneficiadas pelos serviços de telefonia móvel e *internet*. A expansão desse serviço nas comunidades, principalmente as mais afastadas dos grandes centros urbanos, é de extrema importância para garantir o direito de acesso às telecomunicações.

Insta salientar que tais serviços irão beneficiar aquela população, que atualmente encontra-se cerceada de acesso a comunicação com outras localidades, tornando-se a presente indicação indispensável, exigível e justificável.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

Posto isto, é a síntese fática necessária para justificar a presente indicação legislativa, esperando-se que a aludida seja coroada de êxito através de sua exequibilidade pelo Poder Executivo estadual, medida de direito e da mais lúdima justiça social.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.
Deputada Luciane Bezerra – PSB”

PROJETO DE LEI:

“Institui a ‘Política de Prevenção do Câncer de Intestino, através do exame de colonoscopia’, na rede pública de saúde do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a ‘Política de Prevenção do Câncer de Intestino, através do exame de colonoscopia’ na rede pública de saúde do Estado de Mato Grosso, como medida de promover a conscientização dos usuários do Sistema Único de Saúde sobre os malefícios proporcionados pelo câncer do intestino, suas causas, diagnóstico e tratamento.

Art. 2º Deverão ser submetidas à colonoscopia pessoas a partir de 40 anos de idade, quando possuírem casos de câncer de intestino na família. Entretanto, as pessoas sem histórico familiar farão o exame a partir dos 50 anos de idade.

Art. 3º Fica o poder Executivo Estadual autorizado a regulamentar a presente lei no que for necessário, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, após a data de sua publicação.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de iniciativa legislativa na modalidade de Projeto de Lei Ordinária, que tem por objetivo instituir a ‘Política de Prevenção do Câncer de Intestino através do exame de colonoscopia’ na rede pública de saúde do Estado de Mato Grosso, como medida de promover a conscientização dos usuários do Sistema Único de Saúde sobre os malefícios proporcionados pelo câncer do intestino, suas causas, diagnóstico e tratamento.

O câncer de intestino é um dos mais frequentes tumores do tubo digestivo, sendo que a cada ano cerca de 160 mil novos casos são diagnosticados nos Estados Unidos e em torno de 57 mil desses pacientes morrem da doença. No Brasil, este tipo de câncer está em quarto lugar entre os tumores mais frequentes do sexo masculino, atrás apenas do câncer de estômago, pulmão e próstata.

Vale dizer que o exame de colonoscopia é atualmente o meio mais eficaz para o diagnóstico precoce do câncer intestinal, cuja descoberta representou o maior avanço no conhecimento das doenças do aparelho digestivo. Esse procedimento permite a identificação não só de processos inflamatórios e tumores, como até de pequenos pólipos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

A pesquisa de sangue oculto nas fezes também tem importante papel na detecção deste câncer e é considerado como auxiliar, tanto no início dos sintomas, como para controle da doença.

Insta salientar que os pacientes acima de 50 anos, com familiares portadores de câncer intestinal devem fazer avaliações periódicas para detecção precoce deste câncer, que tem 70% (setenta por cento) de chance de cura, quando tratado no início.

Assim sendo, não restam dúvidas que o presente Projeto de Lei tem grande alcance social, é manifestamente de interesse público e com certeza representa a minimização da incidência de câncer de intestino, quando se leva em consideração a importância que requer o assunto, sinônimo de direito e da mais lúdima justiça social.

Posto isto, é a síntese necessária para justificar a presente iniciativa.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputada LUCIANE BEZERRA – PSB”

PROJETO DE LEI:

“Institui no âmbito do Estado de Mato Grosso a política Estadual de Coleta Móvel de Sangue e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a instituir no âmbito do Estado de Mato Grosso a Política Estadual de coleta móvel de sangue, com o objetivo de aumentar o número de doadores e, conseqüentemente, os estoques dos bancos de sangue.

Art. 2º Constituem objetivos da Política Estadual de coleta de sangue:

- I - incentivar a doação de sangue;
- II - facilitar a doação de sangue;
- III - promover campanhas educativas sobre a importância da doação de sangue;
- IV - realizar exames obrigatórios para doadores;
- V - esclarecer dúvidas sobre a doação de sangue;
- VI - organizar mutirões de doação de sangue;
- VII - colaborar em ações que visem aumentar os estoques dos bancos de sangue.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Estadual responsável por regulamentar a presente Lei no que for necessário, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de iniciativa legislativa na modalidade de Projeto de Lei Ordinária que tem por fim instituir no âmbito do Estado de Mato Grosso a Política Estadual de coleta móvel de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

sangue, com o objetivo de aumentar o número de doadores e, conseqüentemente, os estoques dos bancos de sangue do Estado.

A doação de sangue é o processo pelo qual um doador voluntário tem seu sangue coletado para armazenamento em um banco de sangue ou para uso subsequente em transfusões de sangue. Trata-se de um processo de fundamental importância para o funcionamento de um hospital ou centro de saúde e na preservação de vidas.

De acordo com a Associação Brasileira de Hematologia e Hemoterapia, somente 1,9% da população doa sangue por ano. No Estado de Mato Grosso, menos de 1,5% da população doa sangue de forma regular, segundo o Centro de Hematologia e Hemoterapia (Hemocentro). O ideal, para reverter o déficit registrado, seria que pelo menos 5% da população adulta e sadia doassem sangue uma vez por ano. A doação é permitida a cada dois meses para os homens e três meses para as mulheres.

Vale ressaltar que essa situação preocupa as autoridades médicas, que temem a perda de vidas em razão de falta de sangue nos bancos de sangue. Pacientes submetidos a transplantes de órgãos, em terapia para o câncer e portadores de muitas outras doenças dependem do sangue e de seus derivados para a continuidade do tratamento.

Insta dizer, que apesar dos constantes apelos para incentivar a doação de sangue, com campanhas educativas nos meios de comunicação, o número de doadores tem se mantido em níveis inferiores ao desejado.

Uma das barreiras encontradas para o aumento do número das doações é a dificuldade do doador de se deslocar até os hospitais e bancos de sangue. Os doadores são obrigados, muitas vezes, a faltar ao trabalho para efetuar a doação, ato que pode e salva muitas vidas.

Cabe salientar, que a criação do serviço de coleta móvel alcança excelente solução do problema de deslocamento do doador, tornando o processo rápido, prático e fácil.

A presente proposta legislativa apresenta grande alcance social, uma vez que garantirá ampliará a rede pública de coleta de sangue, através do serviço móvel, devidamente adaptado e fiscalizado, proporcionando maior qualidade no atendimento dos hospitais e bancos de sangue.

Entendendo ser matéria de grande alcance social, uma vez que garantirá o aumento dos estoques dos bancos de sangue e, conseqüentemente, maior qualidade no atendimento dos hospitais aos pacientes que necessitam do sangue e seus derivados para a preservação de suas vidas. Diante do exposto, conclamo aos nobres Pares apoio na aprovação da presente matéria.

Posto isto, é a síntese fática necessária para justificar o presente projeto de lei ordinária, como medida de direito e da mais lúdima justiça social.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputada LUCIANE BEZERRA – PSB”

SÉRGIO RICARDO

INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar e ao Sr. Superintendente do INCRA/MT, a importância da perfuração de um poço artesiano no Assentamento Nova Conquista, Município de Cuiabá; na Comunidade Morro do Gamelão, no Município de Glória d’Oeste; na Comunidade Córrego das Pitas, no Município de Glória d’Oeste; na Comunidade Serra Linda Setor II, no Município de Glória d’Oeste; na Comunidade Travessão-Caité I, no Município de Glória d’Oeste; na Comunidade Travessão-Caité II, no Município de Glória d’Oeste; na Comunidade

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

Joaquim Nogueira Setor II, no Município de Glória d'Oeste; na Comunidade Joaquim Nogueira Setor I, no Município de Glória d'Oeste e no Sítio Formiga, no Município de Nossa Senhora do Livramento.

Nos termos do art. 160 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar e ao Sr. Superintendente do INCRA/MT, mostrando a importância da perfuração de um poço artesiano no Assentamento Nova Conquista, Município de Cuiabá; na Comunidade Morro do Gamelão, no Município de Glória d'Oeste; na Comunidade Córrego das Pitas, no Município de Glória d'Oeste; na Comunidade Serra Linda Setor II, no Município de Glória d'Oeste; na Comunidade Travessão-Caité I, no Município de Glória d'Oeste; na Comunidade Travessão-Caité II, no Município de Glória d'Oeste; na Comunidade Joaquim Nogueira Setor II, no Município de Glória d'Oeste; na Comunidade Joaquim Nogueira Setor I, no Município de Glória d'Oeste e no Sítio Formiga, no Município de Nossa Senhora do Livramento.

JUSTIFICATIVA

Os moradores nas referidas comunidades, atualmente com dezenas de famílias, buscam concretizar o seu desenvolvimento socioeconômico, com a perfuração de 1 (um) poço artesiano, o que virá a proporcionar um pouco mais de conforto para as famílias.

A água é um dos recursos naturais mais importantes para os seres humanos, e sendo um bem essencial à vida, compete ao legislador constituinte buscar os mecanismos necessários para que todas as famílias desfrutem de tal benefício. Além disso, também é preciso que se articule formas para proteger os cursos naturais, racionalizando seu uso para que não haja desperdício.

A Lei nº 6.945, de 05 de novembro de 1997, que estabelece a política estadual de recursos hídricos, assegura meios financeiros e institucionais para utilização racional dos recursos hídricos, garantindo prioridade ao abastecimento das populações.

Portanto, a presente indicação tem como objetivo contribuir para que se alcance a solução para o grave problema da falta de água nessas comunidades, garantindo o suprimento de água potável para o consumo humano, visando ainda melhores condições de vida à população e o desenvolvimento sustentável da comunidade.

Pelo exposto, conto com os nobres colegas Parlamentares para a aprovação e encaminhamento do presente instrumento indicatório.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado Sérgio Ricardo – PR”

INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Esporte e Lazer, a importância de estabelecer convênio com a Prefeitura Municipal de Cuiabá para a construção de uma quadra poliesportiva coberta na Escola Municipal Quintino Pereira de Freitas, localizada no Bairro Canjica.

Nos termos do art. 160 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Esporte e Lazer, mostrando a importância de estabelecer convênio com a Prefeitura Municipal de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

Cuiabá para a construção de uma quadra poliesportiva coberta na Escola Municipal Quintino Pereira de Freitas, localizada no Bairro Canjica.

JUSTIFICATIVA

Sabemos que cabe ao município atender a solicitação da Escola Municipal Quintino Pereira, localizada na Rua Padre Francisco Reiners, 247, bairro Canjica, no Município de Cuiabá. Em razão da importância do atendimento, solicitamos o apoio para a construção de uma quadra poliesportiva coberta naquele local.

Visando melhorar a infraestrutura da Escola municipal Quintino Pereira com a construção de uma quadra poliesportiva coberta para que os alunos possam desenvolver alguma atividade esportiva, principalmente nos dias de sol forte e chuva, usufruindo de conforto, segurança e tranquilidade em seus momentos de lazer.

O atendimento dessa reivindicação é de fundamental importância, pois visa proporcionar aos alunos a saudável prática de esporte e lazer, criando interação com toda a comunidade. Essa atividade, vale lembrar, é subsídio importante e fundamental para a formação da personalidade da criança e do adolescente, atuando também no seu desenvolvimento físico, psíquico e social.

Diante do exposto, conto com os nobres colegas Parlamentares para aprovação e encaminhamento do presente instrumento indicatório.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado Sérgio Ricardo – PR”

INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo à Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social, a necessidade de 120 filtros de água para a igreja Internacional da Graça de Deus, no Município de Rosário Oeste.

Nos termos do art. 160 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo à Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social, mostrando a necessidade de 120 filtros de água para a igreja Internacional da Graça de Deus, no Município de Rosário Oeste.

JUSTIFICATIVA

A Igreja Internacional da Graça de Deus, situada na rua Floriano Peixoto s/n, bairro centro no Município de Rosário Oeste, por ser uma entidade pública e por trabalhar com o povo no anúncio do Evangelho, vem fazendo visita nas casa dos bairros e vendo a necessidade dos bairros Nossa Senhora Aparecida, Jardim Aeroporto, São Benedito, Santa Isabel, Bairro da Torre, Bairro COHAB Velha, Bairro Rua da Barra e Taboão, e vem, por meio desta, solicitar a doação de 120 (cento e vinte) filtro de água para serem distribuídos a estas comunidades.

As doações destes filtros serão feitas pela própria entidade que fará um acompanhamento as famílias mais necessitadas, e que realmente precisam de um acompanhamento nestas necessidades de não poderem sequer comprar um filtro.

Nesse sentido e diante da urgente necessidade, estamos solicitando doações de 120 filtros de água para ajudar a comunidade a ter acesso à água de boa qualidade para o consumo,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

evitando a possibilidade dos indivíduos, em especial atenção dada às crianças, adquirirem qualquer tipo de doença.

Diante do exposto, conto com os nobres colegas Parlamentares para aprovação e encaminhamento do presente instrumento indicatório.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado Sérgio Ricardo – PR”

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

“Concede a Comenda Atleta Mato-grossense ao Presidente da Federação Mato-grossense do Voleibol Sr. Nicanor Lopes dos Reis Filho.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 26, inciso XXVIII, da Constituição Estadual, combinado com os arts. 171 do Regimento Interno e 3º da Resolução nº 118, de 11 de dezembro de 1997, e nos termos do resolvido Plenário, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica concedida a Comenda Atleta Mato-grossense ao Presidente da Federação Mato-grossense do Voleibol Sr. Nicanor Lopes dos Reis Filho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Presidente da Federação Mato-grossense do Voleibol, Nicanor Lopes dos Reis Filho, iniciou sua vida esportiva em 1982 no Salesiano São Gonçalo onde no mesmo ano estava representando Cuiabá nos jogos Escolares e em 1983 representando Mato Grosso no Campeonato Brasileiro em Belo Horizonte – MG.

Jogou pela AABB e Caiabi sempre sendo convocado para a seleção do Estado. Em 1987 entrou como acadêmico de Educação Física na UFMT, em 1989 começou a atuar como técnico no Colégio Notre Dame de Lourdes em Cuiabá com trabalho de formação de atletas de voleibol, conquistando inúmeros títulos nos jogos escolares cuiabanos e mato-grossenses.

Foi convocado como técnico da Seleção de Mato Grosso e Cuiabá nos anos de 1999 a 2007 conquistando Campeonatos Brasileiros no masculino e feminino, inclusive revelando atletas para a Seleção Brasileira infanto-juvenil e juvenil como Everton Fagundes, Israel entre outros.

Em 2003/2004 fez parte do Conselho Federal de Educação Física como conselheiro da Seccional MS/MT e eleito Presidente da AMPEF Associação Mato-grossense dos Profissionais de Educação Física, nos mesmos anos sou Professor das cadeiras de voleibol I, II e III da UFMT.

Em 2004/2005 elege-se como conselheiro do Conselho Estadual de Esporte, vinculado à Secretaria de Estado de Esporte e Lazer.

Já em 2002 começou a atuar como Superintendente da Federação Mato-grossense de Voleibol. Em 2007 foi eleito como Presidente da Federação Mato-grossense de voleibol onde presidirá até 2016, com realização de vários campeonatos internacionais como Liga Mundial (inaugurando o Ginásio de Esportes Aecim Tocantins – Cuiabá), Copa América, Sul Americano de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

Seleções, várias etapas do Circuito Nacional de Vôlei de Praia, entre inúmeras competições estaduais e municipais das categorias mirim ao máster.

Desde 2003 fez parte como conselheiro do Instituto Desportivo da Criança, onde atua na área social em cinco cidades de Mato Grosso (Cuiabá, Várzea Grande, Chapada dos Guimarães, Tangará da Serra, Cáceres e Distrito da Guia), proporcionando a prática esportiva e acompanhamento pedagógico a mais de 1.000 crianças nessas cidades.

Pelos motivos expostos, nobres Deputados, aguardo pela aprovação do presente Projeto de Resolução e conseqüente concessão da Comenda Atleta Mato-grossense ao Presidente da Federação mato-grossense do Voleibol Sr. Nicanor Lopes dos Reis Filho.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado Sérgio Ricardo – PR”

PROJETO DE LEI:

“Modifica o art. 1º da Lei nº 8.655, de 29 de maio de 2007, que determina aos estabelecimentos bancários situados no Estado de Mato Grosso instalarem assentos para idosos, deficientes físicos e gestantes que estiverem nas filas a eles destinados.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O Artigo 1º da Lei nº 8.655, de 29.05.2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 1º** Ficam os estabelecimentos bancários situados no Estado de Mato Grosso obrigados a instalar assentos para deficientes físicos e gestantes que estiverem nas filas a eles destinados.

Parágrafo Único...’

Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa modificar o artigo 1º da Lei nº 8.655, de 29 de maio de 2007, excluindo de sua abrangência, as pessoas idosas, tendo em vista que esta classe já se encontra acobertada no texto do projeto de Lei que visa consolidar a legislação relativa à pessoa idosa.

Face ao exposto, submeto a apreciação de VV. Exas. a presente matéria, contando com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 22 de novembro de 2011.

Deputado SÉRGIO RICARDO – PR”

PROJETO DE LEI:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

“Modifica o art. 1º da Lei nº 7.967, de 25 de setembro de 2003, que autoriza o Poder Executivo a criar e a instalar a Defensoria das Pessoas da Terceira Idade e das portadoras de necessidades especiais e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O Artigo 1º da Lei nº 7.967, de 25.11.2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a criar e a instalar a Defensoria das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, na estrutura organizacional da Defensoria Pública do Estado.’

Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa modificar o Artigo 1º da Lei nº 7.967, de 25 de setembro de 2003, excluindo de sua abrangência, as pessoas da terceira idade, tendo em vista que esta classe já se encontra acobertada no texto do projeto de Lei que visa consolidar a legislação relativa à pessoa idosa.

Face ao exposto, submeto a apreciação de VV. Exas. a presente matéria, contando com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 22 de novembro de 2011.
Deputado SÉRGIO RICARDO – PR”

PROJETO DE LEI:

“Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial do Estado e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o registro de bens culturais de natureza imaterial que integram o patrimônio cultural do Estado.

§ 1º Constituem bens culturais de natureza imaterial os processos de criação, manutenção e transmissão de conhecimentos e as práticas e manifestações dos grupos socioculturais, famílias e indivíduos que compõem a identidade e a memória cultural do Estado, bem como as condições materiais necessárias ao desenvolvimento de tais procedimentos e práticas de natureza imaterial.

§ 2º O registro é o ato pelo qual a administração pública estadual reconhece a legitimidade dos bens culturais de natureza imaterial do Estado, promovendo a salvaguarda destes

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

por meio de identificação, reconhecimento, registro etnográfico, acompanhamento de seu desenvolvimento histórico, divulgação, apoio, incentivo e outras formas de acautelamento e preservação desse patrimônio.

§ 3º O objetivo do ato de registro é garantir o exercício do direito à cultura aos diversos grupos que compõem o Estado, garantindo no cotidiano da vida mato-grossense as condições de existência e manutenção dos bens culturais de natureza imaterial que constituem referência estadual, sem tutela ou controle que fira ou impeça essas práticas e manifestações.

§ 4º O registro é ato de competência exclusiva da Secretaria do Estado de Cultura, o qual receberá, para essa finalidade específica, assessoria técnica e administrativa dos órgãos competentes do Executivo Estadual.

§ 5º O registro dos bens culturais de natureza imaterial do Estado far-se-á nos livros enumerados nos incisos seguintes:

I - livro de Registros dos Saberes - livro no qual serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - livro de Registros das Celebrações - livro no qual serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - livro de Registros das Formas de Expressão – livro no qual serão inscritas manifestações literárias, linguísticas, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - livro de Registros dos Lugares - livro no qual serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentrem e se reproduzam práticas culturais coletivas.

§ 6º Outros livros de registros poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial do Estado que não se enquadrem nos definidos no § 5º deste artigo.

§ 7º Todo registro feito nos livros de que tratam os incisos I a IV do § 5º deste artigo contará com fotografias, manuscritos, mapas, exemplares impressos e outros, que serão digitalizados, assim como os documentos comprobatórios de que trata o § 1º do art. 3º e o parecer de que trata o § 2º do mesmo artigo.

§ 8º Os arquivos digitalizados serão disponibilizados através de banco de dados, no sítio da Secretaria de Estado de Cultura na *internet*, sob o título “Patrimônio Cultural - Bens Imateriais”, tendo cada um como subtítulo o nome do livro em que se inserir.

Art. 2º Poderão solicitar a instauração do processo de registro:

I - titulares de órgãos, entidades ou conselhos do Executivo Estadual;

II - Deputados Estaduais;

III - Diretores de sociedades e associações civis.

Art. 3º As solicitações de instauração de processo de registro de bem cultural de natureza imaterial do Estado serão encaminhadas à Secretaria de Estado de Cultura, que, considerando-as pertinentes, encaminhará os procedimentos para a abertura e instrução dos processos administrativos pertinentes.

§ 1º Os processos serão instruídos por meio de dossiês de registro dos quais devem constar descrição pormenorizada do bem a ser registrado, identificando seus elementos culturais relevantes, e documentação correspondente.

Art. 4º O bem cultural de natureza imaterial objeto de registro será inscrito no livro correspondente e receberá o título de Patrimônio Cultural do Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

Parágrafo único Caberá à Secretaria de Estado de Cultura determinar a abertura de novo livro de registros, quando for o caso, em atendimento ao disposto no § 6º do art. 1º desta lei.

Art. 5º Caberá à Secretaria de Estado de Cultura assegurar ao bem registrado:

I - elaboração, guarda e manutenção de dossiê de registro;

II - divulgação e promoção mediante implementação de políticas públicas correspondentes.

Art. 6º A cada dez anos contados da data de registro, a Secretaria de Estado de Cultura decidirá sobre a revalidação do título previsto no art. 4º.

Parágrafo único Os bens cujo título de Patrimônio Cultural do Estado de Mato Grosso não sejam revalidados terão o respectivo registro mantido, a título de referência à memória cultural de determinado contexto histórico do Estado.

Art. 7º A presente lei entra em vigor a partir da data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto tem por escopo instituir o registro de bens culturais de natureza imaterial que integram o patrimônio cultural do Estado.

A UNESCO define como patrimônio cultural imaterial (ou patrimônio cultural intangível) “as práticas, representações, expressões culturais, conhecimentos e técnicas - bem como os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes estão associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”. São exemplos de patrimônio imaterial os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, as celebrações, as festas e danças populares, as lendas, a música e outras tradições. São expressões culturais e tradições que um grupo de indivíduos preserva em respeito a sua ancestralidade, para as gerações futuras.

O patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Podem ser citadas ainda diversas tradições, saberes e técnicas que vêm sendo submetidas às normas do Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC - do Iphan, na complexa tarefa de preservar o patrimônio material e imaterial, resguardando bens, documentos, acervos, artefatos, vestígios e sítios, assim como as atividades, técnicas, saberes e linguagens. Um dos critérios é a atenção às tradições que não encontram amparo na sociedade e no mercado, permitindo a todos o cultivo da memória comum, da história e dos testemunhos do passado.

A culinária de Mato Grosso talvez seja a que concentra a maior diversidade, pois em cada região do Estado há uma comida típica diferente, com ingredientes encontrados com fartura no meio rural. Há vários pratos tipicamente e dois que se destacam, oferecidos nas mesas de todas as casas mato-grossenses, principalmente no interior: o arroz com pequi, a mojica de pintado e a Maria Isabel, além dos quais apontamos o bolo de arroz, de queijo, entre tantos outros.

Outras manifestações culturais, como o cururu e o siriri, também são símbolos da manifestação cultural mato-grossense.

São inúmeras as manifestações culturais enraizadas na história do nosso Estado de Mato Grosso, e, é nossa obrigação preservá-las, protegê-las e guardá-las para as gerações futuras.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

Face ao exposto, submeto à apreciação de Vossas Excelências a presente matéria, contando com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação, por entender ser a proposta da mais alta relevância para o povo mato-grossense.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.
Deputado Sérgio Ricardo – PR”

PROJETO DE LEI:

“Dispõe sobre o registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e de pessoas interessadas na doação

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O poder público manterá registro informatizado de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e de pessoas interessadas na adoção.

Parágrafo único Será facultado ao Juizado da Infância e da Adolescência o acesso ao registro de que trata este artigo.

Art. 2º O poder público, por meio dos órgãos competentes, promoverá campanhas e cursos objetivando derrubar preconceitos e mitos contrários à prática da adoção de crianças com idade acima de 6 meses e de adolescentes.

Art. 3º O poder público promoverá, previamente ao início do processo de adoção, a preservação dos vínculos da criança e do adolescente com a família de origem.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias, contados da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa instituir o registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e de pessoas interessadas na adoção.

O abrigo de crianças e adolescentes em instituições de amparo é um recurso usado nos nossos dias, mas encontra-se totalmente ultrapassado e decadente. Apesar de o Estatuto da Criança e do Adolescente assegurar seus direitos, definindo o Estado, a sociedade e a família como responsáveis por esses direitos, o número de crianças internadas, no abandono, dentro de instituições é bastante grande.

Dentro dos internatos, o que se conhece é a falta de técnicos habilitados que possam, no mínimo, dar um pouco de dignidade aos internos ou até mesmo promover tentativas para a sua volta à família de origem.

Por outro lado, existe um grande entrave burocrático para uma possível adoção dessas crianças. O Poder Judiciário e as instituições não se afinam ou não têm o interesse suficiente para agilizar e desemperrar o andamento dessas questões.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

Um objetivo secundário, mas implícito, nesta proposição é acabar com preconceitos injustificados e arraigados na população em geral, quanto às crianças e adolescentes abandonados por suas famílias e internados em instituições privadas ou públicas.

Entretanto, ressaltamos que o objetivo primordial que se pretende atingir com a norma proposta é diminuir ou até mesmo acabar com os entraves burocráticos existentes e facilitar a realização do sonho maior de inúmeras crianças e adolescentes, ou seja, o encontro de uma família substituta.

Ainda se pretende, com a aprovação deste projeto, amenizar a situação de abandono vivida pelos internos nas instituições, nos internatos e nos abrigos com a presença dos membros do Centro de Apoio à Adoção nesses locais, para orientar no sentido de se humanizarem as ações e os procedimentos dirigidos aos internos.

Vale ressaltar que existem centenas de pessoas querendo adotar uma criança e milhares de crianças esquecidas nas instituições, desejando uma família substituta; e se pudermos contribuir para o encontro desses segmentos da população, estaremos também contribuindo para desmistificar a associação errônea que se faz entre adoção e fracasso.

Existem dificuldades, sim, mas não muito maiores que aquelas percebidas nas famílias biológicas; e achamos que as dificuldades não representam quase nada quando comparadas à solidão, ao sofrimento e ao desamparo de uma criança abandonada.

Face ao exposto, submeto à apreciação de V. Ex^{as} a presente matéria, contando com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação, por entender ser a proposta da mais alta relevância para o povo mato-grossense.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 22 de novembro de 2011.

Deputado Sérgio Ricardo – PR”

Passemos à Ordem do Dia.

Indicações de autoria dos Deputados Nilson Santos, Wagner Ramos, Dilmar Dal Bosco, Sérgio Ricardo, Ezequiel Fonseca, Riva e da Deputada Luciane Bezerra.

Em discussão as Indicações. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moção de Aplausos de autoria do Deputado Zeca Viana, ao Exm^o Sr. Prefeito Maurício de Sá; ao Secretário de Saúde Osmar José Batistussi; ao Presidente da Câmara, Marquinhos da Treze; e à Vereadora Cristine Bernine, do Município de Alto Taquari, pelo trabalho realizado no gerenciamento do Hospital e Maternidade Nossa Senhora Aparecida.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprova, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações de autoria do Deputado Walter Rabello, ao Prefeito Municipal de Campos de Júlio, pelo transcurso do aniversário do município, comemorado no próximo dia 28 de novembro.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprova, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações de autoria do Deputado Walter Rabello, ao Presidente da Câmara Municipal de Campos de Júlio, pelo transcurso do aniversário do município, comemorado no próximo dia 28 de novembro.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprova, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

Moção de Congratulações de autoria do Deputado Walter Rabello à Prefeita Municipal de Colniza, pelo transcurso do aniversário do município, comemorado no próximo dia 26 de novembro.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprova, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações de autoria do Deputado Walter Rabello, ao Presidente da Câmara Municipal de Colniza, pelo transcurso do aniversário do município, comemorado no próximo dia 26 de novembro.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprova, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, à Exm^a Sr^a Delegada Titular da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá, Dr^a Cláudia Maria Lisita, pela realização do Projeto Delegacia Móvel Especializada de Defesa da Mulher.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprova, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, à Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, na pessoa do Exm^o Sr. Prefeito Municipal, Dirceu Martins Comiran, pela comemoração do 17^o aniversário da emancipação político-administrativa do Município de Campos de Júlio, no dia 28 de novembro do corrente ano.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprova, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Requerimento nº 337/11, de autoria do Deputado Sérgio Ricardo, solicitando informações ao Secretário da SECOPA sobre relação das obras de mobilidade urbana e de desbloqueio em execução, e a serem executadas, pela Secretaria de Estado da Copa - 2014.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprova, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento nº 327/11, de autoria do Deputado Luizinho Magalhães, à Mesa Diretora, solicitando realização de Sessão Especial com o intuito de comemorar o Dia Nacional do Perito Criminal.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprova, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento nº 330/11, de autoria do Deputado Dilmar Dal Bosco, à Mesa Diretora, solicitando realização de Audiência Pública para tratar da segurança pública no Município de Lucas do Rio Verde.

Em 1^a discussão, Projeto de Lei Complementar nº 56/11, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera o art. 3^o da Lei Complementar nº 270, de 02.04.07, que introduz nos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso o juiz leigo e o conciliador como auxiliares da Justiça e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão Especial.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2^a discussão.

Em 1^a discussão, Projeto de Lei Complementar nº 54/11, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre o percentual de escalonamento remuneratório entre as instâncias e entrâncias da carreira da magistratura. Com Parecer favorável da Comissão Especial.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2^a discussão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

Eu pediria à Consultoria, com a anuência do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a possibilidade de dispensa de pauta, apenas a dispensa de pauta, porque são matérias que influenciam na elaboração da folha do TJ. Eu gostaria, se possível, amanhã, tentarmos trabalhar com o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação para votação dessas matérias.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 445/11, Mensagem nº 57/11, de autoria do Poder Executivo, que prorroga o prazo para a construção do Juizado Unificado do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, de que trata a Lei nº 9.299, de 11 de janeiro de 2010. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Encaminha-se o Projeto ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 565/11, Mensagem nº 82/11, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 7.873, de 20.12.02, que dispõe sobre a isenção do pagamento das taxas de licenciamento ambiental para os trabalhadores rurais instalados em projetos de assentamento. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Encaminha-se o Projeto ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 473/11, Mensagem nº 63/11, de autoria do Poder Executivo, que altera a redação do art. 5º da Lei nº 9.560, de 27 de junho de 2011, que cria no âmbito da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social-SETAS, o projeto Vale Luz e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Emanuel Pinheiro – Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR.PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro, para discutir.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o presente Projeto já visa exatamente a alteração de uma lei de grande alcance social, exatamente a lei da lavra do Governador Silval Barbosa, “que cria o Projeto do Vale Luz que consiste na troca de materiais reciclados em geral por cupons de créditos emitidos por empresas conveniadas com a SETAS que poderão ser utilizados para pagamento de serviços públicos prestados por concessionárias ou permissionárias conveniadas, inclusive o serviço de energia elétrica enquanto vigente o termo de ajuste.”

O Art. 5º deste projeto falava que a presente lei não irá gerar nenhuma despesa para os cofres públicos, e este Art. 5º que nós estamos mudando, que diz que agora vai gerar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

E, por ser um projeto de grande alcance social e por eu ter solicitado aqui à Mesa Diretora em relação ao atendimento da equipe da Secretária Roseli Barbosa, sendo que há sessenta dias estamos esperando uma relação das entidades beneficentes e filantrópicas cadastradas naquela pasta, eu já pedi a intervenção de Vossa Excelência, Presidente Riva, porque até hoje eu não consegui ter acesso ao nome dessas instituições. Já conversei com...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deputado, só uma pequena informação...

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Pois não!

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu assinei esse pedido de informação na semana que passou, foi encaminhado na quinta-feira, eu creio que ainda não... Na semana passada? Quinta-feira. Então, eu creio que ainda não tenham tido condições de responder. Talvez tenha demorado a chegar aqui. Tem que verificar o que aconteceu.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Eu agradeço, Sr. Presidente, e eu tenho certeza que eu sei a rápida ação de Vossa Excelência, mas é lamentável que a equipe leve sessenta dias para não nos responder e precisamos sempre utilizar a representatividade do nosso Presidente para poder receber uma informação que nos é de direito e que tem atrapalhado muito o trabalho da Comissão de Direitos Humanos no que diz respeito às instituições beneficentes que lidam com as causas sociais no nosso Estado.

Mas agradeço ao Presidente Riva pela intervenção.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de ter um esclarecimento maior sobre este Projeto, porque antes o bojo dele, a base dele, era exatamente não gerar nenhuma despesa para os cofres públicos, e a partir daí conseguimos avançar nas ações sociais que iriam ser indutoras do Projeto Vale Luz. E agora, nesse artigo 5º diz: “As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social-SETAS”

Sr. Presidente, vamos dar aqui o nosso voto de confiança ao Governo porque somos da base do Governo, é um projeto importante, é um projeto extremamente de um grande alcance social, extremamente sério e que temos certeza, se houve essa mudança, em pouco tempo é porque há uma necessidade do Governador, do Governo do Estado em adequar à realidade desta presente propositura.

Eu só queria fazer esse registro para dizer que estamos buscando essas parcerias com o Governo, estimular essas parcerias com o Governo até para ajudar o Governo a avançar cada vez mais na política de ação e de assistência social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido Emenda, dispensa-se a Redação Final. Encaminhe o Projeto ao Expediente.

Convido o Deputado Romoaldo Júnior para assumir a Presidência.

(O SR. DEPUTADO ROMOALDO JÚNIOR ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 19:19 HORAS.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Gostaria de cumprimentar, pela presença nas galerias, a Vereadora Silvanei Cavalheiro, Presidente da Câmara Municipal de Juscimeira. Em nome da Mesa Diretora damos as boas-vindas a esta Casa.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 205/11, de autoria do Deputado Dr. Wallace, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Cristian Pereira de Oliveira. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 309/10, de autoria do Deputado Mauro Savi, que autoriza o Poder Executivo a criar mecanismos de incentivo e captação da água de chuva e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer, rejeitado o Projeto. Vai ao Arquivo.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 51/11, de autoria do Deputado Wagner Ramos, que dispõe sobre a gratuidade do transporte coletivo público intermunicipal e municipal ao acompanhante e/ou cuidador do portador de deficiências e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer, rejeitado o Projeto. Vai ao Arquivo.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 423/11, de autoria do Deputado Nilson Santos, que dispõe sobre a instalação de serviço para marcar consultas e exames nas unidades de emergência da rede pública de saúde no âmbito do Estado de Mato Grosso. Com Parecer contrário da Comissão Saúde, Previdência e Assistência Social.

Em discussão o Parecer. Com a palavra, para discutir, o Deputado Dr. Wallace.

O SR. DR. WALLACE - Sr. Presidente, esse projeto de lei do Deputado Nilson Santos é bastante interesse, mas também, como membro da Comissão de Saúde, votei pela não aprovação, até mesmo porque é bastante complexo quando se trata de emergência ou de urgência na saúde disponibilizar um serviço para que se possa marca a consulta. Sabendo que, quando se trata de urgência ou de uma emergência, que é urgência urgentíssima, na verdade tem que ter um hospital preparado para atender esse paciente de portas abertas, a qualquer hora que esse paciente tiver necessidade de chegar e ali encontrar um hospital com qualidade, bem equipado e uma equipe multidisciplinar preparada para atender esse paciente, e não ficarmos preocupados em marcar ou não a consulta.

Mas nós vemos esse projeto que trata de saúde, e o Deputado Nilson Santos tem feito vários projetos nessa direção. Hoje teve um dado bastante importante que foi uma discussão no Colégio de Líderes sobre a questão da saúde no Estado de Mato Grosso.

Veio aqui alguns membros, ex-Secretários de Saúde do Estado, ex- Secretários de Municípios, algumas pessoas que são conhecedoras da saúde do Estado, no Município, de Cuiabá e Várzea Grande, discutir um tema importante.

Eu fiquei muito feliz, Deputado Ezequiel Fonseca, Deputado Guilherme Maluf, nessa discussão, porque sempre fiz como reflexão e entendo que a saúde do Estado de Mato Grosso não virá da sapiência, da cabeça de uma pessoa exclusiva, mas virá de uma somatória de esforços de todos aqueles que passaram, daqueles que estão por vir e dos atuais. E hoje fiquei feliz porque essas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

peças que vieram aqui, vieram de encontro àquilo que pensa o Governador Silval Barbosa, de encontro àquilo que pensa o Secretário de Saúde Pedro Henry, que é a retomada da construção; o Deputado Guilherme Maluf, que tem uma audiência pública marcada para discutir a retomada da construção do Hospital Central.

Eles vieram com o quê? Vieram com abaixo-assinado dizendo dessa necessidade. E, graças Deus, essa necessidade já está sendo preparada para ser feita por meio da PPP ou mesmo por meio de uma ideia, de um pensamento que foi tirado hoje no Colégio de Líderes, de buscar um recurso próprio, um recurso de financiamento para que desburocratize e a construção do Hospital Central saia de maneira mais rápida, Deputado Ezequiel Fonseca...

O Sr. Ezequiel Fonseca – Conceda-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. DR. WALACE – Concedo um aparte para Vossa Excelência.

O Sr. Ezequiel Fonseca – Deputado Dr. Wallace, eu também estava participando da Audiência Pública junto com o Deputado Dr. Zeca Viana, mas ao chegar ao Colégio de Líderes fiquei feliz também de ver o assunto: O Hospital Central, que há 30 anos está paralisado e que, de repente, tem não apenas uma, mas duas ou três formas de retomar a construção, o funcionamento de um hospital, que é o desejo de todos, que é o desejo do Governador, que é o desejo do Secretário Pedro Henry, que tem uma opinião e a defende para a construção, por meio de uma PPP.

Porém, agora aparece mais uma opção, que é levar 10% dos empréstimos das rodovias, de um bilhão e meio, que são cento e cinquenta milhões de reais.

Então essas opções, esse debate é importante, é necessário, é muito bom! Agora, Deputado Dr. Wallace, eu fico com um pé atrás, porque a situação que aí está também não nasceu ontem. Muitos dos que estavam na reunião, hoje, foram Secretários de Estado, foram Secretários de Saúde! Mas, que bom que agora eles estão com essa visão e vão poder contribuir na construção desse hospital.

Mas, vale lembrar ainda, Deputado, se me permite mais um minuto, que ontem estivemos visitando o Hospital Santa Helena - eu, o Deputado Guilherme Maluf, o Deputado Wagner Ramos e o Deputado Dilmar Dal Bosco -, junto com o Secretário Pedro Henry, para ver um convênio. O recurso que foi passado para o Hospital Santa Helena, no valor de um milhão e meio, já disponibilizará pelo menos sessenta leitos, já com data marcada de inauguração e funcionamento, para o dia 05 de dezembro deste ano.

Então, nós acreditamos que as coisas podem melhorar.

Era isso, Deputado Dr. Wallace.

O SR. DR. WALACE - Eu quero complementar. A respeito do Hospital Santa Helena, quero dizer que é um hospital com administração belíssima, lá tem verdadeiros companheiros, verdadeiros amigos, pessoas que trabalham com muito amor àquela instituição. E quero dizer que sou médico daquela instituição, estou apenas licenciado.

E, antigamente, Deputado Guilherme Maluf - já concedo o aparte para Vossa Excelência – quando construímos aquele andar da maternidade lá do Hospital Santa Helena, naquela época, nós fizemos a famosa vaquinha dos médicos. Cada um dos médicos, nós tínhamos três plantonistas em 24 horas de plantão, cada um deu quinze mil reais para fazer aquele andar.

Aí, hoje, o Governo faz um convênio e passa mais um milhão e quinhentos mil reais para reformar o outro andar que estava fechado. Isso nos deixa muito feliz e bastante contente de privilegiar esses hospitais que estão trabalhando com dificuldade e que fazem um atendimento precioso à população aqui de Cuiabá, de Várzea Grande e do Estado de Mato Grosso.

Concedo um aparte a Vossa Excelência, Deputado Guilherme Maluf.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE
2011, ÀS 17:00 HORAS.

O Sr. Guilherme Maluf – Deputado Dr. Wallace, eu também fiquei muito feliz como o Deputado Ezequiel Fonseca por entender que todos nós estamos em busca dessa instituição hospitalar referência na nossa Cuiabá. Por ser a única Capital do Estado que não tem ainda uma instituição gerenciada pelo Estado. Tanto é que foi tema da minha campanha como Deputado Estadual.

Mas as coisas estão mudando, Deputado Dr. Wallace, o convênio de um milhão e meio de reais realmente foi muito importante para essa maternidade que faz setecentos partos por mês! O Dr. Marcelo, o Dr. Ricardo Saad, todo corpo clínico...

O SR. DR. WALLACE – A Dr^a Hilda...

O Sr. Guilherme Maluf – ...Que são referências em maternidade no Estado.

Mas, além desse hospital, fiquei muito satisfeito porque no dia de ontem foi assinado locação do Hospital das Clínicas, aquele hospital pronto que está parado em Cuiabá e que se tornará um hospital de referência para alta complexidade e transplantes, que Mato Grosso deixou de fazer. Tem mais de trezentas pessoas na fila aguardando transplante neste Estado, que quem fazia era o Hospital Santa Rosa. Agora teremos o Hospital das Clínicas que será o novo hospital de transplante do Estado de Mato Grosso.

Quer dizer, as coisas estão mudando! E aí há de se fazer justiça! O Deputado Federal Pedro Henry realmente enfrentou e está enfrentando essa discussão e implementando esses leitos. Então eu gostaria de me colocar parabenizando o Secretário de Saúde pelas ações que tem feito. E, por último, sei da sua ação feita ao Hospital Neuropsiquiátrico antigo, que se tornará o primeiro hospital psiquiátrico do Estado de Mato Grosso, Deputado Dr. Wallace, e essa locação acontecerá. Muitos dependentes químicos que toda semana nos procuram aqui na Assembleia Legislativa terão onde ficar, não precisarão mais procurar a justiça para internação, como acontece hoje no nosso Estado. Não temos nenhum local público para internar esses pacientes.

Muito obrigado.

O SR. DR. WALLACE – E aí, Deputado, o que fala? Será que tem recurso para pôr em funcionamento aquilo que está sendo idealizado? Eu acho que Vossa Excelência tem que ser audacioso mesmo! Porque, se não for audacioso, não transforma essa saúde caótica que está no Estado de Mato Grosso numa saúde de melhor qualidade para a população que aqui está.

O Sr. Airton Português – Conceda-me um aparte, Deputado Dr. Wallace?

O SR. DR. WALLACE – Só um segundinho, Deputado Airton Português, concederei um aparte para Vossa Excelência.

E aí, Deputado Guilherme Maluf, confesso que fiquei muito triste quando descobri que aquele contrato do Hospital Metropolitano era para média complexidade. Mas, hoje, com essa locação para fazer a alta complexidade no antigo Hospital das Clínicas... Eu conheci o hospital. Fui ao seu lançamento quando era hospital privado.

É um hospital preparado, que tem tudo para atender a demanda que mais mata, Deputada Luciane Bezerra, que são as cirurgias cardíacas, as cirurgias neurológicas, aquilo que infelizmente o paciente só consegue, hoje, por meio de liminar. Mesmo por meio de liminar é difícil, porque cada liminar dessa custa cento e quarenta mil reais, cento e cinquenta mil reais. Não tem Estado que consiga pagar; não tem, muito menos, município que consiga pagar e aí vai recair na mão de alguém. E tem que ser na mão do Estado que é o braço mais forte.

Mas à medida que se tem um hospital só para isso, só para atender cirurgias cardíacas, cirurgias neurológicas e outras cirurgias de alta complexidade, como o transplante que há quinze anos funcionava bem aqui, em Mato Grosso... Depois de quinze anos a coisa, ao invés de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

evoluir, involuiu, piorou a situação. Então, nós ficamos tristes, porque, ao invés de vermos a coisa melhorar, a coisa está piorando em nosso Estado na questão da saúde.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Airton Português.

O Sr. Airton Português – Eu quero, neste momento, parabenizar o Deputado Dr. Wallace, que traz esse tema tão importante, porque sabemos que a saúde é prioritária e há, hoje, uma grande de melhor saúde no nosso Estado e, também, a todos que discutiram o tema.

E queremos no Colégio de Líderes onde avançou a discussão...

Nós temos uma porta aberta que é o financiamento que nós estamos fazendo para a questão das rodovias, para melhoramento e construção de rodovias no Estado. E foi sugerido pelo Presidente desta Casa, Deputado Riva, tirarmos 10 ou 15% dessa quantidade de um bilhão e meio de reais para construirmos o Hospital Central, um hospital do Estado na cidade de Cuiabá ou de Várzea Grande. De uma forma ou de outra, com OS ou sem OS, nós temos que pegar a parte técnica da Secretaria de Estado de Saúde e trabalhar do jeito que vem sendo feito, de forma definitiva, com muito arrojo.

Eu quero só relatar, Deputado Dr. Wallace, o que aconteceu esta noite na Cidade de Araputanga, onde já fui Vereador, Prefeito por dois mandatos, que todos nós conhecemos. Eu fiquei até três ou quatro horas da manhã, juntamente com o Dr. Luiz, ex-prefeito da Cidade de Araputanga, que, hoje, é Pediatra, para conseguir para uma criança recém-nascida uma UTI Neonatal. Não conseguimos na Cidade de Cáceres; não conseguimos nas Cidades de Cuiabá e de Várzea Grande para que pudéssemos trazer essa criança para uma UTI Neonatal. Às 06:00 horas essa criança faleceu e às 06:30 a pobre da mãe nos ligou comunicando o falecimento do seu filho.

Então, nós queremos trazer isso aqui, porque é questão desesperadora para a família, para a população mato-grossense.

Então, de uma forma ou de outra, a questão é que a saúde está na UTI.

Nós temos que, por meio do Secretário de Saúde, do Governo, como Deputados, que debater e cobrar. Seja com OSs ou sem OSS a nossa cidade de Cuiabá, de Várzea Grande, a Baixada Cuiabana, o Estado de Mato Grosso está carente de saúde, Nós passamos por essa dificuldade com a qual eu convivi esta noite, juntamente com um médico do Hospital Geral do Município de Araputanga.

Eu tenho certeza, diante deste fato, que muitas famílias estão perdendo seus membros da família mato-grossense, muitas vezes, por necessidade, como perdemos uma criança de sete meses que faleceu, agora, às 06:00 horas, na Cidade de Araputanga. Isso foi muito triste para a nossa cidade.

Nós queremos deixar os parabéns pela sua preocupação, também, como médico e conhecedor do caos, da deficiência, na saúde que nós temos no nosso Estado.

O SR. DR. WALACE – Deputado, esta situação que Vossa Excelência viveu, na verdade, é o meu dia-a-dia. Por ser médico, morar numa casa, em Várzea Grande, altas horas da noite, dias, finais de semana, é uma rotina para mim.

Eu confesso que me sinto, com quase cinco anos como Deputado, bastante frustrado. Porque todos falam: “O Deputado Dr. Wallace é medico; um defensor da saúde; um defensor da saúde; um defensor da saúde.”. Mas, na verdade, na saúde, até então, nada estava fazendo para melhorar, de fato e de direito.

Mas, graças a Deus, parece que a coisa vai tomar um rumo diferente.

Essa questão dos cento e cinquenta milhões, dos duzentos milhões que poderão vir desse financiamento é tudo o que nós queremos; é tudo o que nós daqui, da Assembleia Legislativa,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

desejamos: que realmente tenha uma fonte de recurso para que seja um financiamento para investir na saúde.

Eu sempre tenho defendido aqui que a saúde parece que não é prioridade dos administradores, mas que, agora, está sendo diferente com o Governador Silval Barbosa e, graças a Deus, com o Secretário de Saúde, Pedro Henry, que nesse aspecto realmente vem fazendo um bom trabalho e, diga-se de passagem, bastante corajoso.

Nós esperamos que realmente nesses três anos o setor de Saúde tome um rumo diferente no nosso Estado, na nossa Capital, no nosso município.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 232/11, de autoria do Deputado Zeca Viana, que dispõe sobre o atendimento psicológico a crianças e adolescentes nas escolas públicas da rede estadual de ensino e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 356/11, de autoria da Deputada Luciane Bezerra, que autoriza a implantação das matérias Planejamento Familiar e Educação Sexual como disciplinas da grade curricular do Ensino Fundamental e Médio da rede pública estadual de ensino do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Eu retifico aqui o Projeto de Lei nº 309/10, de autoria do Deputado Mauro Savi, que autoriza o Poder Executivo a criar mecanismos de incentivo à captação da água de chuva e dá outras providências.

Realmente o Projeto recebeu Parecer contrário, mas que foi derrubado na Comissão com os votos dos Deputados Dilmar Dal Bosco, Zeca Viana e Ezequiel Fonseca. Portanto, o Parecer passa a ser favorável.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o art. 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o art. 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emendas, dispensa-se a Redação Final e encaminhe-se o Projeto ao Expediente.

Encerrada a Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA).

Determino ao Técnico de Informática a ligação do nosso painel para controle.

Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro (TRANSFERE). Com a palavra, o nobre Deputado Carlos Avalone (TRANSFERE). Com a palavra, o nobre Deputado Walter Rabello (TRANSFERE). Com a palavra, o nobre Deputado J. Barreto (TRANSFERE). Com a palavra, o nobre Deputado Dilmar Dal Bosco (TRANSFERE).

Não há mais orador inscrito nas Explicações Pessoais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 17:00 HORAS.

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima para amanhã, no período matutino.

Compareceram à Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da República – Emanuel Pinheiro, J. Barreto, Nininho, Sebastião Rezende, Sérgio Ricardo e Wagner Ramos; da Bancada do Partido Social Democrático – Airton Português, Riva, Luizinho Magalhães e Walter Rabello; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Nilson Santos, Baiano Filho, Romoaldo Júnior e Dr. Wallace; da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira – Carlos Avalone e Guilherme Maluf; da Bancada do Democratas – Dilmar Dal Bosco; da Bancada do Partido Progressista – Ezequiel Fonseca; do Bloco Trabalhista - Ademir Brunetto, Zeca Viana e Luciane Bezerra.

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados: Mauro Savi, do PR; Dr. Aray, do PSD; e Percival Muniz, do Bloco Trabalhista.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão. (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
 - Ariadne Fabienne e Silva de Jesus;
 - Cristiane Angélica Couto da Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Suely Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia de França Daleffe.